

GT07 – Novas configurações do trabalho rural e urbano

Coordenadores: Prof. Dr. Luciano Rodrigues Costa (UFV); Prof. Dr. Cláudio Roberto de Jesus (UFRN); Prof. Dr. Lucio Alves de Barros (UEMG)

Ementa: Flexibilização do trabalho; informalidade e desregulamentação das leis do trabalho; reestruturação produtiva; terceirização, novas configurações do trabalho rural e urbano; trabalho informal e suas interfaces com o ilegal e o ilícito; relações de trabalho e emprego; trabalho doméstico; trabalho e gênero e trabalho e migrações.

Apresentação Oral

Allan Herison Ferreira; Álvaro Augusto Comin
Transformações nas relações de trabalho entre os Profissionais de TI no Brasil dos anos 1960 aos anos 2010

Bruna Beatriz Rocha; Flaviana Alves Toledo
Licenciatura em desporto - impactos da precarização do trabalho na cidade da Guarda em Portugal

Joseane Souza; Denise Cunha Tavares Terra
Migrações, pendularidades e mercado trabalho no segmento *upstream* da indústria do petróleo na Bacia de Campos

Laura Senna Ferreira
Trabalho imaterial: contratempos laborais no campo da tecnologia

Lucas Schweitzer; Suzana da Rosa Tolfo; Júlia Gonçalves
Entre os sentidos do trabalho informal e do emprego: descontinuidade, ruptura de estabilidades e permanências

Luiz Elpídio De Melo Machado; Marta Maria Moreira Machado; Lorrane Teixeira Viana
Agricultura familiar um olhar sobre a comunidade rural de Córrego Falso em Divinópolis – MG

Noêmia Lazzareschi
As novas configurações do trabalho e suas repercussões sociais

Suellen Couto; Tania Ludmila Dias Todas
Flexibilidade, intensidade e resistência: há tempo de recuperar o tempo

Zaira Rodrigues Vieira
Crítica do trabalho, trabalho imaterial e tempo livre: considerações sobre Marx e o capitalismo atual

Apresentação em Pôster

Fábio Luiz Tezini Crocco

O trabalho imaterial e a racionalização aplicada à captura da subjetividade e à transferência de expertises

Oengredi Mendes Maia Santos; Mário Lopes Amorim

Trabalho e educação no contexto da reestruturação produtiva e surgimento dos Institutos Federais

TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO ENTRE OS PROFISSIONAIS DE TI NO BRASIL DOS ANOS 1960 AOS ANOS 2010 – FLEXIBILIZAÇÃO E PRECARIIDADE?

FERREIRA, Allan Herison¹ - allan.herison.ferreira@usp.br

Universidade de São Paulo - Departamento de Sociologia (Bolsista do CNPQ)

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 - Sala 112

05508-010 - São Paulo - SP - Brasil

COMIN, Álvaro Augusto - alvcomin@usp.br

Universidade de São Paulo - Departamento de Sociologia - Laboratório de Pesquisa Social

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 - Sala 112

05508-010 - São Paulo - SP - Brasil

***Resumo:** Este material apresenta os resultados de estudo sobre as transformações nas relações de trabalho dos profissionais de TI no Brasil nos últimos sessenta anos, com especial atenção para as transformações nos tipos de vínculos de trabalho destes profissionais. O estudo consiste do levantamento de documentos e pesquisas realizadas por historiadores, sociólogos e jornalistas em combinação com análises de aferições dos CENSOS e de outros institutos a partir dos anos 1960 que permitem observar mudanças relevantes em relação ao modo como os profissionais da área da Computação ou da Tecnologia da Informação passaram a atuar sob diferentes tipos de vínculos de trabalho. A migração de considerável parcela de profissionais do regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e do funcionalismo público para o modelo dos “empreendedores” ou “empresários” na área de TI são o aspecto destacado nesta pesquisa que relaciona este processo de transformação nas relações de trabalho com o conceito de “cidadania regulada” e procura observar de que modo estas transformações podem ser comparadas com a clássica abordagem de utilizada por Wanderley Guilherme dos Santos (1979) indicando que novas formas de obtenção do ‘status’ de cidadania concorrem com o modelo da “carteira assinada” discutido por Santos (SANTOS, 1979). A comparação dos dados dos CENSOS de 1960 a 2010 demonstram haver intensificação das transformações nas relações de trabalho a partir dos anos 1990 num contexto de importantes mudanças sociais e políticas influenciadas*

¹ Mestrando do Programa de Pós Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, graduação em Ciências Sociais pela FFLCH – USP.

por uma agenda neoliberal que, tal como em outras partes do mundo, encontrou no Brasil daquela época um ambiente favorável para se estabelecer.

Palavras-chave: *Profissionais de TI. Computação. Relações de trabalho. Flexibilização. Empreendedorismo.*

1 RESUMO DO HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO TRABALHO NA COMPUTAÇÃO – OU TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - NO BRASIL DOS ANOS 1960 A 2010

Nos anos 1950 e 1960 o setor público e militar manteve influência sobre o desenvolvimento da computação no país tal como ocorrera em outras partes do mundo como nos Estados Unidos, França e União Soviética (ZUSE, 1970; GOODMAN, 2012; BERGIN, 1996). Em 1959, no ano em que a NASA era fundada nos Estados Unidos, o governo de Juscelino Kubitschek criava o Grupo Executivo para Aplicação de Computadores Eletrônicos, o GEACE², com o objetivo de incentivar a criação de Centros de Processamentos de Dados pelo país (CARDI, 2012). Os quadros superiores de profissionais da nascente área da computação no Brasil, conforme observamos no levantamento histórico, foram formados principalmente por instituições de pesquisa ou agências ligadas a governos ou militares. Tal é o caso do Instituto Tecnológico de Aeronáutica que foi um dos principais formadores de engenheiros especialistas em computação a partir dos anos 1960 e 1970. Parcela destes profissionais, posteriormente, fundaria ou passaria a trabalhar para instituições diversas como empresas ou universidades (públicas ou privadas) (DANTAS, 1988).

No mesmo período, nos Estados Unidos, os quadros médios e subalternos eram formados principalmente por empresas privadas que precisavam atender à crescente demanda por seus serviços (MEDINA, 2007). Medina (2007) aponta a forte relação entre as inovações tecnológicas – como a fabricação de novos computadores desenvolvidos nos centros de pesquisa militares e de governo e em empresas – na formação do que a autora chama de “novas classes trabalhadoras ligadas à área de Computação” (MEDINA, 2007). Este dado ajuda a compreender o papel de complementação na formação de quadros, inclusive civis, entre as áreas pública, militar e privada inclusive através de centros de pesquisa e universidades financiados por setores de governo ligados à segurança e a instituições

² Criado pelo Decreto n°. 45.832, de 20 de abril de 1959, no Conselho de Desenvolvimento, o GEACE – Grupo Executivo para Aplicação de Computadores Eletrônicos.

militares. Castells (2009) e Ceruzzi (2003) destacam que o surgimento de novas demandas produtivas, em especial nos anos 1970, fez aumentar a procura por novos trabalhadores com diferentes níveis de formação, inclusive especialistas. A formação de mão de obra especializada para garantir o funcionamento da indústria da computação em expansão precisava de um “exército de pessoas” que deveriam ser formadas em tempo mínimo e que se estabeleceriam nos níveis hierárquicos mais baixos ou médios (CERUZZI, 2003; MEDINA, 2007; CASTELLS, 2009). Nos anos 1970 aproximadamente 1,17 milhão de pessoas trabalhavam na indústria da computação nos Estados Unidos (dados do Censo Americano utilizados por Medina); na década seguinte o número saltou para 1,6 milhão (MEDINA, 2007).

Tal como havia ocorrido com os grandes polos de desenvolvimento da computação “mundial” até então, no Brasil a atuação do governo e das Forças Armadas como formadores e mantenedores de centros de pesquisa contribuíam para a formação dos quadros especializados em computação da iniciativa privada³. Esta complementação de ações de entidades públicas e privadas teve grande papel tanto no impulsionamento do uso quanto no desenvolvimento da computação. Ao analisarmos os dados dos CENSOS de 1960 a 2010 observamos a importante mudança nas proporções de trabalhadores que atuam com vínculo formal na iniciativa privada e no serviço público em relação aos empreendedores e aos trabalhadores informais. Até os anos 1970 a atuação de profissionais de TI como empreendedores ou empresários era bastante restrita sendo inferior a 1% de acordo com a aferição dos CENSOS. Foi somente nas décadas seguintes que este percentual passou a aumentar.

1.1 Contextualização do trabalho em TI nos anos 1970 e 1980

Ao analisarmos como o trabalho em TI, ou na computação, ocorria há cinquenta anos é importante contextualizar melhor as condições sociais a que os profissionais daquele período estavam sujeitos. Santos (1979) destaca que o universo do trabalho formal, de modo geral (ao qual os profissionais da computação desde então estiveram vinculados) era bastante

³ Dantas (1988) apresenta exemplos da relação entre os centros de pesquisa públicos e militares e empresas privadas no período: “Waldecy Gonçalves e Antônio Carlos Rego Gil integraram a primeira geração com brilho universitário, de vendedores e analistas da IBM, que os mais antigos, ressentidos, apelidaram melindrosas. Em setembro de 1960, faltando três meses para se formarem, os dois decidiram tentar, juntos, um trabalho na área de computação. Deslocaram-se para o Rio, onde iniciaram uma peregrinação que começou na PUC, passou pelos escritórios da Burroughs e terminou no quarto e último andar da sede da IBM, na avenida Presidente Vargas. Lá, o responsável pela área de aplicações científicas e pelas relações com as universidades, Fernando Rodrigues, jogou um balde de água fria nos dois rapazes interessados em aplicações científicas dos ‘cérebros eletrônicos’...” (DANTAS, 1988, p. 20).

restrito. Menos da metade dos trabalhadores do país mantinha vínculos de trabalho formal (contra quase 99% dos trabalhadores da computação). A maioria da população estava relacionada a atividades rurais e a proporção de pessoas com nível superior era inferior a 1% (CARDOSO, 2015, p. 891). É preciso, portanto, realçar o fato de que ao tratarmos do universo de trabalhadores da computação nos anos 1970 e mesmo em 1980 lidamos com um grupo de profissionais que atuava em melhores condições de trabalho do que a maioria da população. Com base no levantamento histórico e na aferição dos dados dos CENSOS é possível afirmar que a maioria absoluta dos profissionais da computação da época estava coberta pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou pelo estatuto dos servidores públicos.

Utilizando o termo “cidadania regulada”⁴ cunhado por Wanderley Guilherme dos Santos (1979) podemos considerar que, se por um lado a diferença de *status* profissional pudesse eventualmente ser observada com base em fatores como tipo de formação, nível de salário e autonomia para tomada de decisões, por outro, tanto especialistas quanto os trabalhadores de nível operacional da computação tinham até os anos 1980 em comum o acesso a um *status* de cidadãos que os colocava em condição diferenciada na estrutura social pelo fato de atuarem ou para órgãos do governo (21% do total dos profissionais de TI aferidos no CENSO de 1970) ou para companhias privadas que os contratavam de acordo com as regras da CLT vigentes desde os anos 1940 (78% do total dos profissionais). Somente cerca de 1% destes profissionais eram trabalhadores por conta própria ou empreendedores (CEM, 2017), não havendo registros de trabalhadores informais no CENSO de 1970 e menos de 3% na aferição de 1980.

Santos (1979) e Cardoso (2015) indicam quão limitado era este universo de acesso à cidadania de fato. O CENSO de 1960 indicava que menos de 0,7% dos adultos brasileiros com idade entre 18 e 40 anos havia concluído ensino superior, que 40% dos adultos eram analfabetos (CARDOSO, 2015, p. 891). Esta condição não se modificou substancialmente nos anos seguintes. Cardoso (2015) destaca que: “Em 1970 os trabalhadores por conta própria eram 20% dos ocupados nas cidades [...]; somem-se a isso os assalariados sem carteira e teremos pelo menos metade da população total empregada em ocupações não reguladas [pelo regime CLT ou pelo estatuto do servidor público]” (CARDOSO, 2015, p. 891). Ao tratarmos

⁴ A expressão “cidadania regulada” utilizada por Santos (1979) ajuda a compreender melhor como “ter carteira assinada” era não só uma condição trabalhista e jurídica, mas também um aspecto de diferenciação social que dava acesso aos trabalhadores – que atuavam em qualquer uma das ocupações reconhecidas por lei – à cidadania de fato (SANTOS, 1979)

dos profissionais da computação ou do TI brasileiros, em especial daqueles se formaram nos primeiros centros de pesquisa fundados no país, precisamos ter em conta que a condição de ingresso dos mesmos no mercado de trabalho até os anos 1970 se deu de modo distinto daquele experimentado pela imensa maioria dos trabalhadores brasileiros.

1.2 A descentralização do trabalho em TI e o processo de flexibilização das relações de trabalho nos anos 1980 e 1990

Os profissionais brasileiros que ingressaram na área de TI entre os anos 1980 e 1990 num cenário de “descentralização” da computação (viabilizada também pelo surgimento e a popularização dos microcomputadores) viveram uma condição diferente daquela experimentada pela geração anterior. Este processo de descentralização não se limitou ao aspecto técnico e tecnológico e teve grande impacto também na estruturação de novos modelos de atuação na área de TI. A descentralização ocorrida a partir do processo de *downsizing*⁵ implementado por grandes companhias que até então utilizavam exclusivamente computadores de grande porte tornou mais acessíveis e mais baratos os serviços computacionais fazendo com que novas áreas de atuação profissional surgissem diversificando o setor de TI e, conseqüentemente, abrindo novas demandas e frentes de trabalho. Este período coincide com um cenário de retração do trabalho formal no Brasil⁶ (CARDOSO, 2015). Conforme assinala Braga (2012) as empresas brasileiras, neste período, em especial nos anos FHC⁷ (anos 1990), passaram a integrar-se (não sem conflitos, assinala o autor) ao processo de mundialização do capital pautado por uma abordagem neoliberal “combinando flexibilidade produtiva garantida pela informatização com novas configurações entre o centro a periferia da força de trabalho [...] renovando as formas de desigualdade no contexto do aumento do desemprego de massas” (BRAGA, 2012, p. 184). Segundo Fonseca (2015) dois fatores contribuíram para a flexibilização dos vínculos empregatícios nos anos 1990. O primeiro foi a terceirização, que assumiu as mais variadas formas e mecanismos para descaracterizar a relação de emprego e o segundo foi a desregulamentação das relações de

⁵ A partir da década de 1980 muitas empresas aderiram à substituição de grande parte de seu parque computacional formado por computadores de grande porte ou minicomputadores por tecnologias baseadas em microcomputadores aumentando a autonomia dos usuários de computadores num crescente processo de descentralização. Esta dinâmica acompanhou uma tendência mais ampla que se convencionou chamar de *Downsizing* por autores da computação e mesmo da administração e do *marketing* como Philip Kotler. O *Downsizing* envolve a prática a redução de custos operacionais bem como substituição de recursos, processos, e conhecimentos considerados superados por outros que melhor atendam os planos das organizações. (KOTLER, P., Administração de Marketing, 2000, pp. 95-96).

⁶ Período em que menos da metade dos trabalhadores do país tinha vínculos formais de trabalho (CARDOSO, 2015).

⁷ Anos de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

trabalho, resultado da vitória do projeto neoliberal (FONSECA, 2015). Ainda segundo a autora o governo brasileiro assumiu uma agenda alinhada ao projeto neoliberal que via a proteção trabalhista como uma “barreira à competitividade das empresas e um desestímulo à geração de empregos formais”. A atuação do governo nos anos 1990 além de contraditória – ao se comparar o discurso com as práticas adotadas (de desregulamentar as relações de trabalho) – teve grande impacto, segundo Fonseca (2015), na transformação do modo como empresas e trabalhadores passaram a definir os modos de contratação: “essa disseminação intensa de novas modalidades de prestação de trabalho tinha o claro objetivo de reduzir o tratamento protetivo garantido pelo Direito do Trabalho e, como consequência, reduzir os custos da produção”, afirma a autora em consonância com Castro (2013) (FONSECA, 2015, pp. 16-18; CASTRO, 2013, p. 305).

Este período de flexibilização das relações de trabalho, de ampliação da competição por trabalho e emprego, e da renovação tecnológica impulsionada pelo desenvolvimento da microcomputação e da internet parecem ter propiciado que os profissionais de TI que ingressaram na área a partir deste período encontrassem ao mesmo tempo um cenário de oferecimento de novas oportunidades, de um lado, e de outro, as dificuldades de contexto econômico e de emprego desfavoráveis. Esta convergência, defendemos aqui com base nos dados levantados, pressionaram para que, de um lado, a área de TI fosse vista como um espaço de oportunidade de trabalho e carreira, e de outro, que estas oportunidades estariam disponíveis em novos modelos de contratação que não os tradicionais serviço público e regime CLT. Outro fator a ser considerado foi o acelerado crescimento econômico observado dos anos 1960 e 1970 que elevou significativamente a demanda de jovens e adultos por educação no final de tal período (em comparação com as décadas anteriores)⁸ (CARDOSO, 2015). Este processo de aumento do volume de estudantes em todos os níveis pode ter contribuído de modo importante para uma nova realidade social nos anos 1990 que indicava não haver mais certeza de que os estudos garantiriam emprego e acesso aos benefícios do que se compreendia nos anos 1970 como sendo uma “cidadania regulada”, nos termos de Santos (1979), obtida através da “carteira assinada” (CARDOSO, 2015, p. 893; BRAGA, 2012, pp. 181-188; SANTOS, 1979).

⁸ Segundo Cardoso (2015) em 1991, 89% dos jovens urbanos de 10 anos de idade estudavam (níveis similares aos dos anos 1970, porém ao longo daquela década o aumento da demanda por ensino de todos os níveis passou a ser atendida por instituições principalmente privadas nas décadas seguintes) (CARDOSO, 2015, p. 893).

1.3 A diversificação do trabalho em TI, a recuperação do trabalho com carteira assinada e a expansão “empreendedorismo” nos anos 2000 e 2010

Nos anos 2000 e 2010 com a consolidação da integração entre tecnologias de informação (como os computadores) e da comunicação (como a internet e a telefonia móvel) outras necessidades e desafios surgiram demandando novos tipos de perfis profissionais na área de TI, cada vez mais especializados. Dados dos CENSOS de 1960 a 2010 demonstram como este processo de diversificação da profissão de TI se intensificou a partir dos anos 2000. Entre os anos 1960 e 1990 havia somente três categorias ocupacionais do CENSO relacionadas diretamente à área de TI (Operadores de apuração de dados [responsáveis por alimentar os computadores com cartões ou fitas magnéticas], programadores ou desenvolvedores [responsáveis por codificar os sistemas e programas na linguagem das máquinas] e os analistas de sistemas [responsáveis por projetar soluções e sistemas para diferentes tipos de organizações. Estes projetos ou sistemas seriam codificados por programadores ou desenvolvedores e alimentados por operadores ou digitadores]). Na publicação do CENSO de 2000 já haviam sete ocupações registradas pelo IBGE. Além das três anteriores citadas haviam também as ocupações: especialista em computação, especialista em informática, técnico em operação de computadores, engenheiros em computação, programadores em informática e técnicos em programação (sendo os dois últimos variações de categorias apresentadas em anos anteriores ou especificações de nível técnico para funções também exercidas por profissionais de nível superior). O CENSO de 2010 trazia outras nove ocupações além das mencionadas nos anos anteriores e já não trazia mais a ocupação de operador de apuração de dados nem categorias genéricas de especialistas em informática ou computação. As novas categorias ocupacionais incluíam naquele ano: administradores de sistemas, dirigentes de serviços de TI e comunicações, desenhistas e administradores de bases de dados, outros especialistas em bases de dados e redes de computadores, instrutores da área de TI, codificadores de dados, instaladores e reparadores em TI e comunicações, técnicos da web, técnicos de redes e sistemas de computadores, técnicos em assistência ao usuário de TI e comunicações e técnicos em operações de tecnologia da informação e das comunicações (CEM, 2017). O início deste século XXI, em especial os anos 2000, coincide com o que já foi chamado pela imprensa de “explosão do ensino privado universitário”⁹ fenômeno que

⁹ Dados do INEP indicam que entre os anos 2000 e 2010 a oferta de ensino superior mais que dobrou no país (INEP, 2011).

Fonte: <https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2012/10/26/privatizacao-do-ensino-superior-a-explosao-das-faculdades-particulares/>

acompanhou o processo de diversificação observado na área de TI conforme observamos ao consultarmos a base de dados de cursos de pós-graduação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (CAPES, 2017).

1.4 Outros fatores e disputas relacionadas ao processo de flexibilização das relações de trabalho a partir dos anos 2000

Na dimensão jurídica alterações na legislação que rege o trabalho se acumularam às transformações implementadas nas décadas anteriores (marcada pela crise do emprego e pela flexibilização dos vínculos de trabalho). O art. 129 da “Lei do Bem”, n. 11.196, de 21.11.05, institui uma nova camada de medidas que propiciaram ainda mais flexibilização da relação de emprego¹⁰ (LIMA, 2007). Apesar de medidas como as da “Lei do Bem” a atuação da Justiça do Trabalho, conforme observamos previamente¹¹ em Santos (2009) pode ter contribuído para a elevação na quantidade de empregos formais que teve aumento de aproximadamente 1,5 milhão entre os anos de 2003 e 2007 (SANTOS, 2009, p. 105)¹².

Cardoso (2015) recorda que: “o mercado formal de trabalho, regulado pelo Estado, nunca acolheu mais do que 60% dos trabalhadores, tendo caído a 40% no fim dos anos 1990, mesma proporção encontrada em 1940, início do processo de efetivação da ‘cidadania regulada’ (SANTOS, 1979 *apud* CARDOSO, 2015, p. 896). Ainda segundo o autor os anos 2000 foram marcados pela combinação Estudo-Trabalho “como mecanismo de inscrição social dos jovens” (CARDOSO, 2015, p. 894). Se por um lado os anos 1960 e 1970 tinham como característica a restrição de acesso a estudos (bem como ao trabalho formal), os anos 2000, por outro, tiveram como característica neste aspecto uma maior absorção de estudantes que, no entanto, não tinham garantias de que teriam, tampouco, trabalho formal após concluírem ou abandonarem seus cursos (CARDOSO, 2015).

Aspectos mais específicos do trabalho em TI jogam luz no atual contexto das relações nesta área e de suas transformações desde os anos 1990. Ao observarmos os dados dos

¹⁰ A lei rege que: “Para fins fiscais e previdenciários, a prestação de serviços intelectuais, inclusive os de natureza científica, artística ou cultural, em caráter personalíssimo ou não, com ou sem designação de quaisquer obrigações a sócios ou empregados da sociedade prestadora de serviços, quando por esta realizada, se sujeita tão-somente à legislação aplicável às pessoas jurídicas, sem prejuízo da observância do disposto no art. 50 da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil” (LIMA, 2007).

¹¹ Por exemplo, através da criação da força tarefa para atuação contra fraudes na contratação de trabalhadores através dos contratos de “Pessoa Jurídica” (SANTOS, 2009).

¹² Conforme observaremos adiante com mais detalhes na análise dos dados dos CENSOS os anos 2000 tiveram como resultado mais que o dobro de trabalhadores com vínculos formais em comparação com a década anterior (os anos 1990).

CENSOS de 1960 a 2010 em conjunto com dados de pesquisas de instituições voltadas para a questão do empreendedorismo¹³ observamos que a partir dos anos 1990 houve uma crescente adesão a modelos mais flexíveis de contratação de trabalho (e uma redução dos vínculos CLT) bem como o aumento de litígios trabalhistas envolvendo a contratação de trabalhadores no modelo PJ¹⁴ (em especial na área de TI) não só devido à pressão do desemprego observada nos anos 1990, mas também porque a área passou a oferecer oportunidades que geravam alternativas ao modelo CTL para se ter acesso ao consumo ou para se obter o que poderíamos chamar de exercício pleno da cidadania – comparando este termo à ideia de cidadania regulada proposta por Santos (1979). Nos anos 2000 (observamos estes dados com detalhes no gráfico 1), por outro lado, houve aumento significativo do número de vagas ocupadas por trabalhadores que atuavam no regime CLT.

Este estudo permitiu observar uma importante diferenciação no modo como os profissionais de TI, em especial os que passaram a ingressar a área a partir dos anos 2000, passaram, cada vez mais, a aderir a regimes flexíveis como PJ. Este resultado proporciona a abertura questionamentos a serem realizados na área da sociologia das profissões e do trabalho que permitam avaliar se, por exemplo, esta nova geração de profissionais não vê na CLT os atributos que gerações anteriores consideravam tão valiosos para este tipo de vínculo, algo que poderá ser estudado com maior propriedade por meio de pesquisas empíricas. É possível que os profissionais de gerações mais recentes não vejam estes atributos como fatores tão positivos e desejáveis quanto em épocas anteriores; ou ainda que eles já não vejam nos modelos de trabalho flexíveis, ou mesmo na informalidade (não ter a CLT), o estigma de uma condição negativa tal como seria para os trabalhadores da computação e de outras áreas nos anos 1960 e 1970. Há um fator mais estrutural a ser considerado: no passado a condição de informalidade (autônomo, conta-própria) era associada a trabalhos manuais (nas profissões nobres tratava-se de profissionais liberais); isso mudou na medida em que estas novas formas de relações de trabalho ascenderam em direção a profissões mais qualificadas¹⁵. Os direitos e

¹³ Pesquisa do Instituto Endeavor com empresários de diversos setores inclusive os da área de TI (ENDEAVOR, 2017).

¹⁴ Dados do Tribunal Superior do Trabalho indicam que a partir dos anos 1990 passam a ser caracterizadas ações judiciais avaliadas sob o cunho da “pejotização” de acordo com o artigo 19-A na Lei 8.036/1990, que regulamenta o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e que inclui os saldos de multas ao empregador devido à fraude em contratação de trabalhadores no modelo PJ que de fato atuam como funcionários dando a estes o direito de inclusão destes valores em seu saldo do FGTS. Fonte: http://www.tst.jus.br/noticias/-/asset_publisher/89Dk/content/stf-mantem-entendimento-do-tst-sobre-efeitos-de-contratacao-sem-concurso

¹⁵ Os dados dos CENSOS de 1960 a 2010 apresentados mais abaixo na figura 1 e na tabela 1 permitem observarmos esta transformação. Apresentamos estes detalhes mais abaixo neste capítulo

benefícios concretos que os trabalhadores tinham com o modelo CLT – que conforme observamos em Santos (1979) e em Cardoso (2015) eram fatores que credenciavam pessoas para acessarem a “cidadania regulada” – passariam a ter menor peso, ou ao menos, a não serem os principais fatores para o credenciamento destas pessoas à cidadania tal como defendem os autores sobre aquele período (até os anos 1970). Ou seja, os trabalhadores de regimes flexíveis e mesmo os trabalhadores informais teriam passado a acessar ou manter suas condições de cidadãos não mais somente por estarem vinculados ao regime CLT, mas também ao conseguirem ter acesso a bens de consumo e a serviços através de iniciativas como expansão do crédito e de acesso a uma gama maior de serviços públicos e privados. Esta análise propõe que o acesso à cidadania não necessariamente dependeria, a partir dos anos 2000, exclusivamente, ou principalmente da contratação por meio de regimes formais como os regulados pelo estatuto do servidor público ou pela CLT – havendo espaço para que os modelos flexíveis pudessem oferecer aos trabalhadores PJ uma aproximação, ainda que limitada, das condições sociais e econômicas experimentadas até então a somente certos tipos de empreendedores¹⁶ que mantinham reserva de capital, de bens ou grande movimentação financeira – ao menos nos casos em que a flexibilização das relações de trabalho vinha acompanhada de melhores remunerações em comparação com o modelo CLT. Se por um lado este processo aumenta o acesso ao exercício da cidadania pela via do consumo, por outro lado, este processo tornaria mais distante o estabelecimento de bases sociais marcadas pela formalidade e garantia de direitos sociais através da regulação do Estado¹⁷.

2 TRANSFORMAÇÃO DOS TIPOS DE VÍNCULOS DOS PROFISSIONAIS DE TI DOS ANOS 1960 AOS ANOS 2010

2.1 Flexibilização, empreendedorismo e informalidade

A comparação dos dados dos CENSOS ajuda a compreender melhor o contexto e a evolução dos diferentes tipos de vínculos de trabalho¹⁸. Podemos observar no gráfico 1, abaixo, que no Brasil os profissionais de TI nos anos 1960 praticamente não conheciam o

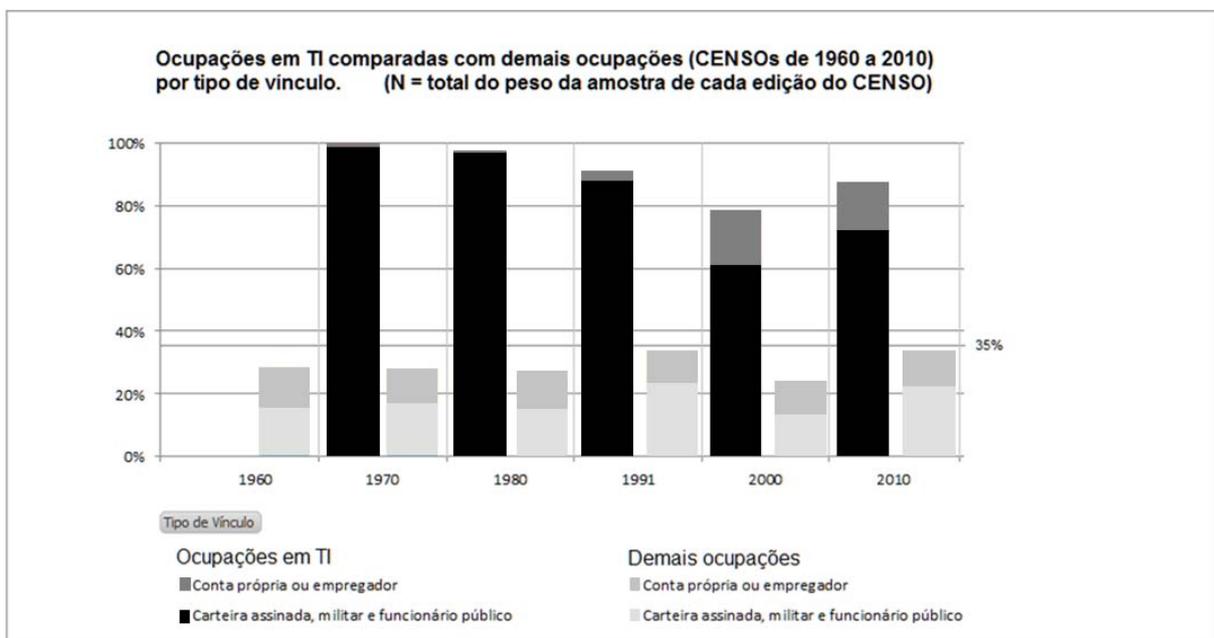
¹⁶ Além dos já mencionados trabalhadores com carteira assinada e servidores públicos.

¹⁷ Processo similar foi observado por Paugam (2017) em países europeus que nas últimas décadas apresentaram o que o autor destaca como sendo a redução da marginalização, ou redução do estigma daqueles que não estão vinculados a regimes de trabalho formais legitimados e suportados pelo Estado ou por corporações (PAUGAM, 2017).

¹⁸ A diferença das barras representadas no gráfico e o valor total (100%) representa os trabalhadores informais, sem carteira assinada, desempregados e população não economicamente ativa (não PEA).

trabalho informal (de acordo com a apuração do CENSO de 1970), sendo 100% da amostra daquele ano composta por 99% de “trabalhadores com vínculos formais” (trabalhadores com carteira assinada, funcionários públicos ou militares) e 1% de “empreendedores com vínculos formais”¹⁹ (empregadores ou trabalhadores que atuavam por conta própria com vínculos formais)²⁰. Neste sentido agrupamos empreendedores e trabalhadores por conta própria no mesmo grupo de vínculos formais. O grupo dos trabalhadores “sem carteira assinada” pode também abrigar profissionais “PJ” que, de fato, não possuem carteira assinada de trabalho.

Gráfico 1 – composição de gráficos com proporção de ocupados por agrupamento de ocupação (TI e todas as demais ocupações) por tipo de vínculo de trabalho (IBGE/CENSOS, 1960 a 2010)



Fonte: Os Autores

Esta proporção de ocupação formal na área de TI (barras mais escuras sobrepostas) – apesar de manter-se muito superior à soma de “ocupações com vínculos formais” das “demais ocupações”²¹ analisadas (em tom mais claro no gráfico) – decresceu entre as décadas de 1970 e

¹⁹ As amostras dos CENSOS foram filtradas de modo a considerar dentre os empreendedores e trabalhadores por conta própria aqueles que atuavam formalmente ou que contribuíam para previdência social. Os que atuavam de modo informal foram desconsiderados nesta análise e compõem a diferença entre os valores apresentados nos gráficos e tabelas e os 100% do total da amostra.

²⁰ Destaca-se que no questionário do CENSO de 2010 a questão 6.49 indica que em caso de empregador admite somente complementação da resposta com mínimo de uma pessoa. Entretanto em entrevistas realizadas com profissionais da área identificamos que mesmo trabalhador PJ poderia identificar-se como “empregador”, alegando se “empregador de si mesmo” podendo gerar complementação à questão 6.49 com valor positivo.

²¹ Conforme observamos na tabela 1 os profissionais de TI mantiveram-se entre os anos 1960 e 1980 (CENSOS de 1970 e 1991 respectivamente) com total de ocupações formais superior a 90%, sendo que as aferições

1990 (em termos proporcionais). Entretanto, da soma dos “trabalhadores e empreendedores com vínculos formais” (ocupações formais em TI), observamos a partir da aferição do CENSO de 2000 que a proporção de “trabalhadores com vínculos formais” em TI havia se reduzido de quase cem por cento (1970) para 61% da amostra do CENSO aferida em 2000, enquanto que no mesmo período houve aumento significativo da proporção de “empreendedores com vínculos formais” (também na área de TI) passando de 1,1% no CENSO de 1970 para 17,1% no CENSO de 2000, e 15,5% no CENSO de 2010. Este dado merece destaque, pois demonstra que entre os anos 1960 e 2000, e em menor grau nos anos 2010, houve aumento considerável na proporção de “empreendedores com vínculo formal” na área de TI enquanto que este número para as demais ocupações manteve-se relativamente estável no país conforme observamos na tabela 1²² apresentada mais adiante. Ao compararmos os empreendedores formais em TI com os empreendedores formais das demais ocupações agrupadas observamos que o CENSO do ano 2000 apresentou aumento superior a 70% da proporção de empreendedores do primeiro grupo (17,1%) em comparação com o total de empreendedores de demais ocupações (que se manteve estável próximo a 10% desde a aferição do CENSO de 1970 até 2010)²³. Ao analisarmos a proporção de empreendedores formais na área de TI entre os anos de aferição dos CENSOS, observamos que esta população (em termos proporcionais) mais do que quintuplicou no espaço de uma década (entre os anos 1980 e 1990) saltando de 3,1% (CENSO de 1991) para 17,1% (CENSO de 2000).

Em números absolutos a população de empreendedores formais na área de TI saltou de aproximadamente 13 mil pessoas no CENSO de 1991 para 96 mil e 165 mil nas aferições dos CENSOS de 2000 e 2010²⁴, respectivamente. Em números absolutos os trabalhadores formais de TI tiveram a seguinte população estimada pelos CENSOS de 1991, 2000 e 2010,

seguintes dos CENSOS (2000 e 2010) apresentaram, respectivamente, proporções de vínculos formais de 78,6% e 87,5% somando-se trabalhadores e empreendedores.

²² Nas aferições dos CENSOS de 1960, 1970 e 1980 que apresentaram, respectivamente, resultado de 28,2%, 27,6% e 26,7% para a soma das ocupações formais. No CENSO de 1991 a proporção de ocupações formais se elevou para 33,2%, recuando para 23,9% em 2000 e retornando a 33,2% em 2010 (Tabela 1).

²³ Mesmo no CENSO de 2010 realizado após período de aumento considerável do trabalho com carteira assinada, pois, segundo dados do Ministério do Trabalho (2017) obtidos através dos dados dos CENSOS de 2000 e 2010: “O nível da ocupação das pessoas de dez anos ou mais de idade (percentual de pessoas ocupadas na semana de referência na população nessa faixa etária) aumentou, de 2000 e 2010, no País como um todo, de 47,9% para 53,3%”. Fonte: PORTAL BRASIL. Número de empregados com carteira assinada chega a 65,2%, segundo Censo 2010. <http://www.brasil.gov.br/governo/2011/11/posse-de-carteira-assinada-chega-a-65-2-dos-empregados-segundo-censo-2010>. Publicado em 16 nov. 2011. Acessado em: 10 jul. 2017.

²⁴ Precisamente os números absolutos aferidos nos CENSOS de 1991 a 2010 para os empreendedores formais da área de TI foram: 12.829, 96.580 e 165.295 (CEM, 2017).

respectivamente: 477 mil, 357 mil e 769 mil²⁵, ou seja, no mesmo período em que houve aumento de sete vezes na quantidade de empreendedores formais na área de TI, a quantidade de trabalhadores formais na área (carteira assinada, militares e funcionários públicos) teve redução em números absolutos de 477 mil para 357 mil trabalhadores nas aferições de 1991 e 2000 respectivamente, voltando a aumentar na aferição da década seguinte – mais que o dobro do resultado obtido em 2000 (indo para 769 mil)²⁶. Estes dados podem indicar ainda que os anos 1970 e 1980 foram favoráveis à ampliação do trabalho formal na área de TI registrando paralelamente um tímido crescimento na atuação de empreendedores formais na área (de 1,1% na aferição de 1970 para 3,1% na aferição de 1991) – período que, conforme observamos, coincide com o de forte atuação do Estado e do setor militar na proteção do mercado brasileiro da computação e na formação de quadros profissionais (DANTAS, 1988); os anos 1990 (conforme dados aferidos no CENSO de 2000) foram marcados pela redução do trabalho formal em termos absolutos (com carteira assinada e no serviço público) ao mesmo tempo em que houve crescimento vertiginoso na quantidade de ocupados como empregadores ou trabalhadores por conta própria na área de TI²⁷ – período que coincide com a redução do papel do Estado na indução de políticas para a área da computação e outras áreas (BRAGA, 2012). Já os anos 2000 foram mais favoráveis ao surgimento de vagas de trabalho no modelo CLT e no serviço público quando comparado com a década anterior (de 357 mil para 769 mil) possivelmente por conta de fatores diversos que incluem crescimento da participação da área de TI no resultado do Produto Interno Bruto (do período de crescimento econômico do país)²⁸

²⁵ Os números absolutos aferidos nos CENSOS de 1991 a 2010 para os trabalhadores formais da área de TI foram: 36.400, 476.585 e 357.411 (CEM, 2017).

²⁶ Estes números sugerem que parcela das vagas de trabalho formais (modelo CLT e atuação no serviço público) foram transferidas para a atuação de empreendedores (empregadores e trabalhadores autônomos).

²⁷ Destaca-se que em termos de “ocupações formais” na área de TI, somando trabalhadores formais e empreendedores formais, houve um aumento neste período de 8,9% desta população (de 541 mil para 589) conforme observamos na tabela 2.

²⁸ Em 2010 o mercado de TI correspondia – na avaliação mais conservadora apresentada pelo International Data Corporation (IDC) – a aproximadamente 4% do PIB daquele ano (85 bilhões de dólares). Antônio Rego Gil, presidente da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação (Brasscom), foi um dos consultados para a elaboração do boletim publicado pela UFRGS. No documento são apresentados dados sobre o desempenho da área de TI em 2010. O percentual de participação da área de TI no país naquele ano teria sido, na estimativa da organização que presidia (Brasscom), de cerca de 10% do PIB (cerca de 220 bilhões de dólares) (INF-UFRGS, 2011). A publicação compara o desempenho da área de TI com os resultados do Produto Interno Bruto nacional “Brasil foi um dos países menos atingidos pela crise que abalou a economia mundial em 2008. O bom comportamento do PIB registrado nos anos anteriores - de 2002 a 2008, o montante passou de US\$ 724 bilhões para US\$ 1,5 trilhão - foi mantido, com desempenho acima do alcançado por economias ricas e outras nações emergentes em 2009. O PIB nacional cresceu 7,5% em 2010, bem acima do PIB mundial, que cresceu 4,6% segundo a OCDE.” O Boletim usa como referência os dados da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação (Brasscom) e do International Data Corporation (IDC) (BRASSCOM, 2011; INF-UFRGS, 2011).

e de ações específicas no campo jurídico contra o fenômeno de “pejotização” considerado pelo Tribunal Superior do Trabalho como um tipo comum de fraude ao emprego²⁹ – a ser combatida.

Tabela 1 – percentual de ocupados por agrupamento de ocupação (TI e todas as demais ocupações) por tipo de vínculo de trabalho (IBGE/CENSOS, 1960 a 2010).

Percentual de ocupados por tipo de vínculo agrupado	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Profissionais de TI		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Trabalhadores formais - Carteira assinada, militar e funcionário público		98,8%	97,1%	87,6%	61,4%	71,9%
Empreendedores formais - Conta própria ou empregador		1,1%	0,4%	3,1%	17,1%	15,5%
Sem carteira de trabalho assinada, não remunerado, não PEA e não definidos		0,0%	2,5%	9,2%	21,4%	12,5%
Todas as demais ocupações	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Trabalhadores formais - Carteira assinada, militar e funcionário público	15,8%	17,4%	15,9%	23,5%	13,9%	22,7%
Empreendedores formais - Conta própria ou empregador	12,4%	10,2%	10,8%	9,8%	10,0%	10,5%
Sem carteira de trabalho assinada, não remunerado, não PEA e não definidos	71,8%	72,4%	73,3%	66,8%	76,1%	66,8%
TOTAL PESO DA AMOSTRA DE CADA CENSO (N)	870.059	94.467.757	29.378.455	162.394.673	169.872.856	190.755.799

Tabela 2 – número absoluto de ocupados por agrupamento de ocupação na área de TI por tipo de vínculo de trabalho (IBGE/CENSOS, 1970 a 2010).

	1970	1980	1991	2000	2010
Ocupações formais na área de TI	12.086	37.440	540.771	589.441	1.090.243
Trabalhadores formais em TI (Carteira assinada, militar e funcionário público)	11.899	36.400	476.585	357.411	769.018
Empreendedores em TI (Conta própria ou empregador)	183	94	12.829	96.580	165.295

Ao analisarmos a variação entre empreendedores e trabalhadores (ambos formais) com base nas aferições dos CENSOS de 1970 a 2010 (conforme apresentado na tabela 3 abaixo) observamos que a proporção de empreendedores na faixa etária de 40 a 59 anos manteve-se ao longo das cinco décadas proporcionalmente superior a de trabalhadores de mesma faixa etária. Por outro lado, a faixa etária dos 20 a 39 anos manteve sempre proporção maior de trabalhadores formais em comparação com empreendedores formais. Destacamos, no entanto, que entre aferições dos anos 2000 e 2010 é possível observar que houve uma redução significativa da proporção de jovens empreendedores em comparação com a de jovens trabalhadores (que se manteve praticamente estável neste período), o que reforça a tese de juristas (SANTOS, 2013) que apontam que neste período houve uma intensificação da formalização e da regularização dos contratos de trabalho. Por outro lado é possível observar que dentre os mais velhos (faixa de 40 a 59 anos) houve aumento significativo da proporção

²⁹ Dados do Tribunal de Justiça do Trabalho indicam que nos anos 2000 houve grande aumento de ações trabalhistas movidas por pessoas que atuavam em empresas de todos os tipos como contratados no regime de Pessoa Jurídica. Foi constituída Força Tarefa de combate à fraude ao emprego, do que resultou indiscutível elevação no número de empregos formais, que de 2003 a 2007 deu um salto, em termos de formalização, de 861.014 para 2.452.181 empregos anotados (SANTOS, 2009, p. 103).

de empreendedores entre as aferições dos anos 2000 e 2010. Isso pode significar que os profissionais mais velhos tendem a migrar para modelos tidos como mais flexíveis de trabalho ou de se tornarem empreendedores empregadores. Ou seja, ao aprofundarmos a análise do avanço dos profissionais de TI “empreendedores” nas últimas décadas, podemos observar que o aumento deste modelo de contratação ou de prestação de serviço ocorreu principalmente entre os mais velhos (a partir de 40 anos).

Gráfico 2 – comparação entre gerações de trabalhadores e empreendedores (formais) com base nas aferições dos CENSOS de 1970 a 2010 (CEM, 2017) – elaboração própria

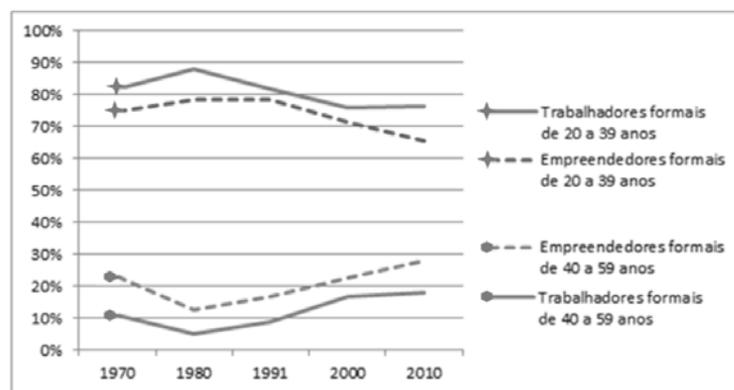


Tabela 3 – Gerações de trabalhadores e empreendedores por tipo de vínculo CENSOS de 1970 a 2010 (CEM, 2017) – elaboração própria

	1970	1980	1991	2000	2010
Carteira assinada, militar e funcionário púb	100%	100%	100%	100%	100%
De 0 a 19	7%	6%	9%	7%	5%
De 20 a 39	82%	88%	82%	76%	76%
De 40 a 59	11%	5%	9%	17%	18%
De 60 a mais	0%	0%	0%	0%	1%
Conta própria ou empregador	100%	100%	100%	100%	100%
De 0 a 19	2%	8%	4%	5%	4%
De 20 a 39	75%	78%	78%	72%	66%
De 40 a 59	23%	13%	17%	22%	28%
De 60 a mais	0%	1%	1%	1%	2%
Sem carteira de trabalho assinada, não rem	100%	100%	100%	100%	100%
De 0 a 19	0%	16%	18%	21%	24%
De 20 a 39	100%	80%	70%	67%	65%
De 40 a 59	0%	4%	11%	12%	10%
De 60 a mais	0%	0%	1%	1%	1%

Este estudo baseado em revisão bibliográfica e análise de dados dos CENSOS de 1960 a 2010 permitiu observarmos de que modo o trabalho e o emprego na área de TI se transformaram ao longo deste período. Observamos também como algumas das transformações relativas aos tipos de vínculo de trabalho ligados aos profissionais de TI, bem como fatores como empreendedorismo e informalidade, passaram a ter cada vez mais

relevância na análise sobre o modo como os profissionais da área atuam no mercado de trabalho (e no mercado de modo geral). Apresentamos também uma análise sobre o modo como estas transformações podem ser relacionadas ao conceito de “cidadania regulada” de Santos (1979) e de como fatores como o acesso ao consumo de bens e serviços passaria a ser proporcionado por outros tipos de regimes ou vínculos de trabalho que não o CLT ou o regido pelo estatuto dos servidores públicos. Consideramos que o presente estudo amplia o debate sobre as transformações nas relações de trabalho a partir do recorte dos profissionais de TI e que o mesmo lança luz à necessidade de novos estudos, em especial de pesquisa empírica, com profissionais da área de TI para que seja possível aferir com precisão e maior grau de detalhe o modo como estes compreendem, mobilizam e avaliam os diferentes tipos de vínculos que lhes estão disponíveis, o modo como exercem, percebem e avaliam suas condições profissionais e pessoais enquanto cidadãos, e o modo como suas profissões ou ocupações são percebidas em diferentes gerações.

Podemos afirmar com base neste estudo que: i) desde os anos 1980 a área de TI (ou da computação) passou a ser cada vez mais descentralizada e diversificada, ainda que somente nas aferições das últimas edições dos CENSOS esta variação pôde ser captada; ii) este processo de diversificação e descentralização coincidiu com um período de mudanças políticas e sociais de base neoliberal que tiveram impacto no modo como empresas e trabalhadores passaram a mobilizar os tipos de vínculos de contratação disponíveis; iii) que a combinação destes fatores endógenos (transformações na área de TI) e exógenos (transformações sociais, políticas e econômicas) podem ser associados às mudanças observadas no trabalho na área de TI que passou por um período de expansão (tanto econômica quanto em relação à força de trabalho empregada) no mesmo período e que viu também crescer o número de pessoas atuando através de modelos mais flexíveis de trabalho e na informalidade; iv) vimos ainda que nas últimas três décadas a quantidade de empreendedores na área de TI aumentou significativamente (aproximadamente cinco vezes em números absolutos); v) que nos anos 1990 houve redução de um quarto da força de trabalho da área de TI vinculada ao regime CLT e que, enquanto os trabalhos com carteira assinada diminuía, por outro lado, o trabalho informal e o empreendedorismo aumentavam significativamente; iv) que na década seguinte, nos anos 2000, houve uma importante recuperação no número de trabalhadores vinculados ao regime CLT – que mais que dobrou em números absolutos quando comparado ao início dos anos 1990.

Consideramos que, se de um lado o empreendedorismo na área de TI merece destaque devido ao crescimento que apresentou nas últimas décadas, o mesmo precisa ser melhor investigado, pois, conforme observado em pesquisas como as de Navazo (2014), Castro (2013) e Rosenfield (2011) o ato de abrir uma empresa (atuar como Pessoa Jurídica) não necessariamente significa se tornar empresário ou empreender e que não raro esta é somente uma forma de empresas e trabalhadores ajustarem suas demandas com maior liberdade em relação às regras do regime CLT de modo a gerar distorções tanto nas aferições realizadas por órgãos oficiais quanto no arcabouço de direitos disponíveis aos trabalhadores destas modalidades de vínculos. Neste sentido, o aprofundamento nos estudos sobre os profissionais de TI e seus tipos de vínculos deveria incluir a obtenção de dados que permitam que o próprio “campo”, ou seja, os próprios profissionais apresentem antigas e novas categorias que de fato são operacionalizadas pelos mesmos em suas relações de trabalho e que manifestem seus atos e escolhas profissionais para então serem confrontados com modelos analíticos já propostos. Consideramos que em uma análise que considere as variações entre os tipos de vínculos e relações de trabalho que aborde períodos extensos, como os superiores a duas ou três décadas, considerem também o aspecto geracional, ou seja, o modo como diferentes gerações lidam com os diferentes tipos de vínculo e como percebem tais vínculos em diferentes períodos. Embora tais práticas não sejam novidade observamos que nem sempre as mesmas são postas em prática em análises de períodos extensos. Acreditamos que pesquisas que se aprofundem neste tema poderão ajudar a compreender melhor não só a dinâmica das transformações nas relações de trabalho na área de TI, mas a dinâmica das transformações das relações de trabalho de modo mais amplo pois o repertório de práticas mobilizado na área pode vir a ser também assimilado e mobilizado por muitas outras áreas e setores da economia.

REFERÊNCIAS:

BERGIN, Thomas J. *50 years of army computing from ENIAC to MSRC*, A Record of a Symposium and Celebration November 13 and 14, Aberdeen Proving Ground, 1996.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia Lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRASSCOM (Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação). **Brasil TI-BPO book**. Disponível em: www.brasscom.org.br/brasscom/Portugues/pdf/Brasil_TI-BPO_Book.pdf. Acessado em: 10 jun. 2017.



CAPES. **Plataforma Sucupira**. Disponível em:

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/viewPrograma.jsf>
Acesso em junho de 2017.

CARDI, M. L.; BARRETO, J. M. **Primórdios da computação no Brasil**. Simpósio de História da Informática na América Latina e Caribe. Medelim, 2012.

CARDOSO, Adalberto, **Metamorfoses da Questão Geracional: O Problema da Incorporação dos Jovens na Dinâmica Social**. **Dados** [online]. 2015, vol.58, n.4, pp.873-912.
<http://dx.doi.org/10.1590/00115258201561>.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**, Paz e Terra, São Paulo, 2009.

CASTRO, Barbara, **Afogados em contratos** : o impacto da flexibilização do trabalho nas trajetórias dos profissionais de TI. 2013. 368. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

CEM (Centro de Estudos da Metrópole). **Censos demográficos de 1960 a 2010**. São Paulo: Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/1147> .
Acesso em: 12 abr. 2017.

CERUZZI, P. (1998) **A history of modern computing**, The MIT Press Essential Knowledge Series, 2003.

DANTAS, Vera. **A guerrilha tecnológica: a verdadeira história da política nacional de informática**. Rio de Janeiro: LTC-Livros Técnicos e Científicos Ed., 1988.

FONSECA, Rafaela Guimarães Campos. **O fenômeno da pejetização e o avanço em seu reconhecimento pela jurisprudência**. 2015.

GOODMAN, Seymour, "**Soviet computing and technology transfer: an overview**", World Politics, Cambridge University Press, v. 31, n. 4, 2012

LIMA, Francisco Meton Marques de. **A contratação de trabalho intelectual sem vínculo de emprego - lei n. 11.196/05 – no contexto da política pública de combate à informalidade**. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, X, n. 40, abr 2007. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1749: Acesso em set. 2017.

MEDINA, Eden, **U.S. Labor and Working-Class History** – Volume 1 – Computers, in Arnesen, Eric (org.), Routledge, Nova Iorque-Londres, 2007

PAUGAM, Serge. **Poverty and Attachment Regimes in Modern Societies** in J. Schroeder et al. (Org.), **Soziale Bildungsarbeit - Europäische Debatten und Projekte, Soziale Arbeit als Wohlfahrtsproduktion**, Springer Fachmedien, Wiesbaden, 2017

PORTAL BRASIL. **Número de empregados com carteira assinada chega a 65,2%, segundo Censo 2010**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2011/11/posse-de-carteira-assinada-chega-a-65-2-dos-empregados-segundo-censo-2010>. Publicado em 16 nov. 2011. Acesso em: 10 jul. 2017.

SANTOS, Maria de Fátima. Da Fraude nas Relações de Trabalho in: **Revista do Tribunal do Trabalho da 2ª. Região**. nº 3/2009. São Paulo: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª. Região, 2009.

SANTOS, Wanderley. **Cidadania e Justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979.

ZUSE, Konrad. The outline of a computer development from mechanics to electronics. In: RANDELL, B. **The origins of digital computers**: texts and monographs in computer science. 2 ed. Springer-Verlog, 1970.

TRANSFORMATIONS IN WORKING RELATIONSHIP AMONG IT PROFESSIONALS IN BRAZIL FROM THE 1960s TO THE YEARS 2010 - FLEXIBILIZATION AND PRECARITY?

***Abstract:** This paper presents the results of a study which covered the changes in working relationship of IT professionals in Brazil during the last sixty years, with special attention to the transformations of their labor ties. This study is based in the gathering information from documents and researches held by historicists, sociologists and journalists combined with analysis of Census measurement and information provided by official institutions from the 1960s, which allow to observe relevant changes related to the way that Computing or Information Technology happened to act under different labor ties. The migration of a considerable portion of professionals from the formal labor ties regulated under working laws and public service to the entrepreneur model or “IT business men” are the main focus of this research that relates this transformation process in labor ties with the concept of “regulated citizenship” and aims to answer how these transformations can be compared to the classic approach used by the Brazilian sociologist Wanderley Guilherme dos Santos (1979) indicating that new forms of acquiring ‘citizenship status’ compete with the formal labor ties discussed by Santos (SANTOS, 1979). The comparison of census data from 1960 to 2010 shows an intensification of the changes in labor ties from the 1990s in a context of important social and political changes influenced by neoliberal agenda that likewise in other countries, founded in Brazil at that time a favorable environment to be established.*

Keywords: IT professionals. Computing. Labor ties. Flexibilization. Entrepreneurship.

LICENCIATURA EM DESPORTO - IMPACTOS DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA CIDADE DA GUARDA EM PORTUGAL

Rocha, Bruna B.¹ – bruuna_rocha1@hotmail.com

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Campus Barbacena. Rua: Monsenhor José Augusto, 204 - 36205-018 - Barbacena – Minas Gerais – Brasil

Toledo, Flaviana A.² – flaviana.toledo@ifsudestemg.edu.br

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Campus Barbacena. Rua: Monsenhor José Augusto, 204 - 36205-018 - Barbacena – Minas Gerais – Brasil

***Resumo:** O estudo se desenvolveu através do Programa de Mobilidade Internacional do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais que teve como objetivo promover a complementação da formação acadêmica para estudantes dos cursos superiores, proporcionando um elo com Instituto Politécnico da Guarda em Portugal em busca de saberes, experiências e conhecimentos. Tivemos como objetivo central realizar um levantamento sobre as condições de trabalho a que estão submetidos os profissionais da área de Educação Física em Portugal, levando em conta a forma como o mundo do trabalho vem se reorganizando em um contexto de globalização, flexibilização e neoliberalismo. Para tanto, realizamos entrevista semi-estruturada com vinte e sete profissionais formados em licenciatura em desporto com questões relativas à a) Formação profissional; b) Condições objetivas de trabalho; c) Relações trabalhistas e d) Saúde. Os resultados apontam que o mercado de trabalho em Desporto ainda sofre com influências históricas como a reestruturação produtiva e o neoliberalismo, que faz com que os trabalhadores enfrentem a flexibilização e a precarização.*

***Palavras-chave:** Precarização. flexibilização. Licenciados em Desporto.*

1. INTRODUÇÃO

¹ Mestranda em Educação

² Mestrado em Educação

A presente pesquisa buscou compreender o mundo trabalho na atual fase de desenvolvimento capitalista e em especial, as condições de trabalho em que se encontra o licenciado em desporto em Portugal na cidade da Guarda.

No modo de produção capitalista, a organização social da produção é orientada para um constante processo de valorização e acumulação de capital, fundada sobre a exploração do trabalho vivo. A ausência de crescimento, ou a impossibilidade de auferir maiores lucros, caracteriza as constantes crises que acompanham o seu desenvolvimento.

O rompimento da coesão entre as forças que compõem o sistema, em decorrência de uma crise, faz com que ele precise reconstituir-se de algum modo de forma a compatibilizar-se com a nova correlação de forças existente (MÉSZÁROS, 2007).

Com base nesses pressupostos, podem-se analisar as profundas transformações por que passa o modo de produção capitalista, em decorrência da crise do modelo de acumulação taylorista-fordista, a partir da década de 1970 e do *Welfare State*, ou Estado de Bem Estar Social.

O desenvolvimento capitalista é marcado por crises cíclicas. A crise da década de 1970 é marcada pela crise do petróleo em 1973, pelo fortalecimento dos sindicatos durante o período de expansão capitalista (era de ouro) e pela intensificação das lutas sociais dos anos de 1960. Antunes (1999 apud Coimbra, 2009, p. 75) destaca que as manifestações dessa crise estrutural são:

- a) O esgotamento do padrão de acumulação Taylorista/Fordista, b) hipertrofia da esfera financeira, que adquirira certa independência frente ao capital produtivo; c) maior concentração de capitais, conquistada mediante as fusões entre empresas monopolistas e oligopolistas; d) crise do Estado de Bem Estar Social, e a conseqüente retração dos gastos públicos e sua transferência para a iniciativa privada; e) incremento acentuado das privatizações; f) tendência às desregulamentações do processo de trabalho, dos mercados e da força de trabalho.

O modelo de acumulação em crise (taylorista-fordista) se pautava na produção em massa de mercadorias, na produção verticalizada, com ampla racionalização e controle do trabalho, no trabalhador especializado e na nítida separação entre elaboração e execução do trabalho (ANTUNES, 1999).

A produção de mercadorias, em grande escala, exigia um mercado dinâmico capaz de absorver essa produção, sendo o Estado chamado a atuar como “dinamizador” da economia,

através de investimentos em infraestrutura, fornecimento de subsídios para a produção e de bens públicos, bem como na utilização maximizada da mão de obra, em busca das condições do pleno emprego.

Dessa forma o *Welfare State* previa determinada regulação econômica por parte do Estado, financiando o capital privado pelo fundo público e apoiando-se em políticas de assistência social (OLIVEIRA, 1998).

A rigidez do regime de acumulação - no tocante aos investimentos, contratos de trabalho, às formas de organização e gestão do processo de produção, às tecnologias de base eletromecânica - é apontada como problemática para a expansão capitalista, principalmente no período de 1965 a 1973, quando o sistema se torna incapaz de conter as contradições intrínsecas ao capitalismo. Em virtude disso, são tomadas medidas para superar esses problemas, rumo a uma sociedade mais flexível, com novas formas de organização da produção e do consumo, processos de trabalho e mercados mais flexíveis e um forte ataque aos direitos conquistados pelos trabalhadores (HARVEY, 2004).

O Estado precisa assumir uma nova configuração, condizente com as novas necessidades de produção e reprodução da existência no modelo de acumulação flexível, tendo como principais características a privatização, a desregulamentação e a descentralização, sob a alcunha de Estado Neoliberal.

Em seu conjunto, essas transformações têm implicado na intensificação da exploração da força de trabalho, no desemprego estrutural, no crescimento de uma desproletarização³, na precarização do trabalho, no aumento do trabalho feminino e infantil e atingido duramente a organização da classe trabalhadora (ANTUNES, 1999).

Segundo Antunes (2007), O resultado do neoliberalismo está por toda parte, com um alto índice de desemprego, precarização ilimitada, perda de direitos, rebaixamento salarial entre outros.

Apesar das diferenças quanto as formas de emprego flexíveis entre os diversos país, estudos empíricos realizados a nível da União Européia mostram que, o mesmo tem vindo a

³ Entende-se por desproletarização, a passagem do setor secundário ao terciário da economia (ANTUNES, 1999).

umentar em toda a Europa (CE, 1998; Brewster et al., 1997), sendo facilitado pela debilidade das forças sindicais e pelo desequilíbrio nas relações capital-trabalho.

A difusão de formas de emprego flexíveis implica no crescimento de uma força de trabalho fluida que pode ser contratada, despedida, externalizada, de acordo com as necessidades de adaptação ao mercado por parte das empresas (CASTELLS, 1998; KOVÁCS, 2003), sendo as formas flexíveis de emprego marcadas pela precariedade (KOVÁCS, 2004, p. 35).

Em Portugal, desde início da década de 1990, tem-se procurado flexibilizar a lei trabalhista. Após a aprovação da Lei nº 64-A/89, de 27-02, que procurou flexibilizar o regime de demissões (compensando essa flexibilidade com a limitação do recurso à contratação por tempo determinado), passando pela aprovação da Lei nº 21/96, de 17-01, que consagrou a flexibilização do tempo de trabalho, e em particular a redução dos períodos normais de trabalho, pela lei que regulou o regime jurídico do trabalho a tempo parcial (Lei nº 103/99, de 26-07), até ao atual Código do Trabalho. Essas medidas visam à dinamização de novas formas de contratação laboral, e à mobilidade funcional e geográfica da força-de-trabalho (Rebelo, 2006).

Após a crise financeira internacional de 2008, o governo Português assinou o memorando de entendimento com a Troika (Fundo Monetário Internacional, Comissão Europeia e Banco Central Europeu) visando o equilíbrio das contas públicas e aumento da competitividade, como condição de um empréstimo pecuniário dessas entidades que concorreu, segundo Madureira (2014), para a criação de políticas de austeridade por parte do governo português e assistiu-se a uma perda de soberania do estado na determinação das medidas de reforma da administração pública no país.

Dentre as medidas adotadas podemos observar as reformas no mercado laboral em Portugal, com alterações na legislação trabalhista e nas medidas de proteção ao emprego. As reformas constam diversas medidas que provocam impactos na vida do trabalhador, buscando através da flexibilização aumentar o crescimento econômico do país.

REBELO (2004, apud SÁ, 2012), ao analisar a precariedade laboral em Portugal seguindo uma metodologia qualitativa, constrói o perfil do trabalhador precário: mulheres, jovens, idosos, trabalhadores “pouco qualificados” e atuais licenciados.

Percebemos dessa forma a substituição de um conjunto de empregos – com salários superiores ao salário mínimo, benefícios sociais, segurança no emprego – por outros com

remuneração mais baixo, menos benefícios e sem segurança no emprego; e por outro lado, o desemprego da população mais idosa (com mais de 50 anos). (SÁ, 2012)

Com relação ao do trabalho do professor de Educação Física, no Brasil diversos estudos vêm apontando a situação de precariedade em que se encontram os trabalhadores da área (Coimbra, 2009, Quelhas, 2013, Nozaki, 2004, Gawryszewski e Coimbra, 2008), marcados pela desvalorização da profissão no contexto escolar e pela expansão do mercado de atividades físicas no mercado não-escolar, como academias, clubes, etc...

O reordenamento do trabalho do professor de Educação Física trouxe à tona, uma série de questões referentes a essa profissão, mudanças no conteúdo do trabalho, aumento na precarização do trabalho, regulamentação da profissão e transformações no que se refere à formação profissional da área. (COIMBRA, 2009)

A precarização do trabalho é, portanto, um elemento estrutural da “condição de proletariedade” sob o capitalismo global, caracterizada pelo aumento da taxa média de exploração, já que ocorre o aumento médio da taxa de extração de mais-valia. Por outro lado, as experiências da precarização do trabalho são vividas e percebidas de formas diferentes pelos contingentes do velho salariedade e pela nova geração imersa na nova precariedade salarial. “Existe, neste caso, nos ‘novos coletivos de trabalho’, níveis discrepantes de experiências vividas e percebidas da ‘condição de proletariedade’ e do universo salarial”. (ALVES, 2007)

NOZAKI (2004) aponta ao analisar a realidade brasileira, que houve um reordenamento do trabalho do professor de Educação Física, que em sua dimensão histórica, pouco teve de conteúdo de transformação, referindo-se a uma forma de recomposição situada no interior da sobrevivência do capital, como resultado de dois grandes determinantes: a secundarização da Educação Física na escola e a construção de uma visão de profissão liberal.

Sendo assim, o objetivo do trabalho foi verificar qual a condição de trabalho dos Licenciados em Desporto na cidade da Guarda, tendo em vista as transformações no mundo do trabalho. O estudo foi realizado com vinte e sete profissionais formados em Licenciatura em Desporto que exercem seus trabalhos em diferentes áreas ligadas a Educação Física.

A formação em Licenciatura em Desporto tem por função preparar o profissional para estabelecer e orientar programas de treino desportivo e preparação física; realizar a avaliação e

controle do treino; participar na direção técnica de clubes, escolas de formação, associações ou federações desportivas, ginásios e empresas e integrar equipas de promoção do desporto.

2. METODOLOGIA

O referencial teórico reivindicado por essa pesquisa se assenta à luz do materialismo histórico dialético, que se consolida como uma teoria central mediada pela totalidade das relações sociais de produção, considerando seus processos históricos de contradição.

Em termos gerais, o marxismo é um enfoque teórico que contribui para desvelar a realidade, pois busca apreender o real a partir de suas contradições e relações entre singularidade, particularidade e universalidade. Esse enfoque tende a analisar o real a partir do seu desenvolvimento histórico, da sua gênese e desenvolvimento, captando as categorias mediadoras que possibilitam a sua apreensão numa totalidade (MASSON, 2012).

Buscamos compreender nosso objeto de estudo em sua totalidade, como síntese de múltiplas determinações através de subsídios teóricos em outros trabalhos desenvolvidos que se relacionam com tema pesquisado, a fim de nos embasarmos contribuindo para o avanço do conhecimento científico. Como primeiro momento, realizamos um levantamento dos estabelecimentos que oferecem trabalhos relacionados à área de Desporto na cidade da Guarda em Portugal.

Para fundamentar nossa pesquisa, utilizamos como material empírico, uma entrevista semi-estruturada contendo os seguintes temas: a) Formação profissional; b) Condições objetivas de trabalho; c) Relações trabalhistas e d) Saúde. A entrevista possui caráter anônimo, sendo assim, as falas dos interlocutores contém apenas as iniciais de seus respectivos nomes. Pretendeu-se com esses instrumentos metodológicos uma aproximação ao real movimento em que se encontra a precarização do trabalho do Licenciado em Desporto na cidade da Guarda em Portugal.

3. RESULTADOS

O atual contexto político, econômico e legislativo em Portugal permite e valida um conjunto de formas precárias de emprego opostas ao modelo tradicional de contratação de

trabalhadores, através do desenvolvimento de novas formas de contratação como exemplo contratos a tempo parcial.

A criação destas formas “mais flexíveis de trabalho” tem sido defendida nos últimos anos pela União Europeia, com o objetivo de garantir a flexibilidade que permita o crescimento econômico em mercados e economias globalizados (SÁ, 2010). Se essas formas de trabalho já eram marcantes em grupos de trabalhadores periféricos, elas têm se alastrado cada vez mais para outros grupos e setores.

Foram entrevistados vinte e sete profissionais de Desporto. Sendo eles, treze do sexo feminino e quatorze do sexo masculino. Com relação à idade nove interlocutores possuíam até trinta anos e dezoito possuíam mais de trinta anos.

De posse das entrevistas analisamos que dezanove se formaram no Instituto Politécnico da Guarda e os oito restantes em outras instituições de ensino superior de Portugal. Dentre eles quinze são licenciados, seis cursam mestrado e seis já são mestres.

As áreas de atuação da maior parte dos profissionais são nos campos não escolares como exemplo: clubes, academias, ginásios e escolas de desportos, totalizando 66.6%. Com a formação em licenciatura em desporto os profissionais são aptos a trabalharem apenas nos ambientes não escolares.

Há variações nos quesitos relacionados às condições objetivas de trabalho. Constatamos que seis profissionais exercem apenas um turno, quinze trabalham em dois turnos, cinco trabalham três turnos e um não soube responder. Verificamos que as pausas realizadas pelos interlocutores são geralmente nos horários de almoço, onde dez profissionais possuem pausa com duração de uma hora, sete profissionais com pausa de duas horas, sete profissionais não necessitam de pausa, dois profissionais possuem menos de uma hora de pausa, e um não respondeu. Os interlocutores apontaram que durante o trabalho revezam e saem rapidamente para lanchar, além disso, alguns interlocutores se queixaram da jornada extenuante de trabalho: Como relata S. “Como é meu dia de trabalho? Intenso. Das oito da manhã às oito e meia da noite, eu faço varias coisas no meu dia de trabalho. ”. Afirma também P. “As pausas são curtas, certa de dez a quinze minutos para comer qualquer coisa e entramos logo outra vez, mas são curtas.”. E também M.:

Normalmente, nos dias mais preenchidos, saio de casa às oito horas, até ao meio dia e meio, “tu” a dar aulas depois tenho mais ou menos quarenta e cinco minutos para almoçar, vou dar aulas até às seis, depois lancho e regresso à casa às dez e meia, onze da noite.

No que se refere às estruturas físicas dos locais de trabalho a maior parte perfazendo um total de quinze interlocutores classificaram como boa, outros sete consideraram como muito boa um dos profissionais considera como fantástico já outro entrevistado considera a estrutura normal, um considera razoável e um classifica estrutura com falhas.

Podemos observar que os locais de trabalhos na cidade da Guarda oferecem uma boa estrutura e que há uma preocupação com a adequação do ambiente para a prática. O interlocutor que classificou a estrutura com falhas exerce sua função em piscinas e questiona a temperatura.

A entrevistada N., que trabalha em piscinas, afirma “A estrutura física? É boa, podíamos ter alguns ajustes, mas é boa. Em nível de companheiros de colegas também.”. Afirma C.:

Sim, considero as condições fantásticas, pra pratica, para o ensino, acho que os professores de Portugal são bastantes qualificados e pronto, nós fazemos muitos estágios de maneira a termos uma maior vivência com a área, e acho que sim, acho que tudo bastante positivo cá em Portugal.

E por último N. “Acho que estamos muito bem equipados, pelo o que eu conheço de cá (Guarda) penso que é um dos mais equipados e completos ginásios.”

No critério relações laborais analisamos que quinze profissionais possuem contratos de trabalho, oito são prestadores de serviços e recebem por recibo verde, dois são donos do próprio negócio, um profissional possui seu próprio negócio e recebe recibo verde, e outro possui seu próprio negócio e recebe por contrato.

O contrato de trabalho trata das relações de emprego, envolvendo o empregado e o empregador. Está associado à regulamentação coletiva de trabalho, assim como aos usos laborais que não contrariem o princípio da boa fé.

O recibo verde é uma denominação de profissionais independentes, é um contrato de prestação de serviços entre um trabalhador independente e uma entidade contratante. Os profissionais exercem suas funções dentro da empresa, mas não são seus empregados, com relação à conceção jurídica do termo.

Recibos verdes que supostamente deveriam ser passados por trabalhadores por conta própria para fins de Imposto de Renda. Entretanto, no contexto atual do mercado de trabalho português, muitas empresas se servem deste mecanismo para não ter que contratar ou efetivar funcionários, as pessoas trabalham para as empresas como se fossem trabalhadores por conta própria e não trabalhadores dependentes. (PONTES, 2004)

São notados na pesquisa que recebem maiores salários aqueles que profissionais que possuem contratos de trabalho. Além disso, os profissionais que possuem contratos têm direitos a férias remuneradas e benefícios associados ao vencimento. Porém, há relatos de precarização no trabalho de quem recebe por contratos, o Interlocutor R. que exerce seu serviço em piscinas, afirmou que se for necessário ele trabalha aos finais de semana e não recebe por isso, as horas trabalhadas são compensadas em um outro momento. Além disso, afirmou já ter sofrido pressão no seu local de trabalho.

Ele relata que exerce seu trabalho no período noturno mesmo não recebendo adicionais noturnos e há um incentivo a sua formação continuada, desde que, tenha alguém para substituí-lo, o interlocutor recebe por esse dia, porém, há descontos no subsídio de refeição.

As condições de trabalho para quem não possui contrato são mais precárias os indivíduos que recebem por recibos verdes são considerados trabalhadores autônomos e não possui direitos básicos assegurados. Como aponta o profissional E.:

Não adoço, não posso adoecer. Faço de tudo para não adoecer na verdade. Se eu, por exemplo, faltar, as aulas que eu dou durante a semana, imaginemos que numa das situações eu tenha um lesão grave. Claro que ai sim, teria que ter alguém para me substituir, apresentar uma baixa médica. Mas isso significaria, por exemplo, que eu iria perder muitos alunos. Daí por exemplo eu não adoço, não posso adoecer, não posso permitir que isso aconteça.

O profissional E, tem seu vencimento é calculado por números de alunos. Sendo assim, ele enfatiza que não pode adoecer sobre o risco de perder clientes e comprometer a sua remuneração.

Através desses dados, observamos relações de trabalho condizentes com a nova configuração do trabalho no mundo contemporâneo, marcado pela flexibilização, extensas e intensas horas de trabalho.

Sobre os salários, apuramos que dez profissionais recebem mais de mil euros, esses profissionais encaixam-se em tais características: recebem por contratos, exercem suas funções em mais de um local de trabalho, e, ou são os donos dos locais de trabalhos. Como o exemplo de E. que afirmou recebe por volta de 1.700 euros, porém não recebe nenhum benefícios associados ao seu vencimento e trabalha por três turnos.

Sete profissionais recebem entre quinhentos e cinquenta e sete euros à mil euros como afirma R. “ Recebo por volta de mil e trezentos euros, porém ha descontos e o valor cai para novecentos euros” é um trabalhador que recebe por contrato. O total de nove profissionais recebe menos que quinhentos e cinquenta e sete euros, tal valor equivale ao salário mínimo de Portugal. Como é o caso de J. que recebe cento e cinquenta euros, trabalha setenta e duas horas no mês, recebe por recibos verde e não possui nenhum benefício associado ao seu vencimento.

Através dos relatos notamos a situação do trabalhador nessa atual etapa de acumulação de capital e concordamos com as afirmações dos autores Vasapollo (2005) apud Antunes e Pochmann (2007, p.202):

A nova condição de trabalho está sempre perdendo mais direitos e garantias sociais. Tudo se converte em precariedade, sem qualquer garantia de continuidade: O trabalhador precarizado se encontra, ademais, em uma fronteira incerta entre ocupação e não-ocupação e também em um não menos incerto reconhecimento jurídico diante das garantias sociais. Flexibilização, desregulação da relação de trabalho, ausência de direitos. Aqui a flexibilização não é riqueza. A flexibilização, por parte do contratante mais frágil, a força de trabalho é um fator de risco e a ausência de garantias aumenta essa debilidade. (VASAPOLLO, 2005 apud, ANTUNES e POCHMANN, 2007, p.202)

No critério saúde, 45% dos interlocutores relataram que possuem dificuldades em conseguir licença médica, entre eles estão os oito trabalhadores que recebem por recibos verdes, eles não possuem direito à licença sofrendo descontos em caso de falta ao trabalho. Se for necessário faltar, outro profissional exerce sua função.

Três profissionais entrevistados relataram possuir problemas de saúde decorrente da atividade exercida no trabalho. Como relata uma interlocutora S:

Possuo uma lesão, síndrome do piramidal é uma contração do nosso músculo piramidal que é na base do glúteo, e que pronto, vou ter que ser intervencionada para libertar o músculo, porque ele contraiu e não consegue libertar, pronto. Ele esta todo contraído e faz pressão pelo ciático e faz dor, continua, isso é provocado às vezes pelas más posturas que assumimos e por muitos agachamentos que temos que realizar.

Além disso, todos os interlocutores relataram doenças profissionais que podem vir a desenvolver executando a profissão de desporto, as doenças podem surgir por vários fatores,

entre eles más condições de trabalho. Os profissionais citaram: lesões musculares e ósseas, problemas nas cordas vocais, problemas auditivos, problemas mentais, cansaço, fadiga, doenças respiratórias, constipações. Observamos nos discursos dos interlocutores: J.:

O desgaste, ao longo dos anos vai haver uma degradação biológica em todos nós, nós ao fato de darmos tantas aulas, pode estar mais incidente a essa parte ao desgates das articulações, ou seja, é isso.

Também afirma P. :

Depende, eu este ano, por exemplo, tive uma pneumonia, que surgiu derivada as más condições climáticas. Nós mudamos muito, andamos em ambientes frios, transpiramos em um ambiente frio depois vamos para o ambiente quente, e etc. É um dos grandes problemas que nós podemos ter, para além de outros tipos de problemas como artrose, problemas de coluna, etc, por causa do peso da manipulação dos alunos, etc. Há várias situações e nós joelhos, ombros que vai a falha como costume dizer, mais cedo ou mais tarde. Risos.

Aponta V: “Doenças? Ah, acho que é mais doenças mentais, estou ficando maluca, às vezes, devido as pressões”.

Notamos que há profissionais que sabem dos riscos que podem surgir com o desempenho do trabalho, e está consciente de que problemas podem vir a surgir. Como Afirma J.:

E sim, se calhar não pensamos muito nisso, mas na parte auditiva até podemos ter algum problema por causa da música alta nos temos sempre que incentivar e é muito difícil, mas daqui alguns anos vamos pagar por isso, e depois claro, a parte muscular e óssea, porque está diretamente ligadas, agora penso que a parte auditiva é aquilo que não pensamos, e que se calhar podemos vir a sofrer.

A intensidade e o ritmo acelerado no trabalho e o número excessivo de horas na jornada são decisivos na precarização da saúde do trabalhador, podendo eliminá-lo, precocemente, do mercado. Nas condições de trabalho estão incluídas as atividades corporais e mentais dos trabalhadores, bem como os elementos materiais, físico-químicos, ambientais, temporais e também as relações de trabalho (ABRAMIDES, 2003).

Através dos dados analisados identificamos como o reordenamento no mundo do trabalho decorrente da reestruturação produtiva e do estado Neoliberal trouxeram impactos para a vida do licenciado em Desporto em Portugal.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo inseriu-se em um esforço de compreender as consequências da atual configuração do mundo do trabalho para os trabalhadores de Desporto na cidade da Guarda em Portugal. Pudemos constatar que a conjuntura do capitalismo gerou mudanças estruturais com marcas da precarização e flexibilização do trabalho.

A crise do capitalismo a partir da década de 1970, leva à necessidade do sistema capitalista buscar formas de restabelecer o padrão de acumulação. Neste sentido é que se insere a implementação de um longo processo de reestruturação do capital, marcadas no plano político pelo neoliberalismo e no plano econômico pelo regime de acumulação flexível. Essas alterações trazem importantes consequências para a classe trabalhadora, como dismantelamento das organizações da classe, perdas de direitos duramente conquistados, com contratos de trabalhos mais flexíveis, aumento das jornadas de trabalho e menores coberturas sociais.

Observamos através dos relatos que alguns licenciados exercem suas funções e não possuem os seus direitos básicos assegurados, além disso, há trabalhadores que recebem valores a baixo do salário mínimo de Portugal. No critério saúde, há profissionais que possuem dificuldades de conseguirem baixa médica e todos os interlocutores, ironicamente, relataram doenças profissionais que podem vir a desenvolver exercendo o seu trabalho.

Por fim notamos que a precarização e a flexibilização, são questões marcantes do mercado de trabalho capitalista na contemporaneidade e tem atingido também os licenciados em desporto na cidade da Guarda. Compreender as condições de trabalho em que se encontra o profissional licenciado em desporto possui um papel significativo, o seguimento pode contribuir para a organização dos trabalhadores enfrentando as condições que lhe são impostas.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M. B. C. & CABRAL, M. S. R. Regime de acumulação flexível e saúde do trabalhador. **São Paulo Perspec.** v. 17, n. 1, São Paulo, jan./mar. 2003

ALVES, G. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, Ricardo; POCHMANN, Márcio. **A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil**. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org>>. Acesso em: out. 2017.

BREWSTER, C. Flexible working in Europe. **Journal of World Business**, Summer, v. 32. 1997.

GAWRYSZEWSKI, B. & COIMBRA, T. C. A. Precarização do trabalho do professor de Educação Física sob a ação da ACAD e do CONFEF. In: Seminário do Trabalho. 6, Marília. **Anais...** Marília: UNESP, p. 1-16. 2008.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 13. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

KOVACKS, I. Emprego Flexível em Portugal. **Sociologias**. Porto Alegre, v. 6, n. 12, p. 32-67, jul/dez. 2004.

MADUREIRA, C. A reforma da Administração Pública Central no Portugal democrático: do período pós-revolucionário à intervenção da troika. **Revista de Administração Pública - RAP**, 49 (Maio-Junio). 2015. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=241038414001>> Acesso em: 12 jun. 2017,

MASSON, G. As contribuições do método materialista histórico e dialético para a pesquisa sobre políticas educacionais. In: Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul – ANPED SUL, 9., 2012, Caxias do Sul. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPED, 2012. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/966/126>> Acesso em: 23 jun. 2017.

MESZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.

NOZAKI, H. T. **Educação Física e reordenamento no mundo do trabalho: mediações da regulamentação da profissão**. 2004, 383f. Tese (Doutorado em Educação)-Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2004.

OLIVEIRA, F. **Os direitos do antivalor**: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.

PONTES, L. Mulheres brasileiras na mídia portuguesa. **Cadernos Pagu**, v. 23, p. 229-256, jul.-dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n23/n23a08>> Acesso em: 30 jun. 2017.

QUELHAS, Á. O profissional de Educação Física no segmento fitness: uma análise a partir da categoria marxista de trabalho produtivo. In: Seminário do Trabalho. 7., 2010, Marília. **Anais...** Marília: UNESP, p. 1-20. Recuperado em 22 de junho de 2017, de

https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/101020/quelhas_aa_dr_mar.pdf?sequence=1&isAllowed=y

REBELO, G. "A reforma da Administração Pública Portuguesa ", O Economista, **Anuário da Economia Portuguesa** , 19ª edição: 2006 , p.99 - 106.

REBELO, G. Flexibilidade e Precariedade no Trabalho. **Fundação para a Ciência e Tecnologia**. 2004.

REBELO, G. **Flexibilidade e diversidade laboral em Portugal**, 27 pp. 2007 ISCTE, Lisboa: Working Paper Dinâmia/ISCTE.

SÁ, T. “**Precariedade**” e “**trabalho precário**”: consequências sociais da precarização laboral. 2010. Disponível em:< <http://configuracoes.revues.>> Acesso em: 20 jun. 2017.

DEGREE IN SPORTS – IMPACTS OF WORK PRECARIOUSNESS IN THE CITY OF THE GUARDA IN PORTUGAL

***Abstract:** The study was developed through the International Mobility Program of the Federal Institute of Southeastern Minas Gerais which aimed to promote the complementation of academic formation for students of higher education, providing a link with Guarda Polytechnic Institute in Portugal in search of wisdom, experiences and knowledge. Our main objective was to carry out a survey on the working conditions to which the professionals of Physical Education in Portugal are submitted, taking into account the way the world of work has been reorganized in a context of globalization, flexibilization and neoliberalism. To do so, we conducted a semi-structured interview with twenty-seven professionals graduated in sports degree with questions related to a) Professional degree; b) objective conditions of work; c) Labor relations and d) Health. The results indicate that the labor market in sports still suffers from historical influences such as productive restructuring and neoliberalism, which causes workers to face flexibilization and precariousness.*

***Keywords:** Precarization, Flexibilization, Graduates in Sport.*

MIGRAÇÕES, PENDULARIDADES E MERCADO TRABALHO NO SEGMENTO UPSTREAM DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO NA BACIA DE CAMPOS

Joseane de Souza – joseanedesouza.souza@gmail.com
UENF/CCH/LGPP
Avenida Alberto Lamego, 2000. Parque Califórnia
28.013-602 – Campos dos Goytacazes – RJ – Brasil

Denise Cunha Tavares Terra – deniseterra@gmail.com
UENF/CCH/LGPP
Avenida Alberto Lamego, 2000. Parque Califórnia
28.013-602 – Campos dos Goytacazes – RJ – Brasil

Resumo: *Este artigo apresenta uma análise da reestruturação produtiva, ocorrida a partir de meados da década de 1970 na Bacia de Campos e seus reflexos no mercado de trabalho, que se transforma de atividades predominantemente voltadas para a agroindústria sucroalcooleira para atividades industriais intensivas em capital, voltadas para a exploração e produção de óleo e gás offshore. Constata-se que a mão de obra existente além de não ter sido absorvida pela nova indústria não se constituiu num exército industrial de reserva para a mesma e para as atividades correlatas. Nesse contexto, a oferta de trabalho para esta indústria assume um caráter nacional e, inclusive internacional, ampliando a escala do âmbito local/regional. Além das intensas migrações para a região, os novos contratos de trabalho permitem intensos movimentos pendulares, também em escala nacional e internacional.*

Palavras-chave: *Reestruturação produtiva. Mercado de trabalho. Transferência intersetorial. Segmento upstream. Nível de dependência.*

1 INTRODUÇÃO

A reestruturação produtiva ocorrida na região Norte Fluminense, a partir dos anos 1970 - declínio da indústria sucroalcooleira e desenvolvimento da atividade de extração de petróleo e gás natural offshore - implicou em uma série de impactos regionais. Um deles deu-se sobre o mercado de trabalho, tendo em vista que o novo setor produtivo se caracteriza por ser intensivo

em capital, demandando, portanto, uma mão de obra bastante qualificada e significativamente diferente daquela demanda pelo setor sucroalcooleiro.

Este artigo objetiva analisar os reflexos desta reestruturação produtiva sobre o mercado de trabalho regional. Nesse sentido, o artigo está organizado em seis seções, incluindo esta seção introdutória.

Na segunda serão apresentadas as principais características da reestruturação produtiva pela qual passou a região Norte Fluminense, a partir dos anos 1970, assim como as principais características do novo mercado de trabalho - inclusive explicitando os regimes possíveis de contratação - que se formou na região.

Na terceira seção, serão apresentadas algumas considerações teóricas sobre a relação entre a mobilidade espacial da população (migração e movimentos pendulares) e distribuição espacial dos postos de trabalho; assim como sobre a mobilidade espacial da população como estratégia de ascensão social e de sobrevivência dos indivíduos no mercado, à luz de visões críticas sobre a transferência intersetorial de mão de obra.

Na quarta seção, serão apresentados alguns resultados sobre os movimentos migratórios e pendulares no contexto do segmento *upstream* da indústria do petróleo na bacia de Campos. Na quinta, algumas considerações finais e, na sexta, as referências bibliográficas.

2 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NA REGIÃO NORTE FLUMINENSE

A Região Norte Fluminense desenvolve atividade açucareira desde o período colonial, mas é na segunda metade do século XIX que a mesma passa a ter maior destaque nesta atividade devido ao surgimento do engenho a vapor e, posteriormente, das usinas de açúcar.

Com a crise de 1929 e com uma superprodução na agroindústria canavieira, o governo federal brasileiro cria o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) visando organizar o setor e controlar a produção por meio das cotas de produção e comercialização para as usinas, impulsionando o deslocamento do polo hegemônico açucareiro para São Paulo. As décadas de 70 e 80, foram de expansão e modernização, patrocinados pelo Proálcool, mas este não foi suficiente para alterar a posição já periférica e subordinada do Norte Fluminense em relação a São Paulo que se consolidou, a partir deste período como a maior região brasileira produtora de cana-de-açúcar. (TERRA *et al*, 2012)

O enfraquecimento da agroindústria sucroalcooleira na região Norte Fluminense provocou a perda de dinamismo de importantes ramos da cadeia produtiva, como o metal-mecânico e de

aguardente e que reverberou nas demais atividades de comércio e serviços. Ao longo de todo esse período em que a monocultura da cana de açúcar ocupou lugar de destaque na economia regional foi gerado um quadro de grande desigualdade social, com um contingente de mão de obra pouco qualificada, que Cruz (2006) estimou em torno de 25.000 pessoas, denominado por ele de "ex-trabalhadores deserdados da cana" e que foram incapazes de se inserir no mercado de trabalho que passou a ser oferecido pela promissora atividade petrolífera, com a descoberta de petróleo na Bacia de Campos em meados da década de 1970 e a instalação da base operacional da Petrobras em Macaé. Conforme ressalta Cruz, esses trabalhadores são pessoas:

Completamente despreparadas para as oportunidades abertas na economia petrolífera. Com elevados níveis de desqualificação, baixíssimos níveis de escolaridade, vivendo próxima a situação de miséria, residindo em favelas e loteamentos clandestinos, esta população não possui os pré-requisitos necessários tanto para os postos de trabalho abertos, quanto para os cursos de capacitação oferecidos. (CRUZ, 2006, p.60)

A indústria do petróleo, classificada como extrativa mineral é bem diferenciada das demais deste grupo, pois exige atividades de grande complexidade tecnológica, sofisticadas e diversificadas tecnologias empregadas nas fases de perfuração e sondagem e uma ampla e variada base de conhecimento. Trata-se de uma indústria de produção contínua, o que exige incorporar novas descobertas para a continuidade do fluxo de produção. Esta indústria apresenta dois grandes segmentos denominados de *upstream* ou montante e *downstream* ou jusante. O primeiro inclui as fases de exploração, desenvolvimento e produção enquanto no segundo incluem-se as atividades de transporte, refino e distribuição. O maior volume de investimentos da indústria concentra-se no segmento *upstream*, quando são perfurados os poços produtores e instaladas as plataformas e equipamentos. (PIQUET e TERRA, 2011)

A atividade petrolífera na região Norte Fluminense se expande significativamente a partir da Lei 9.478/97, conhecida como Lei do Petróleo e do Decreto 2.705/98, conhecido como Decreto das Participações Especiais. A Lei do Petróleo elevou a alíquota dos royalties, antes fixada em 5% do valor da produção, para uma alíquota que varia de 5% a 10%, beneficiando de forma extraordinária as finanças públicas dos seletos municípios confrontantes com os poços petrolíferos, denominados pela Lei de "municípios produtores" de petróleo e gás. Esta Lei decreta o fim do monopólio na exploração e produção de petróleo e gás no país permitindo a entrada de empresas estrangeiras, elevando significativamente a produção de petróleo e gás. A Bacia de Campos chegou a produzir mais de 80% do petróleo brasileiro e os municípios do Norte Fluminense, em especial Campos dos Goytacazes e Macaé tornaram-se os maiores beneficiários destas compensações financeiras.

Para se entender o contexto em que ocorreu a elaboração da Lei do Petróleo é importante lembrar que a década de 90 no Brasil foi marcada pelas reformas do Estado e abertura comercial influenciadas pela base teórica neoliberal. O Brasil passa por um processo de reestruturação produtiva, decorrente da abertura comercial ampla propiciada pela redução das barreiras tarifárias à entrada de produtos no mercado nacional, gerando uma desarticulação de cadeias produtivas já consolidadas, desnacionalização de empresas e altas taxas de desemprego.

No setor petrolífero ocorreram importantes alterações na política de compras da Petrobras em meados dos anos 1990, em especial na área do *upstream*, atribuídas aos acordos assinados com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que considerava os investimentos das empresas estatais como aumento da dívida pública. Segundo Rappel,

[...] das quinze plataformas flutuantes de produção adquiridas pela empresa naquele período, somente três foram construídas no Brasil, com investimentos da ordem de US\$ 600 milhões; enquanto doze foram encomendadas a estaleiros no exterior (...) representando investimentos totais de US\$ 2,3 bilhões, com participação nacional pouco expressiva, variando de zero a 20%. (RAPPEL, 2003, p.99)

Este autor argumenta ainda que essas alterações resultaram na formação de um movimento empresarial de antigos fornecedores da Petrobras no sentido de buscar formas de atuação que contornassem essa situação que causou sérios prejuízos ao parque industrial brasileiro. A Agência Nacional do Petróleo (ANP), órgão regulador do setor após a flexibilização do monopólio estatal, orientada neste sentido, passou a criar exigências de conteúdo local, protegendo a cadeia produtiva já instalada, ampliando a participação nacional no fornecimento de bens e serviços para o setor petróleo e gás, recuperando e ampliando os empregos e a renda no País.

Como dito anteriormente, a indústria petrolífera é complexa e de risco, envolvendo nas suas diversas etapas empresas de diferentes portes e níveis de especialização. O papel mais importante é exercido pelas petroleiras (*oil companies*), que são intensivas em capital e que contratam serviços de sísmica, perfuração e produção de outras empresas especializadas, que requerem mão de obra qualificada em suas operações.

Mas é importante destacar que existem também oportunidades para pequenas e médias empresas tornarem-se fornecedoras das petroleiras tendo em vista a variedade de produtos demandados, envolvendo serviços de menor conteúdo tecnológico e desta forma criando oportunidades de trabalho para uma mão de obra menos qualificada.

A reestruturação produtiva da indústria do petróleo reflete as tendências em curso no cenário internacional de reestruturação do capitalismo e suas manifestações no mercado de trabalho.

Nesta direção a adoção da terceirização foi decorrente da exigência de uma variedade de tarefas altamente especializadas, de atividades sequenciais e de curto prazo e operações em áreas distantes.

Figueiredo *et al* (2007) realizaram estudo sobre as terceirizações e as relações de trabalho na indústria petrolífera *offshore* no Brasil e consideram que a reestruturação produtiva no setor petrolífero atende aos requisitos de maior produtividade e flexibilidade, alterando significativamente a gestão do trabalho, seguindo tendência predominante em outros contextos industriais. A terceirização cresceu significativamente na década de 1990, período no qual houve a suspensão dos concursos no âmbito federal e a Petrobras, como empresa pública teve vedada a possibilidade de renovação do seu quadro de pessoal, com redução do efetivo de trabalhadores coincidindo com o período em que houve constante crescimento da produção.

Simultaneamente ocorre a alteração do modelo de organização gerencial, gerando maior autonomia com a divisão da empresa em unidades de negócios de apoio e corporativas, ampliando a terceirização nas diversas etapas do processo produtivo, inclusive de operação, produção e manutenção. Os autores apontam ainda significativas diferenças de qualificação, treinamento e remuneração entre os efetivos e os terceirizados neste período. Concluem, asseverando que:

Assim, a flexibilização das relações de trabalho no setor offshore encontrou condições favoráveis para se difundir e reproduzir a tendência à precarização verificada em outros setores, sempre guardadas as peculiaridades que marcam o avanço de tais processos quando levamos em conta as distinções entre seus respectivos contextos. (FIGUEIREDO *et al*, 2007, p.65)

Portanto, atentos aos diferentes contextos, as alterações no mundo do trabalho da indústria do petróleo, seguem as tendências que estão em curso na atualidade, tratando-se de um processo heterogêneo, fragmentado e complexo, como ressaltam Antunes e Alves (2004). Entre as principais mudanças no mundo do trabalho destacam a sua desregulamentação, a informalidade e a terceirização, a redução do proletariado estável, aumento da precarização, ampliação do desemprego estrutural e do trabalho feminino com remuneração inferior ao masculino, a expansão do setor serviços subordinada à lógica e racionalidade do mercado, a exclusão dos jovens e trabalhadores considerados idosos, bem como a inclusão precoce de crianças, e a expansão do "terceiro setor", como forma alternativa de ocupação.

Há ainda uma última tendência pontuada por estes autores que se relaciona muito bem com a atividade do segmento petrolífero *offshore*, que é a configuração do mundo do trabalho cada vez mais transnacional. Da mesma forma em que ocorreu a transnacionalização do capital, há

também um "complexo processo de ampliação das fronteiras no interior do mundo do trabalho", desenvolvendo uma classe trabalhadora que "mescla sua dimensão local, regional, nacional com a esfera internacional". (ANTUNES e ALVES, 2004, p.341)

3 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE MIGRAÇÃO, PENDULARIDADE E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS POSTOS DE TRABALHO

A relação entre trabalho e migração vem sendo exaustivamente considerada nas teorias sobre os determinantes dos movimentos migratórios. Na primeira, e mais clássica, Ravenstein (1980), utilizando o Censo do Reino Unido, realizado em 1871, apontou haver uma relação direta entre a melhoria dos meios de transporte e comunicação, a crescente escolarização dos trabalhadores e as migrações internas por **motivo trabalho** (*grifo nosso*), ressaltando que as pessoas que migram a longas distâncias se dirigem, preferencialmente, para grandes centros comerciais ou industriais. Para o autor, o motivo econômico é o principal determinante dos movimentos migratórios.

Everett Lee (1980), relaciona as migrações com o processo de industrialização e modernização econômica, opinião esta compartilhada por Singer (1980). Ambos admitem que a industrialização – concentrada devido a ganhos locacionais e de escala - acirra as desigualdades regionais, criando oportunidades de emprego nas áreas mais dinâmicas, que se tornam áreas de atração populacional; enquanto as áreas menos dinâmicas passam a constituir áreas de expulsão. Singer (1980) considera, ainda, que as migrações constituem um mero mecanismo de redistribuição espacial da população, necessário para garantir a continuidade do processo de reprodução do capital e que resultam de dois fatores de naturezas distintas: (i) fatores de mudança e (ii) fatores de estagnação.

Segundo o autor, quando a migração campo-cidade é provocada pelos fatores de mudança – decorrentes da introdução de relações capitalistas de produção na agricultura, aumentando a produtividade marginal do trabalho – os trabalhadores expulsos da área rural são rapidamente absorvidos pelo setor industrial moderno, aumentando, inclusive, a demanda agregada por produtos industrializados, o que beneficia o fluxo circular da renda e da produção. Quando a migração campo-cidade é provocada por fatores de estagnação - que se manifestam pelo excesso de oferta de mão de obra em relação à demanda por mão de obra, nas áreas rurais – seus efeitos são perversos, para a classe trabalhadora: aqueles que permanecem na área rural têm suas condições de vida significativamente deterioradas, dada a elevação dos preços

relativos; o mercado de trabalho urbano absorve apenas parcela dos imigrantes, principalmente nos setores de serviços domésticos, porque, em geral, são trabalhadores de baixa qualificação. o centro urbano, a maioria dos migrantes acaba vivendo à margem da divisão social do trabalho e reproduzem nas cidades alguns traços da economia de subsistência. Mas ainda assim, as migrações continuam funcionais do ponto de vista do desenvolvimento capitalista, uma vez que nas cidades os migrantes – desempregados/subempregados – contribuem para a formação do exército industrial de reserva e, dessa forma, ajudam a manter baixos os salários da classe trabalhadora.

Segundo Clauss Offe (1989), essa teoria de que a mão de obra imigrante – ou mesmo a dos naturais – empregada ou subempregada formam um exército industrial de reserva para a reprodução capitalista não se sustenta, devido, “entre outros fatores, ao caráter crescentemente “heterogêneo” do trabalho social. Esta posição é também assumida por Nun (1969 apud GUIMARÃES, 2009), quando argumenta que parte da superpopulação relativa em países periféricos não cumpria a função de exército industrial de reserva para o sistema capitalista e permanecia socialmente à margem. Por detrás destes argumentos está não apenas a defasagem entre a qualificação/especialização dos trabalhadores e o desenvolvimento científico-tecnológico, mas sobretudo o uso cada vez maior de tecnologias intensivas em capital, nos processos produtivos.

Ainda que Singer (1980) considere, quando trabalha com a migração decorrente dos fatores de mudança, a possibilidade de rápida realocação intersetorial da mão de obra rural no mercado de trabalho urbano, na realidade a transferência de mão de obra entre setores da economia não se dá com tanta facilidade e para muitos trabalhadores ela sequer acontece; por detrás disso está a diferente qualificação exigida pelos diferentes setores da economia com um mercado de trabalho cada vez mais segmentado.

Para Kovács (2006, p.43), o mundo do trabalho tende para o dualismo estando, de um lado, “a elite qualificada detentora de competências-chave exigidas pelo trabalho *high-tech*, com acesso ao emprego bem pago, estável e garantido e, do outro lado, situa-se a massa de trabalhadores sujeita ao trabalho incerto, mal pago e socialmente degradado”.

Jannuzzi (1999), ao discutir a relação entre mobilidade social e migração, considera que, para muitos autores, as intensas migrações internas, verificadas no Brasil nos anos 1950, 1960 e 1970, indubitavelmente relacionadas ao processo de industrialização, significaram, para muitos

indivíduos, uma mobilidade social ascendente, por proporcionar-lhes uma melhor inserção sócio ocupacional no mercado de trabalho.

Além da industrialização, a urbanização e o aumento da oferta educacional, observado a partir dos anos 1940, são para Pastore (1979; 1986) e Valle Silva (1979) apud Jannuzzi (1999), determinantes da mobilidade social dos migrantes, daqueles períodos. Esses fatores, em conjunto, permitiram que, naquele momento, ocorresse uma redistribuição setorial da força de trabalho, no Brasil, ressaltando-se que se por um lado parte dessa mão de obra foi absorvida, no meio urbano, pela indústria, propriamente dita, por outro lado, parte da mão de obra foi absorvida pela “enorme expansão das ocupações periféricas à própria industrialização no setor de serviços e, ainda, pela intensa ampliação das atividades do comércio ligadas não só à industrialização como à própria aglomeração urbana” (PASTORE, 1979, p. 187 apud JANNUZZI, 1999, p. 56).

A imperfeição na transferência intersetorial de mão de obra também foi também apontada por Oliveira e Piccinini (2011). Se consideramos a teoria da segmentação, a qual afirma que “o mercado de trabalho não é um único espaço competitivo em que todos os postos de trabalho estariam igualmente disponíveis a todos os trabalhadores, mas sim um conjunto de segmentos que não competem entre si” (OLIVEIRA e PICCININI, 2011, p. 1522). Ainda segundo os autores, “há múltiplos mercados de trabalho que se formam a partir da diversidade de atividades profissionais [...] além da profissão, a localização geográfica dos empregos e da mão de obra, os graus de qualificação exigidos, as delimitações etárias multiplicam o número de mercados de trabalho que se justapõem” (OLIVEIRA e PICCININI, 2011, p. 1523).

Está claro que não podemos conceber o mercado de trabalho como um todo homogêneo e, portanto, que a transferência intersetorial dá-se sem qualquer barreira. Na realidade, o mercado de trabalho é composto por “um conjunto de segmentos que não competem entre si” (OLIVEIRA e PICCININI, 2011, p. 1522) e as peculiaridades de cada segmento do mercado de trabalho torna possível a verificação de um aparente – mas falso – paradoxo: a ocorrência de elevado nível de desemprego simultaneamente ao aumento da procura por mão de obra no mercado de trabalho.

A questão é que na realidade há uma série de – fortes - barreiras que tornam praticamente impossível a transferência intersetorial para a maior parcela de mão de obra disponível. Dentre elas podem-se mencionar informações imperfeitas, mudança nas ações das empresas para recrutamento e seleção de mão de obra (importância crescente do papel das redes de

relacionamento interpessoais e dos concursos); e atributos (como escolaridade/qualificação/experiência, idade, gênero, etnia, dentre outros) exigidos pelos diferentes segmentos do mercado de trabalho; o nível das remunerações; regras institucionais, dentre outros (OLIVEIRA e PICCININI, 2011). Sendo assim, a competição dá-se no interior de cada um dos segmentos/ramos do mercado de trabalho. Apenas alguns poucos trabalhadores superaram as barreiras e se inserem em outro segmento.

Por outro lado, a partir de estudos realizados por Pastore (1979; 1986) e Valle (1979), Jannuzzi (1999) relativiza a relação entre mobilidade espacial e social, chamando nossa atenção para o fato de que na realidade a mobilidade social foi, também para a grande maioria dos migrantes, apenas de curta distância (se comparado à ocupação do pai e à ocupação do próprio indivíduo no momento anterior à migração) tendo em vista o fato de que ela se deu, predominantemente, para categorias ocupacionais contíguas. Considera, ainda, que parte do que se identifica como mobilidade deve-se, na realidade, à escala ocupacional adotada pelos pesquisadores, e pondera, que é difícil considerar como mobilidade social a alternância entre a condição de boia-fria, no campo, para biscateiro, na cidade. Para muitos, o êxodo rural implicou, inclusive, em perda de qualidade de vida.

A importância do setor de serviços como área de absorção da mão de obra não absorvida pelo setor secundário foi também apontada por Antunes e Alves:

É perceptível também, particularmente nas últimas décadas do século XX, uma significativa expansão dos assalariados médio no setor de serviços, que inicialmente incorporou parcelas significativas de trabalhadores expulsos do mundo produtivo industrial, como resultado do amplo processo de reestruturação produtiva, das políticas neoliberais e do cenário de desindustrialização e privatização. (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 338)

Martine (1980), também relativiza essa relação na medida em que considera que nas pesquisas sobre os movimentos migratórios as informações referem-se aos sobreviventes à reemigração e que as migrações são extremamente seletivas segundo os fatores socioeconômicos. Desta maneira, captam-se apenas os indivíduos 'sobreviventes', em tese os mais capacitados; os menos capacitados reemigram, para outras localidades onde estão sujeitos a novos processos de seletividade.

Apesar destas questões, Jannuzzi (1999) admite que para um considerável número de migrantes, as migrações dos anos 1950, 1960 e 1970, implicaram em ascensão social. Por outro lado, considera que com a crise econômica dos anos 1980, e também dos anos 1990, a migração

passou a representar, para muitos indivíduos, antes uma estratégia de sobrevivência e manutenção de posição na estrutura social, do que de ascensão.

Uma outra estratégia de sobrevivência e de manutenção de posição na estrutura social relativa que vem sendo a cada dia mais utilizada pelas populações, são os movimentos pendulares, compreendidos como os movimentos da vida quotidiana, nesse caso específico, na mobilidade entre residência–local de trabalho–residência; observe que, diferentemente das migrações, nesse caso não há mudança do local de domicílio.

No Brasil, informações sobre os movimentos pendulares são relativamente escassas. Uma primeira indagação sobre a mobilidade por trabalho entre municípios distintos foi realizada em 1970 e mantida no Censo Demográfico de 1980. A questão sobre pendularidade foi suprimida no Censo de 1991, mas reincorporada no Censo de 2000. O Censo de 2010, não apenas manteve o quesito, mas o aperfeiçoou, permitindo pesquisas mais aprofundadas na área.

Apesar da lacuna informacional sobre a mobilidade pendular, alguns pesquisadores - Oliveira (2006); Souza e Terra (2015) – reconhecem que estes movimentos, antes bastante restritos às áreas metropolitanas, na atualidade estão aumentando em volume e distância, extrapolando os contornos metropolitanos. A pendularidade é uma realidade entre municípios interioranos pertencentes ou não a um mesmo aglomerado urbano. Nesse sentido, pode-se dizer que a pendularidade reflete, para um número cada vez maior de pessoas, a dissociação entre o local de residência e o de moradia e, indubitavelmente, o seu incremento deve-se ao avanço dos meios de transporte, ao aperfeiçoamento da infraestrutura viária de muitas cidades e regiões e do sistema urbano de circulação de passageiros, mas também à “inexistência de políticas coordenadas entre local de moradia e de trabalho” (BEAUJEU-GARNIER, 1980 apud CASTELLO BRANCO *et al*, 2005, p. 5).

Antunes e Alves (2004) consideram que com a internacionalização e transnacionalização do capital, com as novas formas de contratação, a ampliação do conceito e as novas relações de trabalho, as fronteiras do mundo do trabalho também se ampliaram. Nas palavras dos autores, “a classe trabalhadora se conforma mundialmente” (ANTUNES e ALVES, 2004, p. 341). Consequência disso é o aumento da competitividade no mundo do trabalho: em muitos segmentos a concorrência por uma vaga de emprego passa a ser internacional. Segundo Oliveira e Piccinini,

O mercado de trabalho pode ser entendido como o espaço de lutas entre diferentes agentes (indivíduos, organizações, órgãos de regulação, países, etc) que se constitui historicamente pela incorporação de regras sociais que orientam as estratégias que os

mesmos utilizam no interior deste mesmo campo. (OLIVEIRA; PICCININI, 2011, p. 1532)

4. MIGRAÇÕES, PENDULARIDADES E MERCADO TRABALHO NO SEGMENTO UPSTREAM DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO NA BACIA DE CAMPOS

Como se mencionou, na segunda seção deste artigo, o norte fluminense passou, a partir de meados dos anos 1970, por uma intensa reestruturação produtiva. Pelos vários motivos que servem como barreiras à transferência intersetorial de mão de obra, principalmente quando consideramos dois setores tão distintos entre si como é o caso das atividades agrícolas e extração petrolífera, grande parcela da mão de obra local não pode ser absorvida pela indústria extrativa mineral que se formava na região.

Parte daquela mão de obra foi absorvida pelo setor de comércio e serviços, fomentados em grande medida pelo próprio desenvolvimento industrial, como também pelo desenvolvimento do setor de serviços e do comércio a ele relacionados. Outra parcela da mão de obra não apenas não foi absorvida como nem ao menos chegou a constituir exército industrial de reserva para aquele segmento do mercado de trabalho. O novo mercado de trabalho necessitava de mão de obra qualificada e as migrações – internas e internacionais –, assim como os movimentos pendulares, foram imprescindíveis para cobrir esta lacuna.

Na Tabela 1 apresentam-se informações referentes às migrações interestaduais e intraestaduais, para os municípios selecionados – Arraial do Cabo, Armação dos Búzios, Cabo Frio, Carapebus, Campos dos Goytacazes, Casimiro de Abreu, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras e São João da Barra – referentes ao período 2005-2010¹.

Observe que em todos estes municípios, os saldos migratórios interestaduais apresentaram-se positivos, o que os classifica como receptores líquidos de imigrantes – saldo migratório de 20.323 indivíduos, para o agregado – provenientes de outras unidades da federação.

Como era de se esperar, a migração intraestadual é, em volume, significativamente superior: através dos microdados censitários de 2010, entre 2005-2010, estimou-se, para o conjunto dos municípios selecionados, um total de 123.888 imigrantes, 74.241 emigrantes e um saldo migratório positivo de 49.647 indivíduos. Com exceção de Campos dos Goytacazes, os demais municípios selecionados não somente atraem imigrantes de outros estados brasileiros, mas,

¹ Foram utilizados os quesitos censitários referentes à migração entre duas datas-fixas.

principalmente, de outros municípios fluminenses, ressaltando-se que esses resultados incluem as trocas populacionais entre eles.

Campos dos Goytacazes é um caso ímpar: apesar de se destacar como polo econômico regional é o único, dentre os municípios selecionados, com saldo migratório total negativo, devido às significativas emigrações intraestaduais, ressaltando que pesquisas anteriormente realizadas por Souza e Terra (2016) apontam que as maiores perdas populacionais se dão para municípios da própria região Norte, mais especificamente para Macaé e Rio das Ostras.

Analisando, na Tabela 1, os indicadores da migração total, percebe-se que entre 2005-2010 foram bastante significativos os movimentos migratórios envolvendo esses municípios: em termos brutos estamos falando de 241.266 migrantes; e, em termos líquidos, de um ganho populacional de 69.970 pessoas. O maior ganho líquido foi o de Rio das Ostras (30.606 indivíduos), seguido por Cabo Frio (15.595) e Macaé (15.232).

Tabela 1: Municípios Selecionados – Indicadores da Migração Interestadual, Intraestadual e Total, segundo o município selecionado (2005-2010)

Municípios selecionados	Migração Interestadual				Migração Intraestadual				Migração Total			
	I	E	SM	TLM	I	E	SM	TLM	I	E	SM	TLM
Armação dos Búzios	1.020	624	396	1,44	4.279	2.586	1.693	6,14	5.299	3.210	2.089	7,58
Arraial do Cabo	466	385	81	0,29	3.984	2.179	1.805	6,51	4.450	2.564	1.886	6,80
Cabo Frio	4.803	2.436	2.367	1,27	30.301	17.073	13.228	7,10	35.104	19.509	15.595	8,37
Carapebus	261	59	202	1,52	2.028	676	1.352	10,12	2.289	735	1.554	11,64
Campos dos Goytacazes	4.639	3.415	1.224	0,26	12.964	19.863	-6.899	-1,49	17.603	23.278	-5.675	-1,23
Casimiro de Abreu	965	148	817	2,31	6.630	2.351	4.279	12,10	7.595	2.499	5.096	14,41
Macaé	12.701	3.262	9.439	4,57	23.888	18.095	5.793	2,80	36.589	21.357	15.232	7,37
Quissamã	259	0	259	1,28	2.009	927	1.082	5,35	2.268	927	1.341	6,63
Rio das Ostras	6.062	1.041	5.021	4,75	34.657	9.072	25.585	24,21	40.719	10.113	30.606	28,96
São João da Barra	553	39	514	1,57	3.149	1.420	1.729	5,28	3.702	1.459	2.243	6,85
Total	31.729	11.409	20.320	1,82	123.889	74.242	49.647	4,44	155.618	85.651	69.967	6,26

Fonte: IBGE – Censo Demográfico. 2010.

Com exceção de Campos dos Goytacazes, as migrações aceleraram o crescimento populacional dos demais municípios. Esse ‘efeito acelerador’, medido pela Taxa Líquida de Migração (TLM) foi da ordem de 28,96% em Rio das Ostras, 14,42% em Casimiro de Abreu e 11,64% em Carapebus. Todos estes municípios apresentaram, no período 2000-2010, crescimento populacional acima da média estadual (1,06% a.a), destacando-se o extraordinário ritmo de crescimento de Rio das Ostras (11,24% ao ano), Casimiro de Abreu (4,78%), Macaé (4,55%) e Carapebus (4,42%). Segundo Souza e Terra (2017, no prelo), este conjunto de municípios vem se destacando, pelo menos desde os anos 1980, como a principal área de expansão urbana do estado do Rio de Janeiro.

Tabela 2: Municípios Seleccionados – População e Taxa de Crescimento (2000 – 2010)

Municípios seleccionados	População		Taxa de Crescimento
	2000	2010	
Armação dos Búzios	18.204	27.560	4,23
Arraial do Cabo	23.877	27.715	1,50
Cabo Frio	126.828	186.227	3,92
Carapebus	8.666	13.359	4,42
Campos dos Goytacazes	407.168	463.731	1,31
Casimiro de Abreu	22.152	35.347	4,78
Macaé	132.461	206.728	4,55
Quissamã	13.674	20.242	4,00
Rio das Ostras	36.419	105.676	11,24
São João da Barra	27.682	32.747	1,69
Total	817.131	1.119.332	3,20

Fonte: IBGE – Censo Demográfico. 2010

Como se mencionou anteriormente, além das migrações internas, os movimentos pendulares são também importantes para suprir a carência por mão de obra, no mercado de trabalho. Tendo em vista as peculiaridades que envolvem os contratos de trabalho no segmento *upstream* da indústria petrolífera, parece-nos mais conveniente adotar como conceito de pendularidade o deslocamento – diário ou não - realizado pelos trabalhadores (porque estamos considerando apenas a mobilidade por motivo trabalho) entre o local de residência e o local de trabalho, sendo que estes se localizam em municípios distintos.

Na Tabela 3 encontram-se sumarizadas as informações sobre a pendularidade entre os municípios seleccionados e outros estados da federação e entre outros municípios fluminenses, incluindo a pendularidade entre eles.

Tabela 3: Municípios Seleccionados – Indicadores da Mobilidade Pendular Interestadual, Intraestadual e Total, segundo o município seleccionado (2010)

Municípios seleccionados	Pendularidade Interestadual			Pendularidade Intraestadual			Pendularidade Total		
	Entradas	Saídas	Saldo	Entradas	Saídas	Saldo	Entradas	Saídas	Saldo
Armação dos Búzios	128	0	128	6.995	513	6.482	7.123	513	6.610
Arraial do Cabo	2	29	-27	971	2.197	-1.226	973	2.226	-1.253
Cabo Frio	548	340	208	13.364	14.201	-837	13.912	14.541	-629
Carapebus	6	31	-25	275	2.417	-2.142	281	2.448	-2.167
Campos dos Goytacazes	1.994	818	1.176	7.618	10.880	-3.262	9.612	11.698	-2.086
Casimiro de Abreu	20	71	-51	2.192	4.703	-2.511	2.212	4.774	-2.562
Macaé	9.190	395	8.795	42.809	1.759	41.050	51.999	2.154	49.845
Quissamã	25	32	-7	645	1.270	-625	670	1.302	-632
Rio das Ostras	322	270	52	6.064	14.210	-8.146	6.386	14.480	-8.094
São João da Barra	92	34	58	1.492	1.580	-88	1.584	1.614	-30
Total	12.327	2.020	10.307	82.425	53.730	28.695	94.752	55.750	39.002

Fonte: IBGE – Censo Demográfico. 2010

Considerando-se a pendularidade entre os municípios seleccionados e outros municípios brasileiros, percebe-se uma entrada de 12.329 trabalhadores (Tabela 3) dentre os quais 7.486 (60,75%) originários em estados da própria região Sudeste, notadamente no Espírito Santo e em Minas Gerais. No entanto, por se tratar de fluxos pendulares, que não envolvem mudança de residência entre a origem e o destino, nos chama a atenção a participação relativa dos nordestinos: 29,72% dos trabalhadores pendulares interestaduais.

A saída de trabalhadores pendulares dessa região para outros estados brasileiros é pequena, e prevalecem como destino aqueles espacialmente mais próximos. Com exceção de Arraial do Cabo, Carapebus, Casimiro de Abreu e Quissamã, em todos os outros municípios o saldo pendular interestadual é positivo, sendo este relativamente mais elevado em Macaé, que recebe praticamente 75% dos trabalhadores pendulares interestaduais, e em Campos dos Goytacazes.

Assim como no caso das migrações, os fluxos pendulares intraestaduais são significativamente mais densos: considerando-se esse conjunto de municípios, a pendularidade bruta, em 2010, foi da ordem de 136.155 trabalhadores. Observe, na Tabela 3, que no contexto intraestadual, apenas Macaé e Armação dos Búzios se destacam como áreas de atração tendo o primeiro atraído, em termos líquidos, 41.050 e, o segundo, 6.482 trabalhadores. Nos demais, o saldo pendular é negativo, refletindo a baixa capacidade de absorção/retenção da mão de obra residente por seus respectivos mercados de trabalho. Em termos consolidados, os saldos pendulares positivos também só se verificaram nesses dois municípios. Do total de trabalhadores pendulares,

praticamente 55% eram absorvidos pelo mercado de trabalho de Macaé; 14% por Cabo Frio; e 10% por Campos dos Goytacazes. Por outro lado, 26,08% do total de trabalhadores que saíram desses municípios para trabalhar em outro, originaram-se em Cabo Frio; 25,97% em Rio das Ostras; e 21% em Campos dos Goytacazes.

Esses resultados indicam que tanto Macaé quanto Búzios, apesar das diferentes escalas, além de atraírem muitos trabalhadores residentes em outros municípios tem uma grande capacidade de retenção da mão de obra lá residente, isso porque para cada trabalhador que saiu, entraram 24 em Macaé, e 14 em Búzios. Diferentemente, em Cabo Frio, Campos e Rio das Ostras, tanto as entradas quanto as saídas são significativas, sugerindo haver uma seletividade da mão de obra nesses mercados de trabalho, que merece ser melhor compreendida.

Souza e Terra (2015) desenvolveram um indicador do nível de dependência de um mercado de trabalho em relação à mão de obra exógena², definida como sendo composta pelos imigrantes recentes³, excluindo-se o natural que emigrou e retornou para o município de nascimento durante o quinquênio (neste caso a emigração foi compreendida como um investimento em capital humano) e por trabalhadores pendulares⁴. Considerando o indicador ampliado de dependência de mão de obra exógena, estimado pelo quociente entre o total de imigrantes recentes (exclusive os de retorno para o município de nascimento) somado aos trabalhadores pendulares e o total de trabalhadores **NO** município, verificaram que a dependência por mão de obra exógena é relativamente elevada, em todos os municípios. Em apenas 4 municípios – Quissamã, Campos dos Goytacazes, Arraial do Cabo e Casimiro de Abreu – esse indicador é inferior a 40%, ou seja, que apenas menos de 40% da mão de obra ocupada no município é composta por imigrantes recentes ou por trabalhadores pendulares. Em dois municípios – Armação de Búzios e Macaé – a dependência por mão de obra exógena apresentou-se significativamente elevada e da magnitude de 55,4% e de 59,7%, respectivamente.

Tabela 4: Municípios selecionados – Componentes da mão de obra ocupada NO município e nível de dependência (ampliado e estrito). 2010.

² A metodologia desenvolvida para a estimativa deste indicador encontra-se detalhada no respectivo artigo.

³ Aqueles com menos de 10 anos de residência no município de residência atual.

⁴ Considerando-se a pendularidade em seu sentido mais amplo.

Municípios selecionados	Componentes da Mão de Obra empregada NO município				Nível de Dependência Ampliado	Nível de Dependência Estrito
	Natural do município	Não natural com tempo de residência inferior a 10 anos	Pendular intraestadual e interestadual	Mão de obra ocupada NO município		
Armação dos Búzios	8.998	4.041	7.125	20.164	55,4	35,3
Arraial do Cabo	7.326	2.923	975	11.224	34,7	8,7
Cabo Frio	49.134	20.212	13.910	83.256	41,0	16,7
Carapebus	2.055	1.549	281	3.885	47,1	7,2
Campos dos Goytacazes	128.037	45.961	9.612	183.610	30,3	5,2
Casimiro de Abreu	8.926	3.340	2.213	14.479	38,4	15,3
Macaé	61.331	38.823	51.999	152.153	59,7	34,2
Quissamã	5.003	2.195	670	7.868	36,4	8,5
Rio das Ostras	22.570	12.949	6.388	41.907	46,1	15,2
São João da Barra	8.242	4.482	1.584	14.308	42,4	11,1
Total	301.622	136.475	94.757	532.854	43,4	17,8

Fonte: IBGE – Censo Demográfico. 2010

Considerando-se apenas a mão de obra pendular, no numerador, para a estimativa do indicador estrito, percebe-se uma dependência de mão de obra exógena (estrita) de 35,34% em Armação dos Búzios e de 34,18% em Macaé. Observe que a diferença entre o indicador ampliado e estrito se deve aos movimentos migratórios, de onde se conclui que para Búzios e Macaé os dois componentes deste indicador – migração e pendularidade – são praticamente igualmente importantes para suprir a necessidade de mão de obra – mais qualificada – desses mercados de trabalho; e que apesar da pendularidade, antes bastante restrita ao ambiente metropolitano, estar aumentando em áreas interioranas, as migrações interestaduais e intraestaduais ainda são fundamentais para a continuidade do processo de reprodução do capital, ainda que não resultem em ascensão social dos trabalhadores migrantes, mas simplesmente os mantenha na estrutura social relativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O norte fluminense passou, a partir de meados dos anos 1970, por uma intensa reestruturação produtiva, que impactou significativamente o mercado de trabalho que a partir de então não pode sequer ser considerado regional, mas nacional ou, melhor dizendo, internacional.

Em decorrência das várias e, pelo menos no curto prazo, intransponíveis barreiras à transferência de mão de obra do setor sucroalcooleiro para o de extração petrolífera, grande parcela da mão de obra local não apenas não pôde ser absorvida pela indústria extrativa mineral,

como sequer chegou a constituir exército industrial de reserva para a mesma. O novo mercado de trabalho necessitava de mão de obra qualificada, demanda esta em grande medida suprida através das migrações – internas e internacionais – e dos movimentos pendulares.

Os resultados apontam para uma significativa dependência de mão de obra exógena, ou seja, de mão de obra migrante e pendular, ressaltando-se que há pendulares residentes em outros estados brasileiros (inclusive na região Norte e Nordeste). Estes movimentos só são possíveis tendo em vista as especificidades dos regimes de contratação no segmento *upstream* da indústria petrolífera.

Agradecimentos

A realização deste artigo é produto do Projeto Territórios do Petróleo, medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, mai/ago. 2004.

CASTELLO BRANCO, Maria Luiza; FIRKOWISKI, Olga Lúcia C. de Freitas; MOURA, Rosa. Movimento pendular: abordagem teórica e reflexões sobre o uso do indicador. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional [ANPUR], 11,2005. Salvador. Anais..., Salvador/Bahia, 2005.

CHESNAIS, François. **A mundialização do Capital**. Tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CRUZ, José Luiz Vianna. Origem, natureza e persistência das desigualdades sociais no Norte Fluminense. In: CARVALHO, A.M.; TOTTI, M.E.F. **Formação Histórica e Econômica do Norte Fluminense**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. p. 33-68.

FIGUEIREDO, Marcelo Gonçalves *et al.* Reestruturação produtiva, terceirização e relações de trabalho na indústria petrolífera offshore da Bacia de Campos, RJ. **Gestão e Produção**. Universidade Federal de São Carlos, v.14, n.1, p.55-68, 2007.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. A sociologia dos mercados de trabalho, ontem e hoje. **Novos Estudos CEBRAP**, n.85. Novembro. 2009. p.151-170.

IBGE. Censo Demográfico. 2010.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Mobilidade social e migração no Brasil: revisão bibliográfica e elementos empíricos para análise. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, 16, n.1/2, jan/dez, 1999. Brasília. P.55-82.

KOVÁCS, Ilona. Novas formas de organização do trabalho e autonomia no trabalho. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n.52. 2006. p. 41-65.

LEE, Everett S. Uma teoria sobre migração. In MOURA, Hélio (Coord): **Migração Interna, Textos Selecionados**; BNB, ETENE; Fortaleza, 1980. p. 89-114.

MARTINE, George. Adaptação dos migrantes ou sobrevivência dos mais fortes? In MOURA, Hélio (Coord): **Migração Interna, Textos Selecionados**; BNB, ETENE; Fortaleza, 1980. p. 949-974.

OFFE, Clauss. Trabalho: A categoria-chave da sociologia?'. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, no 10, vol.4. São Paulo: Associação nacional de pós-graduação e pesquisa em ciências sociais, junho, 1989.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. Dos movimentos populacionais à pendularidade: uma revisão do fenômeno migratório no Brasil. Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambu/MG, XV. 2006. Anais... Caxambu. Minas. 2006.

OLIVEIRA, Sidinei Rocha; PICCININI, Valmiria Carolina. Mercado de Trabalho: múltiplos (des)entendimentos. **Revista de Administração Pública**, n.45, v.5. set/out. Rio de Janeiro: FGV. 2011. p.1517- 1538.

PIQUET, Rosélia; TERRA, Denise Cunha Tavares. A roda da fortuna: a indústria do petróleo e seus efeitos multiplicadores no Brasil. In: PIQUET, R. (Org.) **Mar de Riqueza, Terras de Contrastes**. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2011. p. 11-48.

RAPPEL, Eduardo. Oportunidades e desafios do parque nacional de fornecedores de bens e serviços para o setor petróleo e gás. In: PIQUET, R. (Org.). **Petróleo, Royalties e Região**. Rio de Janeiro, Garamond, 2003. p.95-124.

RAVENSTEIN, E. G. As Leis da Migração. In: MOURA, Hélio (Coord): **Migração Interna, Textos Selecionados**; BNB, ETENE; Fortaleza, 1980. p.19-88.

SINGER, Paul I. Economia Política e urbanização. In MOURA, Hélio (Coord): **Migração Interna, Textos Selecionados**; BNB, ETENE; Fortaleza, 1980.p.211-244.

SOUZA, Joseane; TERRA, Denise Cunha Tavares. A importância da mobilidade populacional para a acumulação capitalista no setor petróleo e gás da Bacia de Campos, RJ. In MARAFON, G. F; RIBEIRO, M.A. (Orgs). **Revisitando o Território Fluminense**. Rio de Janeiro. EDUERJ. 2016. Cap. 16. p.

SOUZA, Joseane; TERRA, Denise Cunha Tavares. Indústria Petrolífera, mercado de trabalho e nível de dependência da mão de obra exógena nos municípios produtores de petróleo da Bacia de Campos, RJ. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais [REBEUR]**, v.17, n. 1. Abril. 2015. p.123-143.

MIGRATIONS, PENDULUMS AND MARKET WORK IN THE UPSTREAM SEGMENT OF THE PETROLEUM INDUSTRY IN THE BACIA DE CAMPOS

***Abstract:** This article presents an analysis of the productive restructuring that took place in the Campos Basin in the mid-1970s, and its effects on the labor market, from the predominantly sugar-alcohol agroindustry activities to capital-intensive industrial activities aimed at the exploration and production of offshore oil and gas. The productive restructuring in the North Fluminense region and the theoretical relations between pendularity, migration and the labor market were analyzed through a bibliographical review; and, through the census data, the importance of these variables in the context of the Campos Basin. It was found that the existing labor force, besides not having been absorbed by the new industry, did not constitute an industrial army reserve for the same and related activities. In addition to the intense migrations (internal and international), the new labor contracts allow intense commuting, also at national and international scale.*

***Keywords:** Productive Restructuring. Labor market. Intersectoral transfer. Upstream segment. Level of dependency.*

TRABALHO IMATERIAL: CONTRATEMPOS LABORAIS NO CAMPO DA TECNOLOGIA

Ferreira, Laura Senna – laurasennafe@hotmail.com¹
Universidade Federal de Santa Maria
Av. Roraima, n. 1.000, 7, Camobi
Cep: 97.105-900 – Santa Maria – Rio Grande do Sul – Brasil.

Resumo

Os profissionais que atuam no campo da tecnologia da informação (TI) têm vivido dilemas associados às vicissitudes e contratempos do trabalho. Não obstante às expectativas de autonomia e liberdade atribuídas aos trabalhos criativos, a condição de flexibilidade e vulnerabilidade contratual vem sendo responsável por precariedades de ordem laboral e social. Neste artigo, o referido debate é estabelecido a partir do caso do polo tecnológico de Florianópolis (Santa Catarina). Tendo por base pesquisas empíricas, realizadas ao longo dos anos de 2014 e 2015, analisa-se o alargamento das fronteiras da precariedade para as atividades laborativas imateriais.

Palavras-chave: Trabalho imaterial. Precarização. Polo tecnológico.

1. INTRODUÇÃO

As transformações tecnológicas recentes engendraram expectativas quanto às possibilidades de maior autonomia do trabalho. A revolução informacional e o progresso tecnocientífico foram associados à emancipação do trabalho, apostando-se no aumento da escolaridade e na integração entre concepção e execução. Argumentava-se que as transformações técnicas seriam capazes de pôr fim às funções taylorizadas, instituindo um trabalho rico em conteúdo, democrático, intelectualizado e mais qualificado (Lojkine, 1995). Dessa maneira, as tecnologias informacionais, provenientes da “sociedade em rede” pós-fordista, foram consideradas o meio através do qual se superaria o trabalho fetichizado (Castells, 1999).

¹ Doutorado em Sociologia.

As transformações laborais, a partir dos anos 1970, e as novas tecnologias da informação, resultaram em teses que versaram sobre aspectos, tais como: potencial emancipatório dos trabalhos informacionais; fim do trabalho alienado; desaparecimento do fordismo/taylorismo; predomínio dos serviços em detrimento da indústria, entre outros elementos. Para boa parte dessas teses, o trabalho deixava de ser a principal força produtiva, dando lugar ao conhecimento (Toledo, 2014).

Todavia, as perspectivas dos teóricos da sociedade da informação têm sido sistematicamente contestadas. Zarifian (2002), a propósito do tema, indicou que o computador propicia aumento do controle, bem como redução de pessoal de controle. Dito de outro modo, a tecnologia da informática oportuniza um aperfeiçoamento do poder disciplinar. Ao mesmo tempo em que permite suavizar a disciplina imposta ao trabalhador, possibilita acompanhar e registrar todos os seus atos.

Não obstante ao fato de se tratar de um trabalho intelectual, as ocupações no segmento da tecnologia podem ser tão taylorizadas como quaisquer outras atividade e setor (Braga, 2009). Numerosas tarefas ligadas às Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) são pré-estruturadas, monótonas, repetitivas e pouco criativas, podendo ser classificadas como expressão de um verdadeiro “taylorismo informacional” (Rosenfield, 2006, p. 239).

Ao longo da cadeia produtiva da Tecnologia da Informação (TI) tem emergido frequentes denúncias referentes às condições de trabalho, revelando “a precariedade do trabalho também em suas novas fronteiras”. Contrariando, portanto, “as teses do fim da centralidade do trabalho na produção do valor” (Bridi, 2014, p. 300).

No presente artigo analisam-se as novas fronteiras da precariedade em ocupações imateriais, qual seja, contíguo aos trabalhadores do conhecimento, os quais se ocupam de uma matéria prima específica: a informação. O texto tem por base pesquisa realizada ao longo dos anos 2014 e 2015, junto ao polo tecnológico de Florianópolis (SC). Além das entrevistas com trabalhadores, empresários e gestores do setor, a investigação lançou mão de pesquisa de ordem documental e de observação direta no ambiente de trabalho.

O artigo foi dividido em três seções. No primeiro momento, apresenta-se o referencial teórico de base do estudo. A seguir, apresentam-se os dados da pesquisa, nos quais se basearam as interrogações e considerações da investigação. Por último, indicam-se as considerações finais, com destaque para as especificidades do caso dos trabalhadores imateriais.

2. ABORDAGEM TEÓRICA ACERCA DO TRABALHO IMATERIAL

A partir dos anos de 1970 o capitalismo foi reestruturado, visando recuperar níveis de acumulação anteriores e repor a hegemonia que vinha perdendo, desde fins dos anos de 1960, com o acirramento das lutas sociais e das greves. É nesse momento que ganha força uma série de novas práticas associadas à acumulação flexível: empresas enxutas; empreendedorismo; cooperativismo; trabalho voluntário, dentre outros (Antunes, 2009).

Como corolário, as políticas econômicas de 1970 levaram à formação do precariado global (Standing, 2014). No contexto do neoliberalismo, a ordem passou a ser a de que cada país perseguisse a flexibilidade do mercado de trabalho, em termos de salários, vínculos empregatícios e habilidades. A cartilha da flexibilização deu liberdade às empresas para que desempregassem, reduzissem jornada, recorressem a horas-extra, subdividissem jornada em dias e turnos, entre outros aspectos.

Por conseguinte, uma nova morfologia do trabalho principia uma classe trabalhadora, por um lado, mais heterogênea do ponto de vista do gênero, etnia, geração, nacionalidade e qualificação e, por outro, mais homogênea, no que tange à condição de precariedade. Intensificaram-se as clivagens entre estáveis e precários; homens e mulheres; jovens e idosos; nacionais e imigrantes; brancos e negros; qualificados e desqualificados; trabalhadores materiais e imateriais; incluídos e excluídos (Antunes, 2005, p. 31).

Na nova fase do capital, correspondente ao conceito de empresa enxuta, o *savoir-faire* é retransferido para o trabalho. Nesse esquema vigente lança-se mão de mecanismos de cooperação e de envolvimento intelectual e subjetivo do trabalhador. “Ao apropriar-se da dimensão cognitiva do trabalho, ao apoderar-se de sua dimensão intelectual, os capitais ampliam as formas e os mecanismos da geração do valor, aumentando também os modos de controle e de subordinação” (Antunes, 2005, p. 18).

As empresas têm operado a partir de cadeias produtivas. Grandes transnacionais externalizam parte das suas atividades, fazendo emergir uma série de pequenas empresas, as quais são gestadas como se fossem filiais. No que tange a propriedade, configuram-se como empreendimentos locais, conquanto, devido à integração tecnológica e à centralização administrativa, são, fundamentalmente, empresas transnacionais. Nos elos intermediários das cadeias produtivas reduzem-se custos trabalhistas flexibilizando contratos, desregulamentando o mercado de trabalho e promovendo informalidade, desemprego, terceirização e

subcontratação. “Assim se entende o vertiginoso crescimento das pequenas e microempresas no capitalismo contemporâneo” (Wolff, 2014, p. 143).

A cadeia da TI é um caso exemplar de organização que é, ao mesmo tempo, descentralizada e concentrada. Trata-se de uma “rede que tem um centro assinalado pelo monopólio do mercado das ditas ‘inovações revolucionárias’ e ‘radicais’” (Wolff, 2014, p. 142). As transnacionais desenvolvem *softwares* e são detentoras dos *copyrights system* enquanto o direito de uso é adquirido ao longo das cadeias de produção. Desse modo, simplificam-se os processos intermediários – descomplexificando as habilidades requeridas – o que reduz tempo de formação e torna possível demitir e empregar conforme as empresas usuárias desejarem. No ramo de TI “as microempresas tendem a sediar os processos mais simples presentes nas cadeias de valor das corporações desenvolvedoras de tecnologias avançadas. Ou seja, justamente aquelas atividades que estão mais sujeitas às vulnerabilidades laborais” (Wolff, 2014, p. 147). Nesse setor, a perspectiva empreendedora, que tem norteado as ações, obscurece tais vicissitudes do universo empresarial.

A flexibilidade do trabalho está em consonância com estratégias políticas de inspiração neoliberal, que veem no encolhimento do Estado uma exigência do bom funcionamento dos mercados. O modelo toyotista, visando necessidades competitivas, leva a flexibilidade no emprego, no conteúdo do trabalho, na jornada e na remuneração. Instaure-se uma mobilidade geral nas carreiras, nas relações de trabalho e nas proteções sociais. Por conta disso, fomenta-se a construção de um indivíduo polivalente, desvinculado de laços coletivos, e que assuma a responsabilidade pela promoção da própria empregabilidade. Igualmente, ao trabalhador passa a ser atribuída a responsabilidade pela continuidade, no mercado, das empresas que o empregam: “Para efeitos de manter a empresa no mercado competitivo, os funcionários devem assumi-la como sua. O mesmo nível de ‘participação’, contudo, não é detectado no momento de divisão dos benefícios resultantes do trabalho coletivo” (Bianchetti, 2008, p.231).

A inovação tem se tornado chave para a competitividade empresarial, favorecendo o protagonismo do setor de TI. A transformação da informação em *software* promove mudanças nos produtos, nos processos e nos serviços empresariais, exigindo ampla integração entre planejamento e operação. A divisão técnica do trabalho é reconfigurada no interior da produção, pois entende-se que a fragmentação taylorista-fordista entre concepção-execução “impede o fluxo [...] da nova matéria-prima promovida pela maquinaria informática: a informação” (Wolff, 2009, p. 102).

No âmbito do trabalho informacional, nas empresas de ponta, surgem novas qualificações, as quais, no instante seguinte, são objetivadas (reificação do trabalho vivo). O conhecimento é transferido para os aparatos técnico-tecnológicos, ocorrendo um afastamento da subjetividade laboral, numa tentativa do capital de se independizar do trabalho vivo. No âmbito da TI o trabalho morto exterioriza-se na forma de dados e/ou *softwares*.

Tal contexto origina uma “elite tecnológica”, que concebe as máquinas inteligentes, e os demais indivíduos, que nomeadamente as alimentam. Após a criação, o trabalho se torna redundante, “o trabalho vivo ‘informacional’ se vê cada vez mais reduzido à atividade de manutenção e retroalimentação das máquinas/computadores, em detrimento do trabalho de criação” (Wolff, 2009, p. 110). Destarte, eleva-se a desvalorização do trabalho, o qual é colocado em condição de obsolescência e vulnerabilidade.

Acrescenta-se a isso o fato de que, por meio das inovações tecnológicas, “ganha novo alcance uma tradicional forma de controle do trabalho: por objetivos e resultados [...] O indivíduo circula ‘ao ar livre’, mas um feixe o retém e orienta – o feixe das transmissões de informação e de comunicação” (Zarifian, 2002, p. 27). Há computadores, internet, telefones e celulares utilizados para o cumprimento de tal finalidade. Trata-se de uma “dominação distanciada, mas que opera com tanta força que exerce um efeito de advertência permanente sobre o assalariado” (Zarifian, 2002, p.30).

No plano da crítica às positivities resultantes das tecnologias e da suposta “sociedade do conhecimento”, Gorz (2003) considerou que a polarização social resultante do novo desenvolvimento tecnológico, fragmenta a sociedade, por um lado, entre elites (os bem posicionados no trabalho e na vida), e, por outro, uma classe de serviçais (os precários em termos de trabalho e de demais relações sociais).

A sociedade se estratifica “em uma massa de executores, de um lado, e uma classe de empreendedores e de técnicos insubstituíveis e atarefados de outro, que necessitam, para cumprirem suas tarefas, de uma coorte de ordenanças a serviço de sua pessoa” (Gorz, 2003, p.19). Seguindo o modelo japonês, surge o núcleo estável (empresa matriz) e as empresas satélites. Numa via, tem-se a recriação de uma elite de trabalhadores profissionais e a “reabilitação dos valores do ofício” (Gorz, 2003, p.66). De outra parte, verifica-se a emergência de uma classe de indivíduos que existem para servir aos primeiros.

Essa dualização/segmentação entre elites e precários tem se acentuado nos anos recentes. Verifica-se a existência de um grupo de trabalhadores polivalentes e autônomos, exercendo atividades enriquecidas, inteligentes e satisfatórias, em oposição ao pessoal não

qualificado, flutuante, sem emprego em tempo integral e que se ocupa de tarefas uniformizadas taylorista. Essa segmentação integra uma elite profissional à empresa e a distancia das organizações de classe, posto que assume uma identidade distinta a dos demais trabalhadores.

Conforme Braga (2009), duas formas de idealismos têm permeado o trabalho informacional. Primeiro, a ideia de que o informacionalismo resulta numa cultura laboral mais criativa. Segundo, a perspectiva de que esse promove mais autonomia para o trabalhador. No caminho inverso, afere-se, muitas vezes, a ocorrência da taylorização do trabalho intelectual (infotaylorismo).

Pesquisas indicam que a categoria na qual ocorreu o maior crescimento ocupacional, associado à TI, foi a dos trabalhadores de dados, quer dizer, aqueles que “manipulam e usam a informação desenvolvida pelos trabalhadores do conhecimento. Isso fornece algum apoio para o argumento de que a tendência à rotinização supera, em termos numéricos, a tendência ao trabalho mais criativo, tácito e multiplamente habilitado” (Huws, 2009, p. 50). Conforme Rosenfield (2006), “o trabalho repetitivo e monótono não é apanágio do trabalho produtivo industrial [...] trabalho imaterial não é sinônimo de trabalho criativo, as TICs facilitam a utilização de tarefas pré-estruturadas que só necessitam ser ‘preenchidas’” (Rosenfield, 2006, p.241).

Com a desestruturação da empresa fordista tem início um séquito de transformações: generalização das terceirizações, que dispersa a concentração operária e facilita a destruição de antigas relações políticas; compressão dos níveis hierárquicos; mobilização do trabalho, pela cooperação constrangida dos assalariados; administração por metas; fatura de equipamentos informacionais; salários individualizados; ritmos produtivos intensificados. Entre os fatores de desestruturação do coletivo de trabalhadores apresentam-se: aumento do desemprego; competição laboral; medo de perder o emprego; terceirizações (Braga, 2009).

Nas novas experiências de trabalho tem ocorrido uma tendência, a de considerar os empregados como se eles se enquadrassem na condição de autoemprego, ao qual associam-se: gerenciamento por resultados, pagamentos por desempenho, contratos sem especificar as horas de trabalho, possibilidade de trabalhar em casa, ausência de férias, entre outros. As pressões por resultados e o medo de ser descartado produzem uma situação na qual “internaliza-se o gerente” e o ritmo de trabalho é garantido por uma “condução compulsiva autogerada” (Hwus, 2009). Essa propensão exprime-se com mais clareza no segmento da TI, no qual se trabalha por projeto.

A informalidade e o trabalho autônomo ocorrem sob a égide do empreendedorismo, do discurso da livre iniciativa, da “autonomia” no trabalho. Na prática, no entanto,

trata-se de uma modalidade de contratação funcional ao sistema de trabalho por projetos e com duração definida. A contratação da PJ (Pessoa Jurídica), por exemplo – que consiste em um trabalhador constituir empresa formal, mas sem uma estrutura física e operacional –, é uma prática expressiva no setor [...] são as empresas do “eu sozinho” (Bridi, 2014, p. 286).

Também verificam-se casos de coexistência de relações contratuais, quando o trabalhador é tanto celetista como possui uma empresa. Todos estão submetidos às pressões por cumprimento de prazos de entrega dos projetos, adequação às exigências dos clientes e atualização permanente. Esse tipo de contratação escapa da tipificação jurídica do vínculo empregatício. “Ser PJ significa a necessidade de o ‘trabalhador-empresa’ se autogerir, gerir a própria agenda, de autoresponsabilização” (Bridi, 2014, p. 294). A relação de trabalho é regulada por meio de um contrato de prestação de serviços, a partir do qual constata-se práticas subordinadas às empresas contratantes.

A informatização cria condições para o novo modelo de empresa-rede. Em contexto de competitividade, a comunicação rápida é importante. A integração *on-line* é fundamental para captação e gestão de informações estratégicas. Para tanto, faz-se necessário “uma estrutura organizacional integrada, flexível e enxuta e uma nova cultura produtiva com vistas a estimular o trabalhador a estar aberto a mudanças e afeito a compartilhar informações pertinentes à melhoria da produtividade” (Wolff, 2009, p.107). Para tanto, prioriza-se a fluidez da comunicação em detrimento da rigidez associada às hierarquias. Assim, tem-se a emergência de novos paradigmas organizacionais, os quais abarcam a subjetividade do trabalho em sua dimensão cognitiva.

Como setor exemplar do regime de acumulação flexível, o segmento de TI é confrontado por tais contratempos do trabalho. Tendo por base esse debate teórico analisa-se, a seguir, o caso dos trabalhadores que atuam no polo tecnológico de Florianópolis (SC). Em pesquisa realizada ao longo dos anos de 2014 e 2015 investigaram-se as ambivalências entre um discurso da autonomia, envolvendo os trabalhadores do imaterial, e as experiências concretas marcadas pelas sombras da precariedade.

3. INFORTÚNIOS DO TRABALHO NO CAMPO DA TECNOLOGIA

O polo tecnológico de Florianópolis (SC) tem início em meados dos anos 1980, como uma alternativa econômica para a ilha, devido às suas características de indústria limpa e sustentável. Em termos tributários, o polo supera o turismo e a construção civil juntos, sendo a principal atividade econômica da cidade. Por conta disso, Florianópolis foi denominada por

alcunhas, tais como: “Capital da Inovação”, “Ilha do Silício”, “Tecnópolis” e “Meca tecnológica”.

Essa atmosfera de inovação e criação conjuga-se com um préstido de dilemas laborais, nem sempre contemplados nas exaltações da modernidade tecnológica. De modo a conhecer esse universo, analisaram-se aspectos referentes, essencialmente, ao perfil dos trabalhadores da TI e ao cotidiano laboral dos mesmos.

No que tange ao perfil dos trabalhadores, os aspectos subsequentes são cruciais para o entendimento das especificidades do segmento. Tem-se que a maioria dos interlocutores da pesquisa cursou o ensino básico em escola particular e o superior em universidade pública. As graduações mais citadas foram engenharia da computação; ciência da computação; sistema de informações; tecnologia de rede de computadores; gestão da tecnologia da informação; administração. No que toca às pós-graduações citam-se engenharia de *software*; gerência de projeto; marketing; engenharia de projetos.

Entre as funções desempenhadas por esses profissionais destacam-se analista de sistema; gerenciador de projetos; programador de software; consultor de clientes; instrutor em cursos profissionalizante; professor em curso de sistema de informação.

Entre tais trabalhadores, o envolvimento com o universo da tecnologia tem origem muito cedo, ainda como diversão. Os jogos eletrônicos são mormente a primeira via de contato para entender programação e desenvolver raciocínio lógico em TI. Nesses casos, o ingresso no mercado de trabalho configura-se como uma espécie de extensão das atividades lúdicas anteriores.

A vida profissional dos que se ocupam das tecnologias modernas, até certa faixa etária, é uma constante aventura, uma espécie de jogo eletrônico, no qual arrisca-se muito e a todo o momento. Nessa jornada, pede-se demissão e se é demitido com frequência. Como num jogo, testa-se assim a capacidade que cada um tem de lutar pelo próprio emprego:

Aí, eu saí de lá, fiz uma exposição, um pouco de *marketing* pessoal, expliquei, botei a público: ó saí da empresa e estou disponível, esse é o meu curriculum, esse sou eu, fiz isso, isso e aquilo. Entrei em contato com alguns amigos e, aí, novamente em seguida já fui chamado por uma outra empresa aqui em Santa Catarina (entrevista, R.I.², 2015).

² Os entrevistados citados no artigo serão identificados pelas iniciais dos nomes e sobrenomes.

Os que atuam no setor estão preocupados em abrir múltiplas alternativas de inserção no mercado. Esforçam-se por potencializar a própria empregabilidade, operando em várias frentes: negócio próprio; *freelance*; dois empregos; pós-graduações, e assim por diante.

As características dinâmicas do segmento contribuem para construir uma imagem acerca da atividade: os profissionais de TI são modernos, alternativos e flexíveis. Embora nem todas as funções requeiram criação, a atividade de TI tem o epíteto de trabalho criativo. Em termos simbólicos naturaliza-se a concepção de que inovar é elemento intrínseco ao ramo, a respeito do que se verificam tensões: “Tem programador que recebe isso, tem que fazer isso, isso e isso [...] não faz nada de novo, ele só pega modelos existentes” (entrevista, C.A., 2015). Ou, ainda:

[...] tem muita repetição na prática. Antes de eu começar a trabalhar eu tinha esse mito na cabeça, que a gente tinha sempre que fazer coisas novas. Assim, na realidade, a não ser que você esteja fazendo um produto só seu, completamente novo e isso também é só um estágio, que é o estágio inicial, você vai fazer manutenção de muita coisa e isso é uma tarefa repetitiva (entrevista, T.H., 2015).

Outra imagem vinculada à atividade em TI é a do estilo de vida irreverente. Há frequente menção a figura do empresário da tecnologia Steve Jobs (1955-2011), o qual não terminou a faculdade. Um dos entrevistados inspirar-se nele ao conceber a própria formação:

Eu não estou nem aí para diploma, na verdade o diploma é um papel, ele não diz que eu tenho aquele conhecimento. Eu posso fazer a faculdade colando em todas as provas, eu posso passar em todas as matérias, de que isso vai me adiantar? Eu não quero um diploma para ser contratado, eu quero o conhecimento para desenvolver o que eu preciso para alcançar o meu objetivo (entrevista, R.A., 2015).

Há figuras irreverentes que são ícones no setor, criticados ou aclamados, eles são referências para quem trabalha com as modernas tecnologias:

Se você for numa faculdade, todo universitário que tiver fazendo qualquer coisa referente à TI vai querer ser o novo Zuckerberg, o novo Steve Jobs. E isso é muito ruim, porque eles acabam pegando os piores traços de cada personalidade que é, ah, às vezes, ser um pouco antiético é aceitável para ser o primeiro, e eu conheço várias pessoas que aceitam isso. E eu acho isso ruim, uma influência ruim (entrevista, T.H., 2015).

A ocupação em TI tem muitos estereótipos envolvendo certo modo de ser associado às atividades criativas. As representações de descontração e de saberes que fluem espontaneamente é muito valorizada. A partir de tais idealizações, secundariza-se o descontrolado da jornada de trabalho, posto assumir-se que a ocupação tem como condição a flexibilidade.

O processo criativo é no bar, bebendo cerveja com os amigos [...] jogando sinuca, tem que ter uma interação e conversa, e geralmente, o bar é onde você vai fazer um *happy hour*, você está conversando, e geralmente, as pessoas deixam de falar de trabalho nessa hora. E nós não. Nós gostamos de conversar de trabalho nessa hora, não por causa do álcool, por causa da cerveja, mas é um momento de relax. Então, isso é uma coisa que nos traz *insights* (entrevista, W.I, 2015).

Os trabalhadores em TI alimentam o epíteto de sujeitos inteligentes, descontraídos, criativos e livres. A dimensão de autonomia é posta como a condição de criação no campo. É também um valor para essa geração nutrida por referências mais democráticas:

O processo criativo é natural, você não consegue criar sob pressão [...] Você não vai está sentado na frente do seu computador com o chefe do lado, de terno, com reunião marcada às seis horas da tarde você não vai conseguir criar. É num domingo de manhã, na praia, numa volta no parque [...] você pode estar fazendo alguma coisa de momento de lazer e, de repente, você pode ter, digamos, um *click* (entrevista, W.I, 2015).

Nas “ocupações imateriais” facilmente diluem-se as fronteiras entre trabalho e não trabalho. Para isso, além das razões de ordem coercitiva, associadas a necessidade de manter-se no mercado, contribuem a dimensão do gosto pela atividade e as características irreverentes que compõe o estilo de trabalho no segmento: se a criação não tem hora para ocorrer, por suposto, ela não pode ser engessada numa jornada de trabalho pré-definida. A dimensão da “autonomia” é enfatizada mesmo quando, na prática, o cotidiano apresenta-se de modo antagônico, a exemplo das onerosas pressões por produtividade. Assinalando, assim, as representações construída a respeito do segmento – a contradição entre “a miséria do trabalho informacional autêntico com a prosperidade do trabalho informacional idealizado” (Braga, 2009, p.65).

Na dimensão concreta do trabalho verificam-se altas jornadas; contratos por projetos; prazos exíguos de entrega de encomendas; salários em descompasso com as qualificações; tarefas simplificadas e repetitivas; pressões comerciais referentes aos produtos e serviços, entre outros aspectos. Os relatos apontam para as consequências adversas da flexibilidade do setor, a qual produz a sensação de que se está constantemente trabalhando (entrevista, A.L., 2015).

Igualmente, a ausência de regulamentação da profissão é fator controverso, pois permite que as empresas contratem por baixos salários e reduzam o poder de barganha dos trabalhadores.

Hoje, qualquer pessoa que sabe mexer um pouco no computador, trabalha na tecnologia. Então, na hora de contratar um profissional qualificado, um profissional que estudou e que sabe o que está fazendo [...] eles contratam uma pessoa pela metade do valor que se vira [...] isso desvaloriza muito o profissional de T.I. (entrevista, C.A., 2015).

À ausência de regulamentação profissional soma-se as fragilidades das formas contratuais nas empresas de tecnologia. Trabalhadores são contratados por projeto, o que faz com que passem boa parte da vida laboral sendo admitidos e demitidos constantemente: “era um rodízio de empresas. Eu passei por muitas. A única que trabalhou legal foi a agência [nome]. O resto eram meio que *freelance*, assim, digamos, tinha que estar lá das 8 às 6, mas eu não tinha carteira assinada” (entrevista, W.I., 2015). Esse ritmo frenético de riscos e instabilidades começa a pesar a partir de uma certa faixa etária e da frequência com que ocorre na vida de cada um. Os menos jovens desconfiam das promessas do risco e da instabilidade como modelo virtuoso de vida, passando a viver a vulnerabilidade como drama:

[...] acontecia algum problema e eles me colocavam para rua e eu não tinha vínculo empregatício nenhum. Pô, vou colocar essa empresa na justiça, se perder eu vou fechar um monte de portas. Hoje em dia eu vejo que eu deveria ter feito porque isso não é certo (entrevista, W.I., 2015).

Uma das dimensões do trabalho imaterial em condições de precariedade diz respeito à questão do assédio moral. Um dos interlocutores compara o seu patrão a Steve Jobs, pois, como ele, tinha perfil arrogante e assediava moralmente os empregados (entrevista, A.L., 2015). Apesar disso, Jobs é modelo de conduta no meio empresarial. É como se os fins justificassem os meios. Ou seja, como se o império que construiu silenciasse qualquer objeção ao seu comportamento.

A busca pela qualidade de vida nos ambientes de trabalho é uma das pautas no segmento da TI. Parte das empresas tem incorporado demandas análogas, na busca pela construção de padrões menos conflituosos de relações laborais. Contudo, para maioria da força de trabalho do setor essa forma de organização ainda não passou das páginas da literatura de gestão.

[Em] Florianópolis [...] as empresas estão criando ambientes diferenciados para poder motivar mais os funcionários. Por exemplo, ter uma sala de videogame, ter frutas liberadas, um pebolim, uma sinuca no local de trabalho, ter a sexta-feira da cerveja, coisas assim. Coisas que estimulem as pessoas e a produtividade [...] Onde eu trabalho eles estão começando a dar uma pinceladinha nisso. Mas eles não entenderam ainda isso direito, eles ainda são meio contra. É uma empresa pequena. O negócio deles lá é ganhar dinheiro. É isso o que eles querem, a torto ou a direito. Então tem muita coisa que está errada lá (entrevista, A.L., 2015).

As tensões do trabalhado são mitigadas pelo fato de que em micro, pequena e média empresa os proprietários trabalham tanto ou mais que os empregados. Além disso, verificam-se muitas semelhanças entre patrões e funcionários em termos de formação, conhecimento, estilo de vida e cotidiano laboral. Conforme o depoimento de um dos empresários, “esse ano

eu fiquei seis meses sem fim de semana. Eu literalmente acordava às oito, saía daqui dez horas da noite” (entrevista, C.A., 2015).

As longas jornadas são lugar comum no segmento. A esse respeito destacam-se as apreciações de um dos interlocutores, ao comparar o contexto brasileiro e o dinamarquês.

Uma coisa muito engraçada é que, na Dinamarca, por exemplo, você não faz hora extra, eles não deixam. Então, eles trabalham das 9 às 4 da tarde e não pode passar daquilo. E nós brasileiros estamos acostumados a ficar até de madrugada, comendo pizza e fazendo o que tem que fazer. Acabou que eu montei um KG no hotel para gente poder fazer as horas extras lá (entrevista, R.I., 2015).

A imagem do trabalho no polo tecnológico é frequentemente associada à de vida de artista, no que toca a inconstância de horário: “perfil do pessoal que acaba trabalhando em *startup*³. A gente acaba tendo horário mais flexível, a gente trabalha até mais tarde, o horário de produção acaba sendo de noite” (entrevista, T.H., 2015). A “vida de artista” da tecnologia torna-se extenuante quando a expectativa de retorno financeiro ou de cargo de maior responsabilidade e status não se concretiza, e as demandas são sempre crescentes.

Os conflitos decorrentes da busca por crescimento profissional e melhores salários é mais bem gestado a partir da instituição do estágio. Isso porque está pressuposto que o estagiário é uma ocupação de passagem, na qual se remunera abaixo do mercado e se tem a garantia de um indivíduo motivado: “no meu quadro da empresa hoje, eu acabo tendo muito mais estagiários do que profissionais efetivamente contratados [...] eu vou pagar um estagiário que está ali com sangue nos olhos para aprender, feliz da vida por estar vendo aquilo” (entrevista, R.I., 2015).

Boa parte dos empreendimentos de Florianópolis representa grandes empresas e trabalha com produtos prontos, vendendo, configurando e dando manutenção aos mesmos. Nos anos recentes, a experiência de novos arranjos empresariais modifica a ideia de divisão social do trabalho no setor. Nas pequenas empresas, onde o proprietário de um negócio é sócio e/ou empregado de mais alguns, redimensiona-se a ideia usual de divisão do trabalho:

[...] não existe tarefas definidas, ninguém sabe o que deve ser feito, a gente só sabe o objetivo. Então, é importante que a gente coloque as tarefas lá, para que cada um diga onde pode ajudar [...] a gente se diz que é responsável por aquilo, não é delegado aquilo fixo teu, porque o tempo que cada um tem disponível, dentro do conhecimento que cada um tem para agregar valor àquela tarefa. A gente lista as tarefas e se organiza... as coisas mudam muito rápido, é como se fosse semanal a nossa organização (entrevista, R.A., 2015).

³ Empresas de pequeno porte, ainda em fase de desenvolvimento. Boa parte das *startups* são empresas de base tecnológica.

No plano das representações e intencionalidades, a maioria dos proprietários dos empreendimentos de TI valoriza as novas práticas de gestão, mas muitos alegam que não possuem condições financeiras e tempo para implementá-las:

Meu sonho é que realmente a gente tenha pessoas trabalhando em time, sentando na discussão, e a gente já teve coisas muito legais. Antigamente, sexta-feira à tarde ninguém trabalhava [...] a gente tinha uma tarde livre para todo mundo pensar em como melhorar a empresa, hoje não tem mais, falta tempo (entrevista, C.A., 2015).

Uma das empresas produziu um *software* de gestão, que faz todo o controle de processos (entrevista, R.I., 2015). Ela tanto vende quanto utiliza o *software* para ampliar a própria produtividade. Tendo por base tais aparados técnicos, as novas ideologias gestoriais são hiperbolizadas no campo da TI:

Eu não tenho horário aqui dentro da empresa [...] existem demandas, e as penalidades sobre o não cumprimento da demanda ou para a falta de qualidade dessas demandas são bem fortes. Então eu dou liberdade a medida da responsabilidade [...] eu botei lá para eles um frigobar, microondas, estou trazendo videogame, agora eles estavam pedindo puff. Eu fui colocando tudo lá tipo, para que eles gostem de trabalhar, para criar um ambiente agradável, para nós é uma questão de investimento (entrevista, R.I., 2015).

No que tange à questão da negociação salarial impera o sentido da informalidade das relações interpessoais. A mesma lógica de pessoalidade vale para a mobilidade dentro das empresas. Com frequência recorrem-se aos diretores para tratar sobre aumento salarial ou ascensão de cargo, posto que não há uma política de empresas para tal finalidade. Na impossibilidade de uma negociação direta poucas são as opções que restam, principalmente considerando-se as restrições corporativas à contratação de egressos de outras empresas de TI.

A ACATE⁴ tem algumas empresas que têm segmentos parecidos, e essas empresas tem acordos entre elas. Primeiro, para pagar os mesmos salários e, segundo, para não permitir que você saia de uma empresa para outra. Por isso, eu estou na empresa que estou há dez anos, porque não consigo sair [...] tem um acordo bilateral ali entre as empresas que diz: você não pega funcionário meu que eu não pego seu. Porque, daí, os donos não saem prejudicados; porque, daí, tu estas levando conhecimento, experiência. Eu tenho esse e-mail, que é uma prova criminal, que explica essa vertente que existe entre empresas que tem acordo [...] Aí essas empresas que tem essas verticais dentro da ACATE, elas fazem da gente o que bem entendem (entrevista, A.T., 2015).

A despeito da dimensão repressiva do trabalho no setor, os conflitos e contradições não se convertem em apoio ou adesão sindical. Com frequência, os trabalhadores da TI manifestam

⁴ Associação Catarinense de Tecnologia (ACATE) foi criada em 1986, com sede em Florianópolis, para representar o segmento de tecnologia no Estado.

resistência ao sindicato da categoria. Não há propriamente um reconhecimento a respeito da importância da instituição: “Deus me livre! Nosso sindicato é o pior do mundo!” (entrevista, A.L., 2015). Em alguns depoimentos há uma oposição aberta a entidade:

Nosso sindicato está há três anos sem dissídio. Sem acordo. Os caras são muito moralistas. Lá no sindicato há placas do Che Guevara para todos os lados [...] o fato da gente ter um déficit de três anos de falta de aumento por problema de acordo, pelo cálculo que eu fiz, me causa um prejuízo de 537% ao ano [...] vou entrar com uma ação contra o sindicato por não ter negociado, pois nesse caso eu estou deixando de ganhar (entrevista, A.L., 2015).

A rejeição ao sindicato não significa a neutralização dos conflitos do trabalho, os quais se manifestam, inclusive, no âmbito mais imaterial desse universo laboral: “tem uma ideia que tem tudo a ver com o que a empresa precisa [...] eu já dei um toque para ele [patrão] dessa ideia. Só que ele ficou meio assim e eu não vou dar a ideia de bandeja para ele” (entrevista, A.L., 2015).

Os trabalhadores da TI se distinguem não apenas porque são “trabalhadores inteligentes”, mas porque concebem a si mesmos como futuros empreendedores, tendo os executivos como verdadeiros modelos de conduta. No segmento, não apenas o trabalhador espera ter o próprio empreendimento, como pode ser empregado e dono de um negócio ao mesmo tempo, indicando uma complexa combinação de formas contratuais, a exemplo da fala de um celetista: “a visão de empresa ela é muito sólida na minha cabeça; eu sou um dono de empresa. Então eu entendo as dificuldades” (entrevista, T.H., 2015). Os trabalhadores não raro são contratados como pessoa jurídica, apesar de ficarem muitos anos vinculados à mesma empresa. Por essas e outras razões, o segmento da TI pode ser considerado um representante exemplar da chamada era da “acumulação flexível” (Harvey, 1992).

Apesar da imagem de setor avançado e progressista, a TI guarda muitas contradições: altos e baixos salários; estáveis e instáveis; criatividade e monotonia; escolaridade mediana e alta escolaridade; alta qualificação e baixa formação; atividades intensivas em conhecimento e atividades simplificadas, entre outros.

No segmento, a autonomia ocasionada pelo trabalho é, sobretudo, de ordem operacional, e não diz respeito à autodeterminação do sujeito. O trabalho informacional é imaterial e requer uma concertação de conhecimentos. Contudo, como destaca Rosenfield (2006), comumente se trabalha a qualquer momento e há muitas formas de perfil taylorista de monitoramento eletrônico e por resultados. Desse modo, mantém-se a divisão entre um trabalho antecedente e outro de reduzida autonomia, muitas vezes mal remunerado e desprovido de reconhecimento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aumento da variabilidade da demanda por bens e serviços exigiu uma maior flexibilidade do processo de trabalho, visando necessidades competitivas. Isso “impôs uma reconfiguração da divisão técnica do trabalho no interior da produção” (Wolff, 2009, p.91). Na TI o processo se expressou na importância da polivalência e da ocupação multifuncional, bem como na responsabilização do indivíduo inteligente, o qual ordena capacidades cognitivas e subjetivas ao desígnio da empresa que estiver temporariamente disposta a lhe empregar.

Os trabalhadores por projeto são paradigmáticos das adversidades e vulnerabilidades do labor imaterial. Na constante a busca de garantia da própria empregabilidade, empenham-se por progressos individuais. Os salários, as metas e os planos de carreira incentivam essa individualização, dificultando a construção de uma identidade coletiva para além dos estilos e hábitos culturais. Apesar das semelhanças no que toca às posições e as atividades desses sujeitos, por si mesmo, tais aspectos não garantem a construção de um objetivo comum de classe.

Entre esses trabalhadores o sentimento de pertencimento não ocorre propriamente a partir da experiência direta do trabalho, mas sim com base em estilos e gostos envolvendo práticas e modos de pensar comuns, com base na imagem do trabalho criativo e “descolado” associado às ocupações em setores da tecnologia. Destarte o trabalho que exercem ser, em grande medida, taylorizado, repetitivo e monótono, diz respeito a uma ocupação que guarda mistérios para os leigos, contribuindo para reforçar certo *status* e prestígio associado à noção de que possuem domínio sobre um saber hermético e que desempenham uma atividade econômica sustentável e culturalmente alternativa à indústria tradicional.

A partir do caso dos trabalhadores do polo tecnológico de Florianópolis instigaram-se antinomias no que toca a imagem do segmento de TI como moderno, progressista, inovador e próspero, expondo elementos que apontam para os contratemplos e vicissitudes do trabalho no segmento.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. 2005. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo. p.135.

ANTUNES, Ricardo. 2009. Século XXI: Nova era da precarização estrutural do trabalho?. In: _____.; BRAGA, Ruy (Org.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo. p.231-238.

BIANCHETTI, Lucídio. 2008. **Da chave de fenda ao laptop**: tecnologia digital e novas qualificações: desafios à educação. Florianópolis: UFSC. p.250.

BRAGA, Ruy. 2009. A vingança de Braverman: o infrataylorismo como contratempo. In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Org.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo. p.59-88.

BRIDI, Maria Aparecida. 2014. O setor de tecnologia da informação: o que há de novo no horizonte do trabalho?. **Política & Trabalho**. Revista de Ciências Sociais, n. 41, p. 277-304.

CASTELLS, Manuel. 1999. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p.698.

GORZ, André. 2003. **Metamorfozes do trabalho**: crítica da razão econômica. São Paulo: Annablume. p.247.

HARVEY, David. 1992. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola. p.348.

LOJKINE, Jean. 1995. **A revolução informacional**. São Paulo: Cortez. p.316.

HUWS, Ursula. 2009. A construção de um cibertariado? Trabalho virtual num mundo real. In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Org.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo. p.37-58.

ROSENFELD, Cinara. 2006. Autonomia no trabalho informacional: liberdade ou controle?. In: PICCININI, Valmiria et al. (Orgs.). **O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: UFRGS. p.227-243.

STANDING, Guy. 2014. **O Precariado**: a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica. p.285.

TOLEDO, Enrique de la Garza. 2014. ¿Innovación y Aprendizaje Tecnológicos sin Trabajo? Crítica de las teorías de innovación y aprendizaje neoschumpeterianas. **Revista Latinoamericana de Estudos do Trabalho**, v. 19, n. 31, p.71-106.

WOLFF, Simone. 2009. O ‘trabalho informacional’ e a reificação da informação sob os novos paradigmas produtivos. In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Org.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo. p.89-112.

WOLFF, Simone. 2014. Desenvolvimento local, empreendedorismo e “governança” urbana: onde está o trabalho nesse contexto? In: **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 70, p. 115-130.

ZARIFIAN, Philippe. 2002. Engajamento subjetivo, disciplina e controle. **Novos Estudos**, n. 64, p.23-31.

IMMATERIAL WORK: LABOR SETBACKS IN THE FIELD OF TECHNOLOGY

Abstract: *Professionals working on information technology (IT) field have lived dilemmas linked to vicissitudes and setbacks of work. Regardless the expectations about autonomy and freedom attributed to creative work, the flexibility and vulnerability of contract have been responsible for labor and social precariousness. This paper discusses it from technological center of Florianópolis. Based on research carried out from 2014 to 2015 it analyses the expansion frontier of precariousness to immaterial laboral activities.*

Keywords: *immaterial labor; precarization; technological center.*

ENTRE OS SENTIDOS DO TRABALHO INFORMAL E DO EMPREGO: DESCONTINUIDADE, RUPTURA DE ESTABILIDADES E PERMANÊNCIAS

Lucas Schweitzer¹ – lucass.schweitzer@gmail.com

Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, CFH, Campus Universitário, Trindade
Florianópolis, SC, Brasil 88040-970

Suzana da Rosa Tolfo² – srtolfo14@gmail.com

PPGP – UFSC. Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, CFH, Campus Universitário, Trindade
Florianópolis, SC, Brasil 88040-970

Júlia Gonçalves³ – julia_psi_@hotmail.com

PPGP – UFSC. Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, CFH, Campus Universitário, Trindade
Florianópolis, SC, Brasil 88040-970

Resumo: A sociedade contemporânea é marcada por transformações, rupturas e paradoxos, especialmente no que tange ao trabalho. Compreender os sentidos do trabalho é uma atividade complexa e envolvida por esse contexto e por um conjunto de fatores pertinentes a história de vida singular de cada sujeito. O presente artigo tem como objetivo compreender os sentidos do trabalho informal e do emprego para trabalhadores informais em situação de rua. Por meio da abordagem qualitativa, foram entrevistadas oito pessoas em situação de rua. No que tange aos resultados encontrados, é paradoxal perceber que, mesmo diante da precariedade das condições de vida e de trabalho, o trabalho encontra um lugar importante na vida dos participantes, principalmente em torno de um projeto de vida futuro. Muitos dos sentidos do trabalho remetem diretamente ao modelo considerado como o ideal socialmente, sob a forma de emprego, este presente nos discursos mesmo que na quase completa ausência na vida dos participantes. O trabalho informal que desenvolvem remete a sentidos positivos, porém, adquire relevância a ausência de benefícios e de seguridade social e a ideia de uma

¹ Psicólogo, Mestre em Psicologia (PPGP-UFSC), doutorando em Psicologia (PPGP/UFSC).

² Psicóloga, Mestra em Administração (PPGA-UFSC) e doutora em Administração (PPGA-UFRGS), orientadora do PPGP-UFSC.

³ Psicóloga, Mestra em Psicologia (PPGP-UFSM), doutoranda em Psicologia (PPGP/UFSC).

informalidade que é meio para garantir a subsistência imediata. Assim, o trabalho muitas vezes é para ganhar o suficiente para se manter naquele dia, garantindo as necessidades básicas e a utilização de drogas, aproximando-se de uma lógica e de um sentido instrumental, em que o trabalho é significado como uma forma de ganhar dinheiro e garantir a sobrevivência.

***Palavras-chave:** Sentidos do trabalho. Trabalho informal. População em situação de rua.*

1 INTRODUÇÃO

No mundo do trabalho atual, convivem fenômenos como a globalização, a flexibilização das relações de trabalho, a necessidade de adaptação rápida as inovações e a percepção de instabilidade no emprego (BORGES, YAMAMOTO, 2014; TOLFO, PICCININI, 2007). Estes elementos, associados à precarização das condições de trabalho, relacionam-se com novas formas de inserção no mercado de trabalho, em que persistem e até se ampliam ocupações informais, part-times e a terceirização (BARROS, PINTO, 2006; COUTINHO, BORGES, GRAF, SILVA, 2013). Há uma crise do trabalho assalariado nos moldes típicos do sistema capitalista, que se expressa sob a forma do aumento do desemprego estrutural, exclusão de trabalhadores do mercado formal de trabalho e do convívio social (MATTOSO, 1999; MEDEIROS, MACÊDO, 2007).

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE indicam que cerca de 32,8% da população economicamente ativa no Brasil trabalha na informalidade e há cerca de 11,8% de pessoas desempregadas no país (IBGE, 2016), o que indica a complexidade do atual momento do mercado de trabalho. Comparando esse cenário com o artigo 23 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 2015), que já determinava que todo ser humano tem direito ao trabalho, à escolha de emprego, condições justas e favoráveis de trabalho e proteção contra o desemprego, e com a Constituição Federal de 1988⁴ que inclui o trabalho dentre os direitos sociais, questiona-se sobre a forma como vivem aqueles que convivem com a violação desses direitos e quais sentidos do trabalho diante de tais situações.

⁴ “Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988).

No atual momento, é possível afirmar que, cada vez mais, o sujeito se distancia de uma vida autodeterminada e autêntica e se aproxima, quando não da exclusão do mercado, de um estranhamento no trabalho, o que suscita discussões acerca da centralidade do trabalho na atualidade (ANTUNES, 2003). Diversos autores, como Antunes (2003), seguem afirmando a centralidade e a importância do trabalho na vida das pessoas. Essa posição é defendida ao considerar o trabalho como construtor de identidades e de socialização, como o principal fato social, atividade útil, vital e fundante do homem. Diante disso, ressalta-se a importância da discussão acerca dos sentidos do trabalho para diferentes populações de trabalhadores, em situações formais ou informais de trabalho.

Historicamente, a psicologia tem se dedicado ao estudo do trabalho sob a forma de assalariamento, ou seja, do emprego, na média e grande empresa, com pouca atenção ao estudo sobre o trabalho criado por segmentos pobres da população (SATO, 2011). Apesar disso, diversos autores têm se dedicado a temáticas não associadas a organizações capitalistas tradicionais e passam a estudar outras formas de trabalho em diferentes estruturas organizacionais (BENDASSOLLI, 2015).

A presente pesquisa visa investigar os sentidos do trabalho para uma população que chega a situações de vulnerabilidade social e exclusão, por vezes, devido as alterações no contexto do mundo do trabalho e acaba por “viver” da informalidade: as pessoas em situação de rua. A perspectiva epistemológica adotado para o estudo dos sentidos é a construcionista social, em que este conceito é definido como uma construção social, coletiva e interativa, por meio do qual as pessoas, na dinâmica das relações sociais, culturais e históricas, constroem os termos pelos quais compreendem as situações e fenômenos a sua volta (SPINK, 2010).

Para a população estudada, “cair na rua” tem sido uma alternativa de sobrevivência, especialmente em situações de desemprego. Esta afirmação é suscitada ao se considerar que diversas questões relacionadas a precarização do trabalho, junto a fragilização dos vínculos interpessoais, dificuldades no contexto urbano e no acesso às políticas públicas, conduzem muitos trabalhadores a situações de vulnerabilidade social e são apontadas como propulsoras da situação de rua (CASTEL, 1997; GHIRARDI, LOPES, BARROS, GALVANI, 2005; SILVA, 2009; GATTI, PEREIRA, 2011). Um lado perverso da exclusão do trabalho é que as pessoas são conduzidas ao rebaixamento na hierarquia social e passam a apresentar um conjunto de perdas que dificultam “um caminho de volta” para a vida domiciliada. Elas deixam de pertencer ao mundo oficial e passam a ser vistos como “problemas” para a sociedade (BURSZTYN, 2000), pois convivem com um estigma arraigado e uma

invisibilidade social recorrente, em que não são enxergadas enquanto sujeitos e, muito menos, como trabalhadoras.

A informação de que 70,9% da população em situação de rua é composta por trabalhadores que exercem alguma atividade remunerada, segundo pesquisa realizada com 31.922 pessoas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2008), contraria a lógica "popular" de se tratar de uma população que não trabalha. De acordo com este mesmo estudo, as principais atividades desenvolvidas por essa população são informais, como de catador de materiais recicláveis, flanelinha, entre outros, sendo que apenas 9% dos sujeitos teriam carteira assinada. Apenas 15,7% das pessoas acessadas na mesma pesquisa afirmaram pedir dinheiro como principal meio para a sobrevivência, evidenciando que aqueles que somente pedem dinheiro para sobreviver constituem minoria dentre a população estudada (BRASIL, 2008). Assim desmistifica-se o entendimento de que a população em situação de rua seria composta somente por “mendigos” e “pedintes” e demonstra-se que na maior parte dos casos há trabalho, mas não há emprego⁵, o que justifica a realização de estudos aprofundados e que focalizem os trabalhadores informais em situação de rua.

Focalizar o estudo do trabalho destes sujeitos se torna fundamental ao considerar que a maioria das pessoas em situação de rua possui histórico fragilizado de relações com o trabalho e a exclusão dessas pessoas do sistema econômico e de seus direitos é uma realidade (HENRIQUE, SANTOS, VIANNA, 2013). Há a necessidade de estudar um trabalho que existe e pode ser melhor conhecido para que suas particularidades sejam reconhecidas socialmente, o que evita leituras reducionistas ou preconceituosas acerca dessa temática, contribuindo assim para o aprimoramento do saber científico. Com a produção de conhecimento específico, a própria população em situação de rua poderá ser beneficiada com uma discussão crítica sobre o trabalho produzido em seu cotidiano e com possíveis intervenções mais qualificadas por parte dos trabalhadores das políticas públicas já existentes. As informações levantadas neste estudo também poderão ser utilizadas como indicadores para a criação ou aprimoramento de políticas públicas no que tange ao atendimento da população em situação de rua⁶.

⁵ A diferenciação entre trabalho e emprego é posta pelo contrato de trabalho, ou seja, o emprego é uma forma específica de trabalho econômico regulado por um acordo contratual (BORGES, YAMAMOTO, 2014).

⁶ Dentre os avanços já existentes no campo da legislação brasileira, cita-se a Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005, que incorporou à Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) a criação de programas de proteção social às pessoas em situação de rua no campo da Assistência Social, indicando o dever do Estado com a proteção social aos cidadãos que se encontram em situação de rua no Brasil. A aprovação da Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011 (Lei do

Com base nos argumentos levantados e, tendo em vista o contexto a ser estudado, pergunta-se: **Quais os sentidos do trabalho informal e do emprego para trabalhadores informais em situação de rua da região da Grande Florianópolis?**

2 MÉTODO

Nesta pesquisa, entende-se o método (e o próprio fazer científico) como um processo, uma prática e uma linguagem social atravessada por questões de poder e aspectos morais, políticos, teóricos e culturais (SPINK, 2003; CORDEIRO, FREITAS, CONEJO, LUIZ, 2014). “Constitui-se da riqueza de descrições e argumentações sobre todos os caminhos desviados ou seguidos pelo pesquisador em seu trabalho” (MEDRADO, SPINK, MELLO, 2014, p. 278).

Este estudo pode ser definido como exploratório e qualitativo, buscando produzir um conhecimento específico e contextualizado sobre os sentidos do trabalho para trabalhadores informais em situação de rua. Ele pode ser entendido como qualitativo por buscar entender o objeto de estudo em sua complexidade e em um contexto específico de produção de sentidos. Spink e Menegon (2004) afirmam que, na pesquisa qualitativa de base construcionista social, focaliza-se a explicação dos processos pelos quais as pessoas descrevem, explicam ou contabilizam o mundo no qual vivem, incluindo a elas mesmas nesse processo de produção (SPINK, MENEGON, 2004).

Quanto ao seu delineamento, trata-se de um estudo de multicasos, modalidade de pesquisa que consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, com vistas ao amplo e detalhado conhecimento acerca do assunto (GIL, 2002). No caso da presente pesquisa, procede-se com o estudo detalhado dos casos de trabalhadores informais em situação de rua vinculados a um Centro Pop da região da Grande Florianópolis.

2.1 Coleta de informações

O principal meio para a produção/levantamento de informações neste estudo foi a entrevista semiestruturada. Para a elaboração dos roteiros de entrevista, utilizou-se do modelo proposto por Zago (2003), que propõe a organização da entrevista por temas e, dentre desses, a elaboração de questões específicas, de modo a hierarquizar assuntos ou temas e separar o que é central do que é periférico para a investigação (ZAGO, 2003).

No que se refere ao procedimento de realização da entrevista, inicialmente o pesquisador abordou o usuário do Centro Pop, explicou o tema e a finalidade da pesquisa para o participante e, diante do seu aceite, foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em duas vias, uma para o pesquisador e outra para o/a participante, este que foi lido ao/a entrevistado/a. Foram cumpridos os demais preceitos éticos da Resolução CNS/MS 466/2012. Cabe salientar que o convite para a participação na pesquisa ocorria no próprio Centro Pop.

Quanto ao local das entrevistas, as mesmas foram realizadas na sede ou em espaços próximos ao Centro Pop, tais como em bancos ou papelões próximos ou na sala de atendimento psicossocial⁷. O Centro Pop foi escolhido como local para a realização da pesquisa por se constituir em uma política pública específica para a população de rua, considerada um “ponto de encontro” com tais pessoas.

2.2 Participantes da pesquisa

Os participantes desta pesquisa foram trabalhadores informais em situação de rua vinculados a um Centro Pop da região da Grande Florianópolis. Ocorreu uma escolha deliberada dos/as mesmos; visto que a intenção de um estudo qualitativo não é se basear no critério numérico para garantir sua representatividade (MINAYO, 2001). Os únicos critérios pré-estabelecidos para a escolha desses participantes foram: estar vinculado ao Centro Pop; ter acima de 18 anos de idade e realizar atividades de trabalho informal. Por trabalho informal, entende-se aqui qualquer trabalho com assalariamento sem carteira, bem como o trabalho autônomo e de sobrevivência (CACCIAMALI, 2000). Os participantes, cujas entrevistas serão discutidas ao longo deste trabalho, são expostos na tabela 1. Cabe destacar que todos os nomes expostos são fictícios, a fim de garantir o anonimato das respostas dos sujeitos:

Tabela 1- Caracterização dos participantes

Nome	Idade	Escolaridade	Estado Civil	Estado de origem	Tempo na rua	Trabalho Informal
Antônio	30	Fundamental incompleto	Solteiro	Santa Catarina (SC)	6 meses*	Artesão, flanelinha
Fred	24	Fundamental	Solteiro	Paraná	10 anos	Flanelinha

⁷ Apenas uma entrevista ocorreu na sala de atendimento do Centro Pop, as demais ocorreram em espaço externo ao serviço – na rua.

		incompleto		(PR)		
Guilherme	37	Médio completo	Solteiro	PR	5 anos	Vendedor de pirulito, flanelinha
José	35	Fundamental incompleto	Solteiro	SC	10 anos	Catado, Segurança
Marcos	32	Médio completo e Técnico	Solteiro	Rio Grande do Sul (RS)	10 anos	Flanelinha
Matheus	21	Fundamental incompleto	Solteiro	PR	3 meses	Flanelinha, catador, carregador
Murilo	24	Fundamental incompleto	Solteiro	SC	4 anos	Flanelinha
Tereza	44	Fundamental incompleto	Separada	SC	Mais de 10 anos	Faxina, artesanato, costura

Fonte: os autores (2017).

2.3 Análise das informações

A partir das informações produzidas, foi realizada a análise qualitativa, relacionando os resultados com os objetivos propostos a fim de responder à pergunta de pesquisa. Para a análise das informações, foi focalizada a compreensão dos processos pelos quais as pessoas entendem e produzem sentidos sobre o mundo, sendo dada atenção especial ao cotidiano da vida das pessoas e ao entendimento dos fatores históricos e culturais que permeiam este cotidiano (SPINK, FREZZA, 2004).

A análise do material produzido foi iniciada com uma imersão no conjunto de informações levantadas por meio de diversas leituras do material transcrito, deixando surgir os sentidos nesse processo. Assim, categorias de análise foram elaboradas com base no confronto entre os sentidos construídos ao longo do processo de pesquisa e de análise e da familiarização com o campo de estudo e com as teorias de fundamentação teórica (SPINK, LIMA, 2004). A análise do material foi inspirada na análise temática de narrativas, que, conforme aponta Riessman (2008), consiste em investigar quais conteúdos uma narrativa comunica. Assim, faz uso da própria linguagem do entrevistado em diálogo com a literatura existente, estabelecendo questões que problematizem e desnaturalizem.

3 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Entende-se que os sentidos que o trabalho ocupa na vida dos sujeitos são múltiplos e singulares e variam entre as épocas e as culturas, porém o trabalho nunca é inócuo para uma

pessoa (DIOGO, 2005), não sendo possível falar de um trabalho que seja nulo em sentido para um sujeito. No decorrer deste capítulo, a discussão trazida foi relacionada especificamente aos sentidos do trabalho sob a forma de emprego e da informalidade.

Esta discussão específica sobre os sentidos atribuídos ao trabalho sob a forma de emprego e de trabalho informal apresentou-se de forma recorrente na narrativa dos entrevistados. Por esse motivo, há necessidade de destacar os diferentes sentidos produzidos em recorrência dos vínculos assumidos com o trabalho, na formalidade e na informalidade.

3.1 Sentidos do trabalho informal e do emprego

A lógica da busca por um trabalho fixo e de estabilidade de renda se apresentou de forma constante no discurso das pessoas em situação de rua entrevistadas. Apesar de se constatar uma informalidade que assume protagonismo na vida dos participantes, apresentam-se discursos em que o emprego é almejado e idealizado como a única forma correta de trabalho. Muitos entendem que seria somente por meio do vínculo formal de trabalho que haveria uma possibilidade real de melhoria das condições objetivas de vida.

Ao longo das entrevistas, foi identificado que o emprego é, por vezes, confundido ou entendido como sinônimo de trabalho. Em muitos discursos, a única forma entendida como legítima de trabalho e que traria segurança seria o emprego. Esse dado coaduna com os encontrados por Diogo (2007) em uma pesquisa com trabalhadoras da área de segurança e conservação, em que estas compreendiam que o "emprego de carteira assinada", amparado pela legislação trabalhista, seria a única maneira de trazer segurança e estabilidade financeira (DIOGO, 2007), o que não ocorreria aos trabalhos não regulados pelo Estado. Nessa direção, Marcos e Tereza trazem elementos que revelam o desejo de estar empregado, com uma carteira assinada:

Para você, quando eu falo a palavra Trabalho, o que te vem à cabeça? Vem eu trabalhando dentro de uma empresa, empregadinho, carteirinha assinadinha e tal, com um lar pra eu chegar e ter um objetivo né? Que eu sou novo ainda, tenho que correr atrás, né? (MARCOS)

Na rua é mais complicado, né? Porque a situação é crítica, é triste. Tu mora sabendo que as pessoas vivem com depressão, com problemas, né? Já no trabalho, cada um está com a sua casa, problema todo mundo tem, lógico. Mas é bem diferente de tu estar na rua. Em um ambiente fechado, na tua casa, sem problemas com friagem, com chuva, com polícia, até com os loucos da rua, acaba ficando difícil trabalho. [...] Meu sonho é ter carteira assinada (TEREZA)

Ali no estacionamento, você recomendaria esse trabalho pra uma outra pessoa? Claro. Pra quem ta na rua sim. Quem ta na rua e não tem como arrumar um trabalho, mas uma pessoa que trabalha de carteira assinada, trabalhar em um negócio desse não. Tem que ficar no serviço, mas pra quem ta na rua é o melhor jeito. (FRED)

O referido sonho presente na fala de Tereza se torna algo difícil de ser conquistado quando se considera que estas pessoas estão em desvantagem em relação a outros prováveis empregados. Snow e Anderson (1999) ao realizar uma etnografia junto ao povo da rua do estado do Texas, nos Estados Unidos, identificaram que o próprio desabrigo reflete dificuldades em se assumir um trabalho regular. Os autores destacam que a estrutura inflexível do mercado de trabalho regular e o modelo de busca pelo trabalhador “adequado” para as vagas de emprego não são sensíveis à situação das pessoas em situação de rua. Os empregadores costumemente buscam contratar empregados permanentes, que satisfaçam qualificações mínimas e garantam padrões de vestuário e aparência para a contratação, padrões mínimos estes que raramente as pessoas em situação de rua dispõem. A falta de referências de empregos anteriores e de uma história estável de trabalho, o fato de não ter uma residência e um número de telefone fixo e a constante falta de documentos pessoais são outros problemas comuns na hora de procurar trabalho e se constituem em motivos de desconfiança (SNOW, ANDERSON, 1999).

Em resumo, as dificuldades de inserção para a população de rua se expressam de diferentes formas, seja na necessidade de qualificações específicas, de documentos de identificação ou de endereço fixo. Sobre esta última, cabe destacar que a legislação prevê que o endereço das pessoas em situação de rua é o da unidade do Centro Pop em que são atendidos, no entanto, ainda se apresenta dificultada a aceitação por parte de empregadores (SARMENTO, 2015). Os depoimentos a seguir exprimem diversas destas questões:

“Aaah, nós te ligamos”; “ah, deixa eu anoto teu número aqui”; “ta beleza, depois te ligo” e aí quando tu virava a curva o cara tava assim ó (limpando/apagando o número). Magro, morador de rua. Eles não querem nem saber, muitos ficam furioso só em saber que eu não tenho passagem pela polícia, ficam doidos, piram o cabeção. (GUILHERME)

É, porque na verdade vão pedir para o cara o comprovante de residência, daí o cara já não tem, daí o cara vai explicar, vai perguntar onde tu mora, daí tu vai dizer que mora, daí às vezes fica muito difícil o cara arrumar um serviço né? Se o cara não tivesse na rua, não “moro em tal lugar”, ficaria mais fácil. Porque daí pensam que quem mora na rua é vagabundo, ladrão, drogado. **Você entrega currículo, essas coisas?** Porque fica difícil né? O cara ta morando na rua, né? Às vezes os caras vão querer comprovante de residência, onde é que tu moras, eu não gosto de chegar e pegar mentira, dizer que moro em tal lugar, porque não adianta, né cara. Um dia a mentira sempre é descoberta. (JOSÉ)

Quais dificuldades tu enfrestas na rua? Dificuldades? Oportunidade. **Oportunidade de que?** De Serviço. Principalmente serviço. O mais essencial é serviço. Tem gente que não dá. Entendeu? Não tenho comprovante de residência, daí eu vou dar o comprovante de residência aqui do Pop, aí muitas empresas já não pegam, que sabem que o cara já tem atendimento como morador de rua, né? Aí eles

já não têm uma aceitação positiva não. **E tu já teve tentativas?** Já. E já consegui mentindo. Mentindo, dizendo que não moro aqui, dizendo que eu moro em outro lugar. **Daí foi possível?** Foi. **E quando você diz que está na rua, daí não acontece?** Não. **Isso faz quanto tempo que tu conseguiu?** Faz um, dois anos atrás. **Nos últimos tempos, tens tentado?** Não. (MARCOS)

Hoje daria certo [um emprego]? Daria, daria certo, mas no momento estou sem documentos, to fazendo, to começando a dar tudo certo, e provavelmente, mais pra frente, eu já vou estar trabalhando de carteira assinada. (FRED)

O nosso objetivo não é vê-los recaídos, é ver dentro de um Albergue, se recuperando, arrumando serviço, porque nós moradores de rua não temos outra oportunidade de serviço, existe muito preconceito sabe, até dentro da casa de apoio. Se tu pegar um currículo da casa de apoio ou do POP, deu, eles não te contratam. **Por que você acha que isso se dá?** Preconceito, muito preconceito. **De quem?** Dos empresários né, que empregam né. (TEREZA)

Além da inserção no mercado formal de trabalho, as dificuldades se relacionam a falta de permanência no emprego por longos períodos em decorrência de estarem na rua. Esta questão foi encontrada por Snow e Andersen (1999), que afirmam: nas eventuais ocasiões em que conseguem um trabalho regular, há dificuldades para conseguir trabalhar de modo sistemático, fazendo com que, por vezes, o emprego, inicialmente regular, acabe se tornando cíclico e temporário (SNOW, ANDERSON, 1999). Isso pode ser observado nas falas abaixo:

Tipo, no dia que era pra ir, eu não ia. No dia da entrevista que era pra ir, eu não ia, tudo questão da droga, porque eu dormia na rua, não conseguia acordar cedo. Acordar cedo a gente acorda, porque a gente fica usando muita droga até muito tarde, daí quando vai dormir, acorda tarde, porque não consegue acordar porque ta dopadão da noite passada que foi. Então, pra uma pessoa que mora na rua, trabalhar de carteira assinada, acordar todo dia de manhã cedo é difícil, é difícil pra caramba. [...] **E é difícil por que (o emprego)?** É difícil porque a dependência não deixa, não deixa. Porque aí tu vai sair do serviço, como tu vai usar, tu vai arrumar um dinheiro aqui, porque mesmo tu arrumando um serviço, tu arrumando um trabalho e entrando numa casa, tu sabe que aquele hábito que tu tinha na rua ele não vai mudar. Tipo assim, ele só vai estacionar aquele hábito que tu tinha na rua, entendeu? Não vai mudar. [...] Trabalho de carteira assinada, sabe o quanto vai vir no final do mês, aí não pode faltar, não pode nada, que daí já é descontado. Ali pode faltar, não dá nada. (FRED)

Como fica trabalhar quando se está na rua? É ruim. Tem dias que tu vai se atrasar, constantemente. Porque já não tenho celular, né? Ou pelo ter um despertador. Tem vez né, é ruim. Outro problema é moradia, o cara tem que ter endereço fixo pra manter assiduidade no serviço. O cara não pode faltar. Ter uma residência fixa é o começo de tudo, você já vai ter um lar, não vai mais estar na rua, tu está numa casa, um aluguel. Tu vai estar numa casa e vai poder te manter, né? Quando a gente ta na rua, emprego não tem como manter estabilidade. Consigo manter até um certo tempo, porque tu tá na rua, não tem obrigação com nada. Aí se tu já tem uma peça alugada, tu já tens obrigação, o aluguel. (MARCOS)

Trabalhando, entendeu? Não consigo. Posso até trabalhar um mês, mas é só o tempo do primeiro pagamento, entendeu? Aí já não, já decaio totalmente. Convivo na rua há dez anos já. (MARCOS)

O que você acha que acontece depois do primeiro mês, que tu falas? É só o tempo de eu receber, já não vou mais trabalhar, entendeu? Pego o dinheiro, gasto, já

vou e já começo a ficar na rua de volta, já aconteceu várias vezes, entendeu? Eu sei disso por experiência própria. (MARCOS)

Na seguinte fala de Murilo fica evidente o contraponto entre o emprego e o trabalho informal. Os argumentos levantados vão ao encontro da própria positividade de um trabalho informal, que possibilita maior controle sobre sua atividade e sobre os modos de operar, porém, mantém dificuldades, tais como a imprevisibilidade dos serviços e da renda e a falta de seguridade social (CAMPOS, 2005; COUTINHO et al., 2013).

Não sou muito fanático de trabalhar com carteira assinada, demora quatro semanas pra receber, mas é bom porque tu tens todos os teus direitos, né cara? Mas toda vez que eu arrumo um trabalho, pra mim tem que ser por semana, que eu gosto de ter dinheiro na minha mão, eu gosto de sentir o cheiro do dinheiro, porra, mas do mesmo jeito que ele tá na minha mão, ele vai que nem água. Se eu não souber administrar, ele vai. Mas quando eu arrumo um trabalho que eu ganho 500, 600 real por semana, eu já não fico com o dinheiro na minha mão, eu fico com 100 real e o resto eu dou pra uma pessoa guardar. [...] **E você tá procurando emprego?** Agora eu to procurando força pra procurar né. (MURILO)

A ausência de benefícios sociais é colocada como um dos sentidos negativos da atuação no mercado de trabalho informal que, no caso dos entrevistados abaixo, não é reconhecido sequer como trabalho, em uma visão negativa em relação à informalidade.

O que tu achas de fazer bico? Em questão de pagamento, não é ruim, cara, é as condições que te oferece, que é poucas né? No caso, se tu te machucou, já era, tu não tem direito nenhum. Só se o patrão for muito gente boa contigo. Fora isso, eu trabalhei de armador em Angelina, eu tava frio, quer dizer, sem registro nenhum, fiquei 6 meses lá, ganhava bem, por que ganhava quase 4 mil, porque era sem registro, o serviço era arriscado, entendesse? (ANTÔNIO)

Trabalho é um compromisso na vida da gente né? Uma coisa que tu vai ter os seus direitos. Quanto mais tempo de trabalho tu tiver, melhor pra ti, né? Se tu conseguir ficar no teu trabalho até se aposentar, né? É uma dignidade pra ti, né, “ah, eu trabalho em tal lugar”. Agora se tu disser “ah, eu não trabalho”, o cara já vai pensar o que de ti, né? Vagabundo, não quer trabalhar, né? (GUILHERME)

Você disse que gostaria de ter um emprego, com carteira assinada? Por quê? Pra ter meus direitos todos, né? Tipo, saúde, me aposentar, tudo né cara. Porque o cara sem uma carteira assinada o cara não vai ter direito a nada, né? O cara vai chegar, tal, com uns sessenta anos aí e não vai estar recebendo uma aposentadoria, né? (JOSÉ)

Você gostaria de ter um trabalho fixo, um emprego de carteira assinada? Gostaria, porque daí eu vou ter os meus benefícios, daí eu tenho meu décimo-terceiro, tem meu CNPJ, tem tudo meus benefícios. (MATHEUS)

Pra ter meus benefícios, né, porque ali tu não tem benefício nenhum, né? Ali se tu quebrar a perna, tu não vai receber parado. Ali se tu ficar doente, não dá de colocar um atestado e receber parado. Num trabalho de carteira assinada, tu vai ter um monte de coisa, tu vai ter vale-alimentação, vai ter 13º, coisada toda assim, né? E ali não, ali tu só vive com o dinheiro que tu sabe que tu vai fazer ali, entendeu? Que

tu sabe que tu vai ganhar ali. Mas tu não sabe o quanto vai vir, e o quanto não vai.
(FRED)

As narrativas trazidas demonstram que os trabalhadores em situação de rua do presente estudo referem-se fundamentalmente aos sentidos negativos para remeter a informalidade, com destaque a falta de direitos trabalhistas e a incerteza de manutenção da renda. Esses sentidos divergem dos trazidos por Coutinho (2009) em uma pesquisa junto a trabalhadores informais, que apresentou histórias de vida e de trabalho em que a informalidade se apresentou principalmente como uma opção, e não como falta de opção. Os participantes da pesquisa da autora obtiveram experiências consideradas ruins de inserção no mercado formal e não pretendiam retornar a essa condição: viam na informalidade um meio para que possibilidades de maiores ganhos e de melhores condições de trabalho fossem viabilizadas (COUTINHO, 2009). Esses sentidos, apesar de relevantes, são pouco presentes quando se tratam dos trabalhadores informais em situação de rua. Para eles, na maior parte dos casos, quando se questiona sobre os sentidos do trabalho, a questão central que cerceia suas narrativas são os sentidos atribuídos ao emprego como um meio para melhorar sua vida, o que não seria possível por meio da informalidade.

Observa-se que, quando o vínculo de trabalho citado é o formal, sob a forma de emprego, são citados sentidos positivos relacionados principalmente a possibilidade de melhoria das condições de vida, inclusive nisto a própria possibilidade saída das ruas. Na informalidade, os sentidos positivos remetem a um maior controle sobre a atividade desenvolvida, no entanto, há predominância de sentidos negativos, vinculados principalmente a ausência de seguridade social, de benefícios e de estabilidade, além da incerteza na manutenção de renda. Em vários casos, os trabalhos informais desenvolvidos, como de flanelinha, catador de material reciclável e artesanato, tem função de garantia de renda e subsistência imediata, em um sentido mais instrumentalizado na vida dos participantes.

Considerando todo o contexto de vida e de trabalho dos participantes, reforça-se a informação de que esses sujeitos acabam se envolvendo com estratégias mais flexíveis e informais para sua sobrevivência material, visto que não encontram espaço no mercado formal de trabalho. Realizam “trabalhos de um dia”, com horário irregular, local variável e uma remuneração normalmente mais baixa do que a do trabalho regular, mas que são pagos no mesmo dia e que não exigem referências e uma história de trabalho estável (SNOW, ANDERSON, 1999). Considerando os prós e contras dessa informalidade, algo é comum:

esses trabalhos não oferecem caminho para fora das ruas, reproduzindo uma instabilidade que é comum à própria vida desses sujeitos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade contemporânea é marcada por transformações, rupturas e paradoxos, especialmente no que tange ao trabalho. Compreender os sentidos do trabalho é uma atividade complexa e envolvida por esse contexto e por um conjunto de fatores pertinentes a história de vida singular de cada sujeito. Este trabalho partiu do pressuposto da centralidade sociológica e psicológica do trabalho e adotou a perspectiva construcionista social para o estudo dos sentidos do trabalho informal e do emprego para trabalhadores informais em situação de rua. O estudo deste fenômeno se fez aliado ao contexto de vida na rua, impondo importantes desafios no processo de construção teórica e metodológica.

No que tange aos resultados encontrados, é paradoxal perceber que, mesmo diante da precariedade das condições de vida e de trabalho, o trabalho encontra um lugar importante na vida dos participantes, principalmente em torno de um projeto de vida futuro. Muitos dos sentidos do trabalho remetem diretamente ao modelo considerado como o ideal socialmente, sob a forma de emprego, este presente nos discursos mesmo que na quase completa ausência na vida dos participantes. O trabalho informal que desenvolvem remete a sentidos positivos, porém, adquire relevância a ausência de benefícios e de seguridade social e a ideia de uma informalidade que é meio para garantir a subsistência imediata. Assim, o trabalho muitas vezes é para ganhar o suficiente para se manter naquele dia, garantindo as necessidades básicas e a utilização de drogas, aproximando-se de uma lógica e de um sentido instrumental, em que o trabalho é significado como uma forma de ganhar dinheiro e garantir a sobrevivência.

Objetiva-se que este estudo, a exemplo de outras importantes iniciativas de pesquisadores nacionais das ciências sociais, tais como Sarmiento (2015) e Silva (2009), possa despertar a curiosidade de novos autores, que passem a se interessar por este público e motivem-se à construção de novos conhecimentos, tão necessários para qualificar intervenções e romper com olhares sociais reducionistas e preconceituosos. Indica-se que pesquisas com o mesmo objeto de estudo sejam realizadas em outros estados brasileiros, a fim de verificar possíveis similaridades e diferenças com as informações levantadas no presente estudo.

O trabalho produzido por esta população, mesmo informal e precário, pode ser um efetivo objeto de estudo para a Psicologia do Trabalho, ainda que pouco tenha sido encontrado de específico proveniente desta área do conhecimento ao longo da elaboração do referencial teórico. Para a Psicologia, é possível e necessário cada vez mais romper com os muros das organizações formais e se dedicar ao estudo das estratégias de sobrevivência dos diversos segmentos da sociedade.

Os conhecimentos produzidos poderão trazer benefícios para a população em situação de rua e para as políticas públicas relacionadas a este segmento populacional. A psicologia do trabalho e a psicologia social podem utilizar-se dos resultados decorrentes desta pesquisa para propor ações que visem à melhoria das condições de vida e de trabalho da população em situação de rua, seja em atendimentos nos serviços especializados para a população de rua, na proposição e melhoria de políticas públicas, em programas de inserção social/laboral e na luta por melhores condições de atendimento para este público. As possibilidades de atuação são imensas e necessitam ser contextualizadas para cada realidade. Como bem afirmou Sarmiento (2015, p. 244) “o exercício profissional com este grupo populacional ainda enfrenta muitos desafios de aproximação e construção de vínculos”. O desenvolvimento de ações que visem o resgate de vínculos interpessoais, desenvolvimento de sociabilidades e construção de processo de saída das ruas, conforme objetivos preconizados na tipificação da política pública de atendimento à população de rua, são metas complexas nas quais a Psicologia tem muito que contribuir. Espera-se que as discussões aqui propostas possam “fazer pensar” sobre a realidade das ruas e as formas de vida e de trabalho utilizadas pela população em situação de rua para a garantia de sua sobrevivência.

Agradecimentos

Agradecimentos especiais à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio e financiamento destinado a esta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 6ª reimpressão. São Paulo, Boitempo Editorial, 2003.

BARROS, V. A.; PINTO, J. B. M. Trabalho e criminalidade. In: GOULART, I. B. (org.). **Temas de psicologia e administração**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

BENDASSOLLI, P. F. (2015). Psicologia e Trabalho Informal: a Perspectiva dos processos de significação. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, 2015.

BORGES, L. O.; YAMAMOTO, O. H. (2014). Mundo do trabalho: construção histórica e desafios contemporâneos. In: ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J.; BASTOS, A.V.B. **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2014. p. 25-72.

BRASIL. (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua**. Brasil, 2008.

CACCIAMALLI, M. C. Globalização e Processo de Informalidade. **Economia e Sociedade**, v. 9, n. 1, p. 153-174, 2000.

CASTEL, R. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a “desfiliação”. **CADERNO CRH**, Salvador, n. 26/27, p. 19-40, 1997.

CAMPOS, M. **Identidades e informalidades**: um estudo com trabalhadores do setor informal de Florianópolis - SC. Dissertação (Mestrado em Psicologia)– Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

COUTINHO, M. C.; BORGES, R. C.; GRAF, L. P.; SILVA, A. S. Todo dia uma casa diferente: trajetórias, sentidos e cotidianos laborais de diaristas. **Universitas Psychologica**. v. 12, p. 4, 2013.

COUTINHO, M. C. Sentidos do trabalho contemporâneo: as trajetórias identitárias como estratégia de investigação. **Cadernos de psicologia social do trabalho**, v. 12, n. 2, 2009.

CORDEIRO, M. P.; et al. Como pensamos ética em pesquisa. In: SPINK, M. J, P.; et al (Org.). **A produção de informação na pesquisa social**: compartilhando ferramentas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.

DIOGO, M. F. **De balde e vassoura na mão**: os sentidos do trabalho para as mulheres que exercem suas funções no setor de limpeza e conservação em uma empresa prestadora de serviços em Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Psicologia)– Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

_____. Os sentidos do trabalho de limpeza e conservação. **Psicologia em estudo**, v. 12, n. 3, p. 483-492, 2007.



- GATTI, B. P.; PEREIRA, C. P. **Projeto Renovando a Cidadania**: pesquisa sobre a população em situação de rua do Distrito Federal. Brasília: Brasília: Gráfica Executiva, 2011.
- GHIRARDI, M. I. G; LOPES, S. R.; BARROS, D. D.; GALVANI, D. Vida na rua e Cooperativismo: transitando pela produção de valores. **Interface comunicação saúde educação**, v. 9, n. 18, p. 601-610, 2005.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- HENRIQUE, R. A.; SANTOS, C. M.; VIANNA, J. J. B. Sentidos e significados do trabalho entre pessoas em situação de rua. **Psicologia para América Latina**, n. 24, 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS – IBGE. **Indicadores IBGE**: pesquisa mensal de emprego. Brasília, DF, 2016.
- MATTOSO, J. **O Brasil desempregado**: Como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. São Paulo: ABRAMO, 1999.
- MEDEIROS, L. F. R.; MACEDO, K. B. Profissão: catador de material reciclável, entre o viver e o sobreviver. **Revista Brasileira Gestão & Desenvolvimento Regional**, v. 3, n. 2, p. 72-94, 2007.
- MEDRADO, B.; SPINK, M. J.; MELLO, R. P. Diários como atuantes em nossas pesquisas: narrativas ficcionais implicadas. In: SPINK, M. J, P.; BRIGAGÃO, J. I. M.; NASCIMENTO, V. L. V.; CORDEIRO, M. P (Org.). **A produção de informação na pesquisa social**: compartilhando ferramentas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.
- MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. nov. 2005. Acesso em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>..
- RIESSMAN, C. K. **Narrative methods for the human sciences**. California: Sage, 2008.
- SILVA, M. L. L. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.
- SATO, L. Psicologia e trabalho: focalizando as profissões ignoradas. In: MEDRADO, B.; GALINDO, W. (Orgs). **Psicologia Social e seus movimentos**: 30 anos de ABRAPSO, Recife: ABRAPSO/Ed. Universitária da UFPE, 2011. p. 233-249.
- SARMENTO, R. S. M. **A assistência social à população em situação de rua**: um estudo na cidade de Florianópolis/SC. Tese (Doutorado em Sociologia Política)– Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil, 2015.
- SNOW, D.; ANDERSON, L. **Desafortunados**: um estudo sobre o povo da rua. Petrópolis: Vozes, 1998.
- SPINK, M. J. Os métodos de pesquisa como linguagem social. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 9-21, 2003.

SPINK, M. J.; FREZZA, R. M. Práticas Discursivas e Produção de Sentidos: a perspectiva da Psicologia Social. In: SPINK, M. J. (Org.). **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 2004.

SPINK, M. J.; LIMA, H. Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. In: SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção dos sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SPINK, M. J.; MENEGON, V.M. A pesquisa como prática discursiva: superando os horrores metodológicos. In: SPINK, M. J. (Org.). **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 2004.

SPINK, M. J. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

TOLFO, S. R.; PICCININI, V. Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. spe, p. 38-46 2007.

ZAGO, N. A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa. In: ZAGO, N.; CARVALHO, M. P. & VILELA, R.A.T. (Orgs.), **Itinerários de pesquisa**: perspectivas qualitativas em sociologia da educação (pp. 287-309). Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BETWEEN THE SENSES OF INFORMAL WORK AND EMPLOYMENT: DISCONTINUITY, RUPTURE OF STABILITIES AND PERMANENCES

***Abstract:** Contemporary society is marked by changes, ruptures and paradoxes, especially concerning work. Understanding the meanings of work is a complex activity, since it is influenced by this context and by a set of factors that are relevant to each individual's unique life history. This article aims to understand the meanings of informal work and employment for informal workers living on the streets. Through a qualitative approach, eight individuals who lived on the streets were interviewed. Regarding the results found, it is paradoxical to realize that even in the face of precarious conditions of life and work, labor finds an important place in the life of participants, especially in terms of a future life project. Many of the meanings of work refer directly to the model that is socially considered as ideal, in the form of employment, which is present in participants' discourses, even if almost completely absent in their lives. The informal work they develop bring about positive meanings, but the lack of benefits and social security and the idea of informality as a means to ensure*

immediate subsistence are also relevant. Thus, work is often carried out to earn enough to get by on a particular day, fulfilling basic needs and allowing for the use of drugs, which is close to an instrumental logic and meaning, since work is signified as a way to earn money and ensure survival.

Keywords: *Meanings of work. Informal Work. Population living on the streets.*

AGRICULTURA FAMILIAR UM OLHAR SOBRE A COMUNIDADE RURAL DE CÓRREGO FALSO EM DIVINÓPOLIS – MG

MACHADO, L. E. de M.¹ – luiz.elpidio.10@gmail.com
UEMG Unidade Divinópolis
Rua Paraná , 3001 – Bairro Jardim Belvedere
35.501-170 – Divinópolis – MG – Brasil

MACHADO, M. M. M.² – marta.machado@uemg.br
UEMG Unidade Divinópolis
Rua Paraná , 3001 – Bairro Jardim Belvedere
35.501-170 – Divinópolis – MG – Brasil

VIANA, L. T.³ - lorrineteixeira18@gmail.com
UEMG Unidade Divinópolis
Rua Paraná , 3001 – Bairro Jardim Belvedere
35.501-170 – Divinópolis – MG – Brasil

***Resumo:** A agricultura familiar é entendida como o cultivo da terra por pequenos proprietários rurais, tendo, como mão de obra, predominante o núcleo familiar em oposição a agricultura patronal que conta profissionais contratados em regime de trabalho temporário ou fixo em propriedades de maior porte. Sobre a agricultura familiar é possível perceber que essa tem revelado a importância econômica e social do pequeno produtor rural, produzindo cerca de 80% dos alimentos consumidos e preservando 75% dos recursos agrícolas do planeta. No Brasil, é a principal produtora de carne suína, carne de aves, leite, mandioca e feijão. No estado Minas Gerais, as lavouras de Agricultura Familiar correspondem à maioria dos estabelecimentos produtivos, entretanto ocupam apenas 27,1% da área de cultivo (IBGE). O município de Divinópolis conta com 45 comunidades rurais e entre comunidade polo destaca-se a comunidade de Córrego Falso que foi o objeto de estudo deste trabalho.*

***Palavras-chave:** Agricultura familiar, comunidade rural, segurança alimentar.*

¹ Mestre em Engenharia de Produção – UFSC, docente dos cursos de Engenharias da UEMG Unidade Divinópolis.

² Mestre em Engenharia de Produção – UFSC, docente dos cursos de Engenharias da UEMG Unidade Divinópolis.

³ Acadêmica do 8º período do curso de Engenharia de Produção – UEMG Unidade Divinópolis.

1 INTRODUÇÃO

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), agricultura familiar produz cerca de 80% dos alimentos consumidos e preserva 75% dos recursos agrícolas do planeta, tem capacidade para colaborar na erradicação da fome mundial e alcançar a segurança alimentar sustentável. No Brasil, a agricultura familiar representa 84% de todas as propriedades rurais do País e emprega pelo menos cinco milhões de famílias. Por outro lado, a modalidade agrícola ocupa apenas 24,3% do total da área utilizada por estabelecimentos agropecuários. A agricultura familiar é responsável pela maioria dos alimentos que chegam à mesa da população, como carne suína (59%), carne de aves (50%), leite (58%), a mandioca (87%) e o feijão (70%) (CARVALHO, VICENTINI e MONTEBELLO, 2016).

A produção da agricultura familiar pode estar menos propensa a influências externas, principalmente, na formação de seus preços, por ser, predominantemente, baseada em policultura, ou seja, produção e oferta de produtos variados, por sua proximidade ao consumidor, contribuindo, assim, com a estabilização dos preços e, por conseguinte, com o controle da inflação.

A produção em pequena escala, por evitar os riscos proporcionados pelas monoculturas de grandes propriedades, permite maior controle ambiental, portanto a Agricultura Familiar se sobressai por adotar práticas ambientalmente mais sustentáveis. Agregam-se a isso os estímulos à produção de alimentos orgânicos ou obtidos por meio da agroecologia, que conferem aos produtos da Agricultura Familiar diferencial competitivo na busca por qualidade e responsabilidade socioambiental. Contudo GUANZIROLI, BUAINAIN e DI SABBATO (2012, p. 368) alertam “Os dados mostraram por outro lado que subsistem as limitações tecnológicas e fundiárias entre os agricultores familiares de modo geral. Uma parcela significativa dos familiares possui pouca terra, fator esse que se verificou como um limitante na expansão de sua renda.”

Entendendo a relevância da Agricultura Familiar para assegurar sobrevivência de vários indivíduos, para alavancar a economia de certas comunidades rurais e ainda como uma forma de produção, que oferece como bônus, uma prática mais responsável e sustentável, essa pesquisa teve a pretensão de revisitar a literatura sobre a Agricultura Familiar e efetuar a observação de uma Comunidade rural específica “Córrego Falso” na cidade de Divinópolis no centro –oeste de Minas Gerais.

1.1 Procedimentos metodológicos

Para o desenvolvimento desse trabalho efetuou-se, inicialmente, uma pesquisa bibliográfica quando selecionaram-se publicações e documentos sobre o objeto de estudo. Posteriormente, a comunidade rural de Córrego Falso, no município de Divinópolis em Minas Gerais, foi tomada como objeto de estudo desta pesquisa e permitiu compreender a forma de organização social das comunidades rurais, a classificação da agricultura familiar e os principais parâmetros socioeconômicos e tecnológicos.

Para a compreensão mais apurada do povoado Córrego Falso, foi realizada uma pesquisa a partir de um roteiro de entrevista semiestruturado que funcionou como norteador para coleta de relatos orais dos produtores rurais, preservando um cuidado com os mesmos, no tocante a espontaneidade de fala, quando a escrita poderia representar um dificultador e inibidor para a interação.

2. AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

A forma como se organiza a produção agroalimentar reflete as opções de desenvolvimento de um país (ou região), bem como determina as condições em que os alimentos são ofertados à população em termos de disponibilidade, qualidade e preço. Considera-se, aqui, a agricultura de base familiar como a forma mais conveniente de ocupação social do espaço agrário. A promoção dos pequenos produtores de alimentos promove a equidade e a inclusão social em simultâneo a uma maior e mais diversificada oferta de alimentos à população produzidos de formas sustentáveis.

A Agricultura Familiar é vital para sobrevivência de um número significativo de pessoas, realizar um diagnóstico socioeconômico para avaliar a relevância desta atividade em comunidade rural é de grande relevância para o setor agrícola. Para compreender melhor este universo amparou-se na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, na qual a agricultura familiar foi assim definida:

“Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - aqüicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscaidores;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.” (BRASIL, 2006)

A agricultura familiar mantém vínculos simultâneos de distintos tipos com os mercados de produtos agroalimentares em razão do seu perfil produtivo diversificado. Assim, a reprodução das unidades familiares rurais baseia-se no conjunto das atividades produtivas por elas desenvolvidas e nos vínculos com os mercados que lhes são correspondentes. Há sempre que mencionar a parcela da produção que é destinada ao autoconsumo, importante componente da manutenção dessas famílias (da sua segurança alimentar). A agricultura familiar pode ocupar papel de destaque na estratégia de desenvolvimento nacional segundo ABRAMOVAY

Se a preocupação com a agricultura envolver não só o aspecto produtivo mas também uma estratégia de desenvolvimento descentralizado e voltado à ocupação equilibrada do território, as unidades familiares apresentam um trunfo decisivo: elas podem ser a base de formação de uma sociedade civil no meio rural, daquilo que aparece frequentemente como termos antagônicos: a cidadania no campo. Não é sem razão que no Sul do País, onde o peso social e econômico da agricultura familiar é, em geral, superior ao do setor patronal, se observam os embriões de organizações locais que poderão contribuir de maneira importante com uma nova visão do papel do espaço rural na luta contra as desigualdades. (ABRAMOVAY, 1997, p. 76)

As análises sobre a questão alimentar colocam ênfase na disponibilidade de renda das famílias enquanto principal condicionante de acesso aos alimentos por uma grande parcela da população. É frequente concluir que há oferta suficiente de alimentos para abastecer adequadamente toda a população mundial e, particularmente, a brasileira. Conduzir o problema de aquisição dos alimentos não implica dar como equacionada a questão da produção agroalimentar e dos produtores rurais, principalmente, quando se vai além da mera disponibilidade física dos alimentos e passa-se a considerar os aspectos socioeconômicos, culturais, espaciais e ambientais envolvidos na produção dos alimentos.

2.1 Agricultura familiar no estado de Minas Gerais

No estado de Minas Gerais, nas lavouras, a Agricultura Familiar representa 79,3% da quantidade dos estabelecimentos produtivos ocupando, entretanto, apenas 27,1% da área de cultivo, tabela 1.

Tabela 1 - Utilização das terras nos estabelecimentos, utilização em lavouras, segundo a agricultura familiar - Minas Gerais – 2006.

Classificação da propriedade	Total de propriedades	Área total (ha)	Utilização das terras na lavoura nos estabelecimentos					
			Permanentes		Temporários		Áreas plantadas com forrageiras para corte	
			Numero de propriedades	Áreas (ha)	Numero de propriedades	Áreas (ha)	Numero de propriedades	Áreas (ha)
Agricultura familiar	437.415	8.845.883	190.694	579.456	229.076	655.039	257.045	227.548
Não familiar	114.202	23.801.664	49.255	1.134.056	55.073	2.113.984	68.842	476.506
Total	551.617	32.647.547	239.949	1.713.511	284.149	2.769.023	325.887	704.054

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006

No estado de Minas Gerais, as lavouras e as pastagens na Agricultura Familiar representam 57,2% da quantidade dos estabelecimentos produtivos mas ocupando apenas 30,8% da área de cultivo, tabela 2.

Tabela 2 - Utilização das terras nos estabelecimentos, utilização em lavouras e em pastagens, segundo a agricultura familiar - Minas Gerais – 2006.

Classificação da propriedade	Utilização das terras na lavoura nos estabelecimentos							
	Lavouras		Pastagens					
	Áreas para cultivo de flores (inclusive hidroponia e plasticultura), viveiros de mudas e casas de vegetação.		Naturais		Pastagens plantadas degradadas		Pastagens plantadas em boas condições.	
	Numero de propriedades	Áreas (ha)	Numero de propriedades	Áreas (ha)	Numero de propriedades	Áreas (ha)	Numero de propriedades	Áreas (ha)
Agricultura familiar	789	2.152	195.004	2.389.468	36.376	391.074	159.497	2.406.501
Não familiar	590	6.025	57.401	4.823.854	12.364	832.085	58.491	7.196.794
Total	1.379	8.178	252.405	7.213.321	48.740	1.223.159	217.988	9.603.295

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

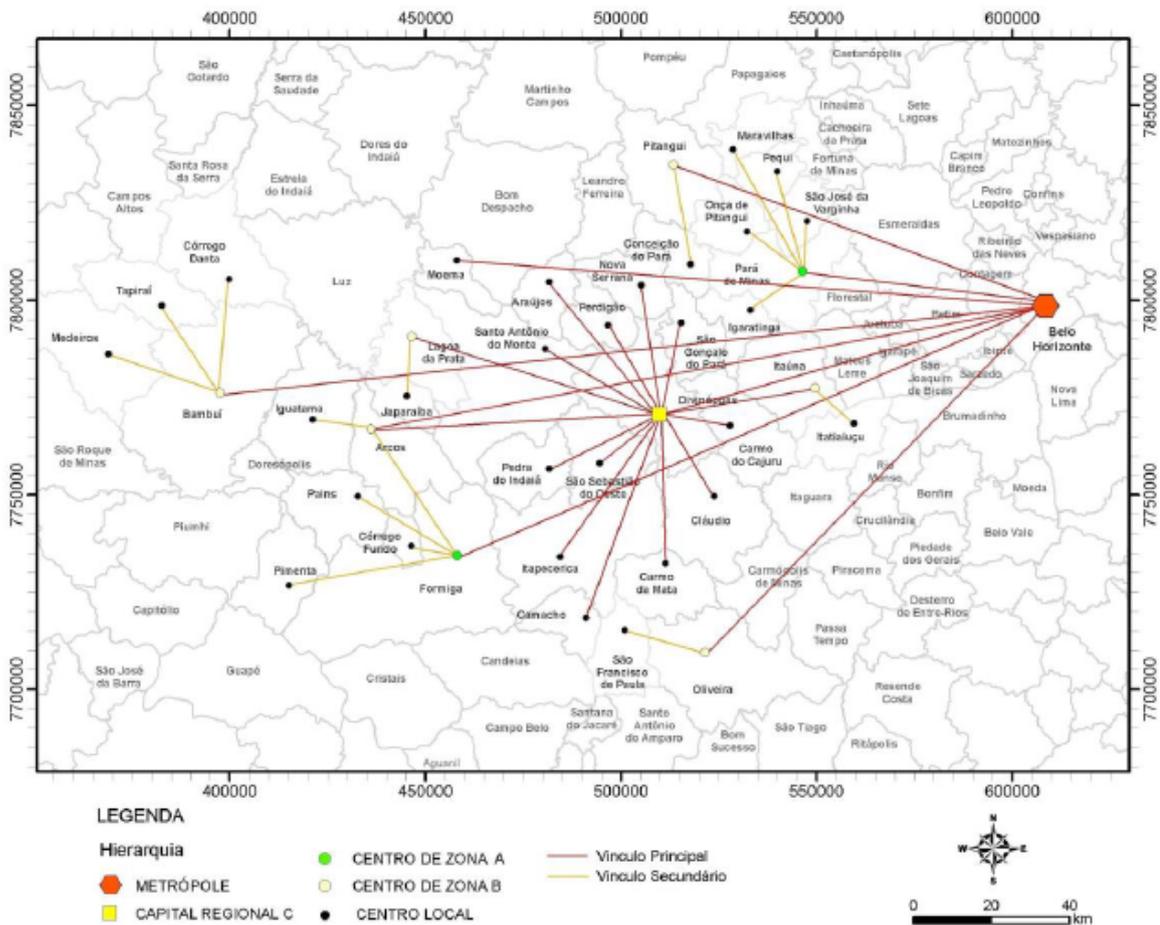
2.3 A comunidade rural de Córrego Falso no município de Divinópolis

Essa pesquisa tomou como objeto de observação de Agricultura Familiar desenvolvida na comunidade rural de Córrego Falso no Município de Divinópolis. Em 2010, a população de Divinópolis era de 213.016 habitantes, 207.516 habitantes residentes na área urbana e 5.500

habitantes residentes na zona rural, em 2017 a população foi estimada em 234.937 habitantes. O município ocupa uma área de 708,115 km² (IBGE).

O Município de Divinópolis situa-se na interseção das coordenadas geográficas 20° 8` 21" de latitude sul e 44° 53` 17" de longitude oeste. O Município limita-se ao norte com Nova Serrana e Perdigoão; ao sul com Cláudio; a leste com São Gonçalo do Pará e Carmo do Cajuru; a oeste com São Sebastião do Oeste e Santo Antônio do Monte (Figura 1). (Prefeitura Municipal de Divinópolis)

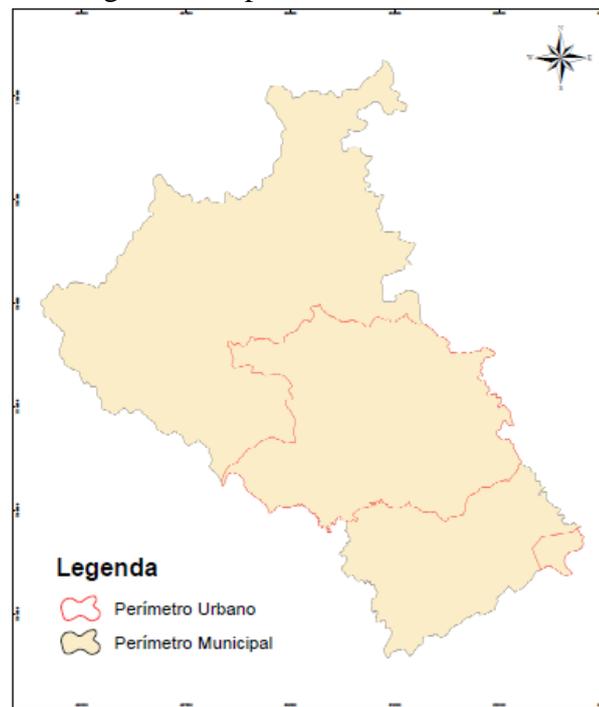
Figura 1: Mapa de Perímetro Urbano



Fonte: Plano Diretor do Município de Divinópolis

A Zona Rural de Divinópolis é composta por 45 comunidades, as comunidades polo: Amadeu Lacerda, Branquinhos, Buritis, Córrego Falso, Costas, Djalma Dutra, Ferrador, Inhame, Quilombo e Tamboril (Figura 2). Embora seja uma pequena parcela da população, em 2010, abrigavam 2,58% da população divinopolitana. Os moradores da zona rural do município desempenham um papel importante na produção de alimentos local, realizada principalmente, em unidades voltadas à agricultura familiar.

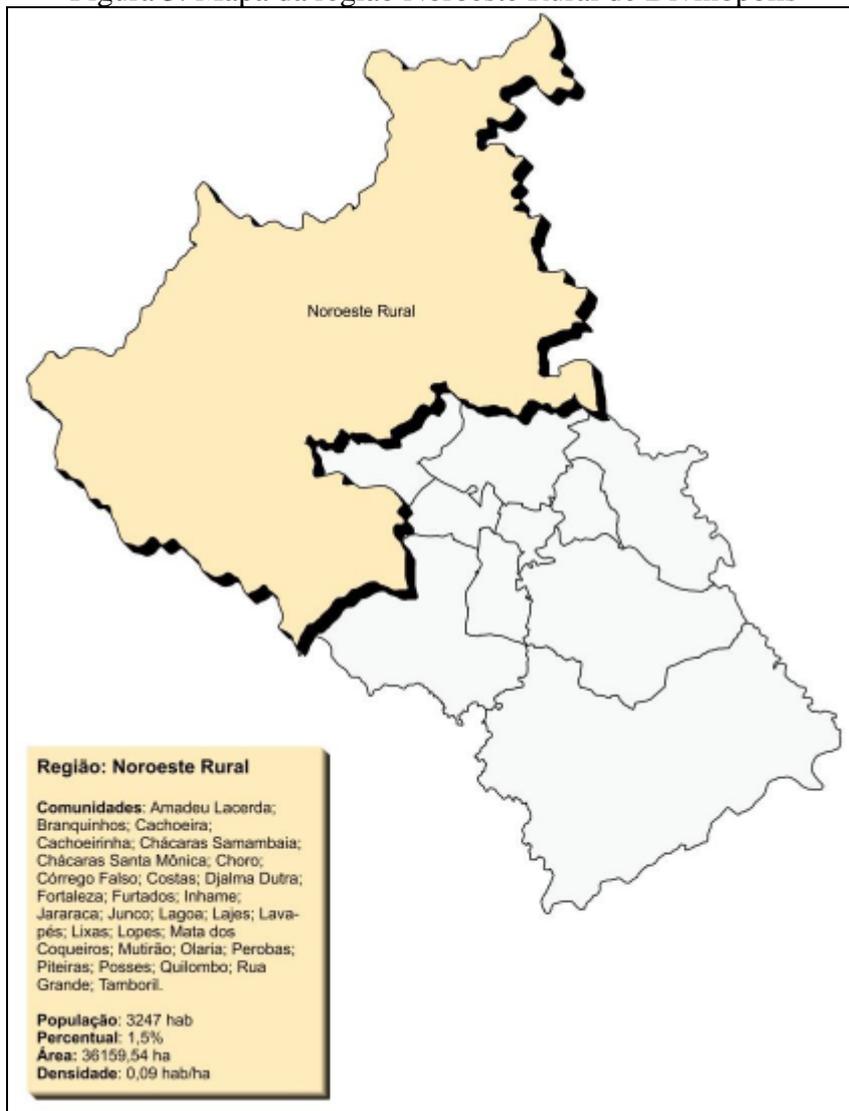
Figura 2: Mapa de Perímetro Urbano



Fonte: Plano Diretor do Município de Divinópolis

A comunidade rural de Córrego Falso tem importante papel no cenário rural. A origem do nome se deu devido a um córrego temporário que possui fluxo de água somente em período de chuva quando seu leito é formado. A comunidade fica a 23 km do centro de Divinópolis, foi a 2ª comunidade rural do Brasil a implantar a coleta seletiva de lixo. A festa do Senhor do Bom Jesus que acontece no 2º domingo de setembro é uma tradição da comunidade. O diagnóstico socioeconômico da Comunidade Rural de Córrego Falso contribuirá para compreender melhor uma comunidade tradicional da região Noroeste Rural do Município de Divinópolis (Figura 3).

Figura 3: Mapa da região Noroeste Rural de Divinópolis



Fonte: Plano Diretor do Município de Divinópolis

Identifica-se como principais produtos produzidos e comercializados pela comunidade: mandioca, quiabo, abóboras e hortaliças, estas últimas denominadas na comunidade como verduras de folhas, sendo as principais o alface, o almeirão, a couve, a rúcula, a cebolinha e a salsa.

Sobre o uso de tecnologia identificam como mais importante o uso da tela Sombrite (30%), mangueira de gotejo, filtro de água, a lona mulching, adubação via gotejo, poço lonado, tubulações, bico de rosca próprio para gotejo e furador de tubulação.

Na lavoura não há uso de agrotóxico, um agrônomo visita as propriedades quinzenalmente, o controle das pragas é realizado por soluções orgânicas. O acesso aos financiamentos se dá pelo Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal.

As principais dificuldades apresentadas são:

- I. A transição de culturas sazonais (arroz, milho) para culturas de hortaliças.
- II. Excesso de produção de um ou mais produtos, este fato é denominado na comunidade por “rolha”.
- III. Dependência de política governamental como o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos.

Quanto às vantagens do empreendimento temos:

- I. Giro de capital, praticamente diário.
- II. Menor perda, em função do uso de tecnologia.
- III. Manutenção fácil na retirada de pragas.
- IV. Dispensa-de funcionários.

Para levar informação e serviço a uma comunidade é necessário compreender a complexidade social da mesma segundo PERREIRA e BARBOSA (2009, p.151) “o conhecimento dos problemas que atingem as classes menos favorecidas apresenta-se como um imperativo, para que haja equidade na distribuição das riquezas, dos serviços e o respeito ao direito de viver em um ambiente salubre etc.”.

A vivência do senhor Antônio Vaz Bueno, conhecido na comunidade por “Senhor Tônico”, deve ser destacada. Segundo Senhor Tônico, ele foi um dos maiores produtores de arroz da região, quando abandonou o cultivo de arroz, o custo de um quilo do produto dele era onze vezes maior do que o que era vendido no comércio local, hoje a venda de uma caixa de quiabo se for convertida na compra de arroz dá para o sustento vários meses, por isso o cultivo de arroz e milho não compensa atualmente.

3 CONCLUSÃO

O estudo bibliográfico da agricultura familiar aponta para sua relevância, uma vez que promove à valorização humana, a comunicação e negociação entre representantes políticos com representantes da sociedade, respeitando os desejos e anseios das organizações sociais e praticando os princípios da descentralização, da democracia, da transparência e da parceria, com responsabilidade e melhoria da qualidade de vida nas comunidades.

A agricultura familiar tem reconhecimento na promoção do desenvolvimento local com sustentabilidade econômica, social e cultural. Gera postos de trabalho em número bem maior que a agricultura empresarial, se preocupa com a sustentabilidade socioeconômica e ambiental e preserva as tradições e os costumes locais.

Observou-se que na comunidade rural de Córrego Falso, município de Divinópolis, há uso de tecnologia, diversidade de culturas, preocupação com o meio ambiente, uso de linhas de financiamento e bom controle do processo produtivo.

Para futuras pesquisas sugere-se o estudo detalhado das principais dificuldades e vantagens identificadas por este primeiro estudo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e uso do solo. **São Paulo em Perspectiva**, v. 11, n. 2, p. 73-78, 1997.

CARVALHO, Brenda Mistral de Oliveira; VICENTINI, Carolina Medeiros; MONTEBELLO, Adriana Estela Sanjuan. Políticas públicas para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no Brasil. REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 67., São Carlos, 2016. **Anais...** São Paulo: SBPC, 2016.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; BUAINAIN, Antonio Marcio; DI SABBATO, Alberto. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: (1996 e 2006). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 2, p. 351-370, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades. <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=312230&search=minas-gerais|divinopolis|infograficos:-informacoes-completas>>. Acesso em 08/01/2018.

PEREIRA, Ronildo Alcântara; BARBOSA, Maria de Fátima Nóbrega. Diagnóstico socioeconômico e ambiental de uma microbacia hidrográfica no semi-árido paraibano. **Engenharia Ambiental**, v. 6, n. 1, p. 137-153, 2009.

Plano Diretor do Município de Divinópolis.

<<http://www.divinopolis.mg.gov.br/portal/servicos/56/Plano-Diretor>>. Acesso em 03/05/2017

Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.** <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm>. Acesso em 03/05/2017

Prefeitura Municipal de Divinópolis.

<<http://www.divinopolis.mg.gov.br/portal/cidade/12/Geografia>>. Acesso em 03/05/2017.

FAMILY FARMING A LOOK AT THE RURAL COMMUNITY OF CÓRREGO FALSO IN DIVINÓPOLIS - MG

***Abstract:** Family farming is understood as the cultivation of land by small landowners, with the predominant workforce being the family unit as opposed to employer agriculture that is based on professionals hired on a temporary or fixed labor basis in larger estates. Regarding family farming, it is possible to see that this has revealed the economic and social importance of the small rural producer, producing about 80% of the food consumed and preserving 75% of the agricultural resources of the planet. In Brazil, it is the main producer of pork, poultry, milk, cassava and beans. In the state of Minas Gerais, family farming crops correspond to most productive establishments, however, they occupy only 27.1% of the area under cultivation (IBGE). The municipality of Divinópolis has 45 rural communities and among polo community stands out the False Creek community that was the object of study of this work.*

***Keywords:** Family farming, rural community, food security.*

As Novas Configurações do Trabalho e suas Repercussões Sociais

Noêmia Lazzareschi - nlazzareschi@pucsp.br

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Faculdade de Ciências Sociais da PUC/SP

Rua Ministro de Godói, 969 - Perdizes

CEP: 05.014-001 – São Paulo – Brasil

Resumo: *Este artigo tem por objetivos 1) apresentar os traços definidores das novas configurações do trabalho que resultaram da introdução das tecnologias de base microeletrônica – tecnologias da informação - conjugadas a novas técnicas de gerenciamento do processo de produção e de prestação de serviços, - toyotismo - que revolucionaram os mundos do trabalho ao transformarem radicalmente a natureza do trabalho; 2) apresentar as repercussões dessas transformações sobre os mercados de trabalho, as relações de trabalho, as competências profissionais exigidas, o movimento sindical e, em consequência, sobre a vida de todos os trabalhadores. Com início nas últimas décadas do século passado, a reestruturação do processo de trabalho, cujo substrato material são as tecnologias da informação, impôs-se definitivamente como um dos fatores determinantes da produtividade, competitividade e lucratividade das empresas, - industriais, agrícolas, de prestação de serviços - ou seja, como condição sine qua non de sua sobrevivência e de seu sucesso, tornando-se, em decorrência, um dos fatores determinantes dos índices de crescimento e desenvolvimento econômico e social de todas as regiões e países do mundo, agora submetidos aos ditames da globalização da economia. As considerações aqui desenvolvidas resultam da análise de um grande número de estudos das Ciências Sociais, especialmente da área da Sociologia do Trabalho, e das pesquisas realizadas e orientadas pela autora ao longo dos últimos vinte anos. São estudos e pesquisas cuja característica fundamental é o consenso entre os autores sobre as especificidades e repercussões sociais das novas configurações dos mundos do trabalho, razão suficiente para atribuir-lhes expressão científica.*

Palavras-chave: *Novas configurações do trabalho. Reestruturação produtiva e da prestação de serviços. Reestruturação dos mercados de trabalho. Novas relações de trabalho. Novas competências profissionais. Movimento sindical.*

INTRODUÇÃO

As transformações da economia mundial a partir da década de 70 do século passado e as transformações do processo de trabalho graças à introdução das tecnologias de base microeletrônica – tecnologias da informação -, conjugadas a novas técnicas de gerenciamento do processo de trabalho – toyotismo -, que as tipificam, deram origem a um novo modo de acumulação do capital que David Harvey denominou “acumulação flexível” e Manuel Castells, “economia informacional e global”, cujas características podem ser assim sintetizadas:

- internacionalização ou globalização da produção e dos mercados;
- acirramento da competição internacional;
- desenvolvimento de uma nova lógica organizacional, que resultou na transição da produção em massa para a produção flexível, ou do fordismo ao pós-fordismo, - toyotismo - graças às novas tecnologias que “permitem a transformação das linhas típicas da grande empresa em unidades de produção de fácil programação que podem atender às variações do mercado (flexibilidade do produto) e das transformações tecnológicas (flexibilidade do processo)” (CASTELLS, 2011, p. 212)
- formação de redes entre pequenas e médias empresas sob o controle de sistemas de subcontratação ou sob o domínio financeiro/tecnológico de empresas de grande porte, ou formação de redes multidirecionais entre pequenas e médias empresas, como as dos arranjos produtivos locais, por exemplo;
- maximização da produtividade baseada em conhecimentos, “[...] por intermédio do desenvolvimento e da difusão de tecnologias da informação e pelo atendimento dos pré-requisitos para a sua utilização (principalmente recursos humanos e infraestrutura de comunicações”. (CASTELLS, 2011, p.268)

O resultado dessas transformações foi uma verdadeira revolução no interior das fábricas e dos escritórios, imprimindo-lhes uma nova face, cujos traços distintivos são:

- redução das dimensões físicas das unidades empresariais, em virtude não só do desenvolvimento do processo de subcontratação e terceirização, isto é, da formação de redes empresariais, como também da adoção dos métodos japoneses de organização do interior das unidades produtivas, cujos fundamentos se expressam nos conhecidos cinco S: seiki: senso de utilização racional dos recursos para evitar desperdício; seiton: senso de organização;

season: senso de limpeza e conservação dos equipamentos; seiketsu: senso de saúde, física e mental; shitsuke: senso de autodisciplina, visando, como se verifica, sobretudo a utilização racional dos recursos para evitar desperdício e a obtenção de uma produção com zero de defeitos, dano zero nas máquinas, demora zero e burocracia zero, além, é claro, de um rígido controle dos estoques que deu origem ao método Just-in-time (Toyotismo) ou produção sem estoques, segundo o qual “[...] os estoques são eliminados ou reduzidos substancialmente mediante entregas pelos fornecedores no local da produção no exato momento da solicitação, e com as características específicas para a linha de produção.” (CASTELLS, 2011, p. 214)

- redução da estrutura de autoridade hierárquica com o surgimento de equipes multifuncionais, com versatilidade em várias tarefas e compreensão da totalidade do processo de produção, com autonomia para a tomada de decisões operacionais;

- redução dos postos de trabalho, já que a nova lógica organizacional se fundamenta nas tecnologias de informação de base microeletrônica e, portanto, nos princípios de integração e supervisão de todo o sistema de produção e, como afirma Zarifian, na “dissociação entre sistema técnico e sistema de trabalho, que passam a ser ligados por um novo sistema, o informacional” (ZARIFIAN, 1990, p.82), consolidando o princípio de cooperação mútua que, em decorrência, aumenta a responsabilidade profissional de cada um e de todos;

- controle de qualidade a cada etapa do processo produtivo para se chegar ao controle da qualidade total, com zero de defeitos e drástica redução de desperdício;

- adoção do princípio de aperfeiçoamento contínuo do processo (kaizen), encorajando, assim, os trabalhadores ao desenvolvimento e à utilização de suas potencialidades, isto é, inteligência, criatividade, iniciativa, espírito crítico, em todas as etapas da produção e/ou da prestação de serviços, permitindo-se vislumbrar aí o início de um novo processo, o da re-humanização do trabalho, degradado pela universalização do taylorismo e fordismo no século XX; os círculos de controle de qualidade, conhecidos como “CCQS”, nos quais se discutem melhorias no processo de produção, são a expressão mais significativa desse princípio;

- desaparecimento crescente de tarefas parcelares, simplificadas e repetitivas, exigindo-se dos trabalhadores capacidade de compreensão da totalidade do processo de trabalho, versatilidade em várias tarefas, rápida adaptação às inovações e precisão na tomada de decisões, uma vez que os novos princípios de gestão enfatizam o processo e não a estrutura e a função;

- forte envolvimento, por conseguinte, de todos os trabalhadores em todas as etapas do processo de trabalho, graças à formação de equipes de trabalho, tendendo a permitir o fim da total dissociação entre gerência científica e chão da fábrica que caracterizou as formas taylorista e fordista de organização do trabalho;

- produção orientada pela demanda, ao contrário da produção padronizada em massa do fordismo, o que implica conhecimento das tendências do mercado para atender o consumidor que exige variedade e diversificação na oferta de produtos e serviços. Por isso, a necessidade de produzir uma diversidade de produtos em pequenos lotes e o sistema Just-in-time/kanban.

Dentre os problemas, dificuldades e frustrações criados pelo novo modo de acumulação do capital e, mais imediatamente, pela reestruturação produtiva, com graves consequências para os trabalhadores e governos de todos os países do mundo, em especial dos países emergentes e dos países subdesenvolvidos, ressaltam-se a redução dos postos de trabalho; o surgimento de novas e precárias relações de trabalho; o aumento do mercado informal de trabalho; a exigência de novas competências profissionais adquiridas nos bancos escolares para a garantia da empregabilidade, quando a grande maioria dos trabalhadores dos países mais pobres não tem acesso à escolaridade segundo os padrões de excelência, agravando sobremaneira a sua situação.

MERCADO DE TRABALHO E NOVAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Se o século XX deve ser considerado o século do forte assalariamento da classe proletária graças aos milhões de empregos gerados pelo taylorismo e fordismo, empregos de baixa qualidade, é verdade, mas empregos, e com alguma proteção do Estado devido às políticas de intervenção na economia, o século XXI parece ser o século da redução dos empregos e do surgimento de novas e precárias relações de trabalho, em virtude da difusão da nova lógica empresarial cujo fundamento é a diminuição dos custos de produção com a utilização de uma sofisticada tecnologia e uma verdadeira revolução nas técnicas de gerenciamento do processo de trabalho, que intensificam o trabalho dos trabalhadores ainda necessários e reduzem drasticamente os níveis de contratação de novos.

Segundo os prognósticos dos mais diferentes autores das Ciências Sociais, empregos protegidos por uma rígida regulamentação das relações de trabalho serão uma exceção e não a regra, já que a palavra de ordem é, hoje, flexibilidade: flexibilidade dos processos de trabalho,

dos padrões de consumo e, primordialmente, das relações de trabalho. A flexibilidade e mesmo a desregulamentação das relações de trabalho são defendidas por empresários como condição para a geração de empregos nos países de mercado de trabalho regulamentado, como o Brasil, pois que a formação de redes empresariais em todas as partes do mundo permite a redução dos custos de produção, sobretudo quando instalados naqueles países onde a proteção do Estado aos trabalhadores por uma legislação trabalhista é pífia, como na China ou nos demais países do Leste Asiático, ou nos países em desenvolvimento para onde são exportadas etapas do processo produtivo não tecnologicamente modernizadas e onde se realizam tarefas simplificadas e repetitivas.

Essa é a tendência universal: especialmente na indústria, a nova lógica organizacional reduz consideravelmente os postos de trabalho e consolida novas e precárias relações de trabalho – terceirização, contrato temporário, jornada parcial, banco de horas, trabalho em domicílio. No entanto, o aumento da produtividade, da competitividade e da lucratividade nesse setor da atividade econômica permite o crescimento de postos de trabalho no setor de serviços, sempre mais diversificado, embora também submetido à nova lógica organizacional poupadora de força de trabalho.

No cenário da globalização da economia, os índices de crescimento econômico estão fortemente condicionados às conjunturas internacionais que podem ou não favorecer a geração e a manutenção de empregos, sempre dependentes da conjugação dos fatores econômicos, políticos, sociais e culturais nacionais e internacionais.

AS NOVAS E PRECÁRIAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Antes de apresentá-las, é preciso chamar a atenção para a necessária distinção entre processo de precarização e processo de flexibilização e de desregulamentação das relações de trabalho, compreendidos pela grande maioria dos textos da Sociologia do Trabalho como parte das reformas neoliberais que conduziram ao ‘Estado Mínimo’, isto é, ao Estado descompromissado com a preservação dos padrões de regulação keynesiana dos mercados, pondo em risco, em consequência, a conquista dos direitos básicos dos trabalhadores. Essa distinção é necessária pelo fato de o Brasil ter a mais volumosa e rígida legislação trabalhista dentre todos os países industrializados do mundo, com 922 artigos que regulamentam detalhadamente as relações de trabalho e que deverão ser acrescentados de mais alguns com as entradas em vigor da reforma trabalhista a partir de 11 de novembro de 2017.

Flexibilização das relações de trabalho é a expressão utilizada para referir-se ao aparecimento de novas formas de emprego, “relativas àqueles contratos de trabalho que se afastam da norma” (FREYSSINET, 2009, p.27), isto é, contratos de trabalho que, no Brasil, não estavam previstos na CLT, - Consolidação das Leis do Trabalho - muito embora existissem de fato, disfarçados sob a forma de relações de trabalho juridicamente estabelecidas, como, por exemplo, o contrato de trabalho temporário, o contrato de prestação de serviços e o trabalho em domicílio, agora regulamentados sob essas denominações. Afirma-se que essas relações de trabalho são fruto do processo de flexibilização e, por isso, são consideradas novas relações de trabalho, pois fogem do estabelecido pela CLT, que previa apenas contrato de trabalho por tempo indeterminado, isto é, contrato selado entre o trabalhador e um único empregador com jornada de trabalho de oito horas.

Precarização das relações de trabalho é expressão utilizada para demonstrar o agravamento da situação dos trabalhadores no mercado de trabalho, agora muito mais estreito e exigente devido à reestruturação produtiva, cuja lógica organizacional se fundamenta na redução dos custos da produção com a introdução da mais sofisticada tecnologia e, em decorrência, com a redução de postos de trabalho e com a intensificação de relações de trabalho intermitentes, como, por exemplo, o trabalho terceirizado e o contrato temporário de trabalho, que impedem o pleno acesso dos trabalhadores aos benefícios sociais previstos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), formas de contratação de trabalho que chamam a atenção não por sua novidade, mas por sua dimensão e na falta de perspectiva de sua reversão. Com efeito, com exceção do banco de horas, as demais formas de trabalho precário sempre existiram no Brasil, disfarçadas seja como compra e venda de serviços entre produtores independentes, seja como contratação de trabalhadores por tempo indeterminado, razão pela qual sempre foram muito altos os índices de rotatividade da força de trabalho em todos os ramos da atividade econômica. A precarização das relações de trabalho é, pois, fenômeno que independe do estágio de desenvolvimento do capitalismo por ser um de seus traços característicos, considerando-se que o mercado de trabalho jamais alocou toda a força de trabalho disponível, registrando sempre níveis significativos de desemprego ou de subemprego; os salários sempre foram insuficientes para garantir a satisfação de todas as necessidades da grande maioria das famílias dos trabalhadores; as tarefas realizadas no emprego não ofereceram a oportunidade de crescimento pessoal e profissional ao maior número de trabalhadores, permitindo-lhes a satisfação de suas necessidades de autoestima e autorealização; a

aposentadoria, após décadas de trabalho, nunca foi suficiente para sustentar a qualidade de vida na velhice, etc.

a) Trabalho em regime de tempo parcial

Em 1998, foi aprovada uma medida provisória, em vigor sob o número 1709, regulamentando a contratação de trabalhadores por tempo parcial, garantindo-lhes, de forma proporcional, todos os direitos trabalhistas assegurados aos empregados por horário integral, como férias e 13º salário. Reza o art. 58-A da CLT: “Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a 25 horas semanais” e só poderá ser celebrado nas seguintes situações conforme o art. 443, § 2:

- serviços cuja natureza ou transitoriedade justifiquem a determinação do prazo;
- atividades empresariais de caráter transitório;
- contrato de experiência;
- quando autorizado expressamente por lei.

O contrato a tempo parcial significa salário parcial e direitos trabalhistas parciais, isto é, significa trabalho precário, porém, regulamentado. Deriva do processo de flexibilização das relações de trabalho com fundamento na crença de que a redução da jornada de trabalho poderia gerar emprego, o que não aconteceu em nenhum país do mundo. Empregos, como se sabe, são gerados somente com investimentos e, em alguns casos, como na indústria, com maciços investimentos.

Convém lembrar, no entanto, que a jornada parcial de trabalho pode ser interessante para milhares de trabalhadores, sobretudo mulheres, donas de casa e mães de família que, talvez, prefiram este tipo de emprego por lhes permitir, ao mesmo tempo, ter um salário e melhor cuidar de sua família. Nesse caso, não se pode qualificar a jornada parcial de trabalho precário por resultar de opção do trabalhador. Mas esse tipo de contrato será sempre qualificado de trabalho precário na ausência de opções de jornada integral de trabalho como forma de reduzir os custos da produção ou como fruto do processo de reestruturação produtiva.

a) Contrato de Trabalho Temporário

O contrato de trabalho temporário foi instituído pela Lei 6.019/74, regulamentada pelo Decreto 73.841/1974, que dispõe sobre as condições e possibilidades da celebração do contrato, estabelecendo as mesmas situações previstas para a celebração do contrato a tempo

parcial, mas dele diferenciando-se no que se refere às condições para a sua realização, pois que o contrato temporário se dá pela intermediação de uma empresa prestadora de serviços temporários que deve declarar o motivo que justifica a demanda do trabalho temporário pela empresa tomadora do serviço e por que, enquanto o contrato a tempo parcial pode ser tanto por tempo indeterminado ou por tempo determinado, o contrato temporário não pode ter duração superior a três meses, salvo necessidade de prorrogação que deverá ser antecipadamente comunicada ao Ministério do Trabalho, desde que o período total não ultrapasse seis meses.

O trabalhador com contrato temporário de trabalho tem direitos similares aos previstos na CLT para o trabalhador com contrato por tempo indeterminado, com exceção do direito ao aviso prévio, por razões óbvias, e aos 40% de multa do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, embora tenha direito à indenização por dispensa sem justa causa ou término normal do contrato, correspondente a 1/12 (um doze avos) do pagamento recebido. No entanto, caso sofra um acidente ou se afaste por motivo de doença não terá a estabilidade garantida aos trabalhadores com contrato por tempo indeterminado.

A medida provisória de número 1726, também do ano de 1998, prevê a suspensão temporária do contrato de trabalho de dois a cinco meses, mediante acordo entre patrões e empregados. Durante a suspensão do contrato o trabalhador deve receber do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT – bolsa de estudos equivalente ao seguro-desemprego (em média 80% do salário) para cursos de requalificação profissional e, dependendo do acordo, cesta básica e ajuda de custo adicional. Passado esse período, o empregado deve ser recontratado e, se não o for, será demitido com todos os direitos.

O contrato de trabalho temporário é altamente vantajoso para as empresas que, orientadas pela nova lógica organizacional fundada nos princípios do toyotismo, produzem de acordo com a demanda, isto é, a produção acompanha as flutuações do mercado consumidor, razão pela qual as contratações são previstas para determinadas épocas do ano, sobretudo por ocasião das grandes festas. E, assim, as empresas se livram do pagamento de 40% do FGTS ao término do contrato, do pagamento dos encargos sociais durante doze meses consecutivos, do pagamento de indenizações devidas a acidentes e/ou afastamento por doença e, normalmente, intensificam o ritmo do trabalho nos picos das contratações, ganhando em produtividade. Por essas vantagens, as empresas tendem a descaracterizar o contrato de trabalho temporário

utilizando-se desse artifício para substituir trabalhadores com contrato por tempo indeterminado e, dessa maneira, reduzir os custos com mão-de-obra e com encargos sociais.

Para o trabalhador, o contrato temporário de trabalho significa, antes de tudo, conviver com a interrupção, todos os anos, de pagamento de salário por alguns meses, adaptar-se continuamente a novas situações de trabalho, esperar por nova contratação, estar impossibilitado de planejar sua vida pessoal e familiar, como, por exemplo, planejar férias com os filhos, além de, normalmente, os salários percebidos serem inferiores àqueles pagos aos trabalhadores com contrato por tempo indeterminado. Mas, infelizmente, esta tem sido a porta de entrada para um emprego por prazo indeterminado, pois há sempre a perspectiva de efetivação na empresa para alguns poucos que se desdobraram no trabalho. Isso é precarização do trabalho.

a) Banco de Horas

O banco de horas foi regulamentado pela Lei 9.601/1998 e é outra modalidade de trabalho precário, pois significa o fim das horas extras com as quais o trabalhador aumentava seu salário. Trata-se de um sistema de organização do processo de trabalho segundo o qual a jornada normal de trabalho poderá ser reduzida em duas horas durante o período de baixa demanda pelos produtos e/ou serviços da empresa. Em momentos de elevação da demanda, o trabalhador compensará as horas não trabalhadas do período anterior e por elas não será remunerado. O limite de horas trabalhadas será sempre de 10 horas diárias, independentemente do fixado nas convenções ou acordos coletivos das diferentes categorias profissionais.

O banco de horas é considerado trabalho precário pelo fato de desorganizar a vida pessoal e familiar do trabalhador que não saberá com antecedência quando deverá compensar as horas não trabalhadas, além, é claro, de subtrair-lhe uma possibilidade de aumentar o seu salário.

b) Terceirização do Trabalho

A terceirização do trabalho é um dos princípios da reestruturação produtiva, mais especificamente do toyotismo, num primeiro momento implementada para se obter maior qualidade dos produtos e ganhos de produtividade com a transferência de operações secundárias do processo de produção – atividades-meios – para empresas especializadas; mas, logo as grandes empresas tomadoras de serviços perceberam outras vantagens na adoção da terceirização, sobretudo no que diz respeito à redução ainda maior dos custos do

processo de produção com a sua fragmentação pelo mundo em busca de mão de obra mais barata e mais politicamente desorganizada do que em seus países de origem. Além disso, as redes empresariais que se formam com a terceirização – redes de produção, de distribuição e de comercialização – constituem um poderoso instrumento de conquista de mercados, graças não só à redução dos custos de produção e, em consequência, redução dos preços das mercadorias, mas também graças à presença da marca dos produtos em todas as partes do mundo.

Para os trabalhadores, a terceirização do trabalho significa, antes de tudo, desestruturação dos mercados de trabalho, pois os postos de trabalho são transferidos seja para outras regiões de um mesmo país, seja para vários outros países do mundo, desempregando e, ao mesmo tempo, empregando milhares de trabalhadores em condições muito diferentes daquelas da origem dos grandes capitais, isto é, com salários e encargos sociais muito menores, que seguem a regulamentação das relações de trabalho de cada um dos países envolvidos no processo. Isso significa que os empregos serão transferidos e mesmo criados onde as condições econômicas, políticas, sociais e culturais se mostrarem mais lucrativas para o capital, num processo de total desorganização dos mercados de trabalho que obriga milhares e milhões de pessoas a perambularem pelo mundo à procura de emprego.

A questão social do trabalho terceirizado e, portanto, a sua precarização, além da acima indicada, tem origem no fato de que nas empresas terceirizadas os trabalhadores não terão a mesma oportunidade de adquirir novas competências profissionais, pois a tecnologia com a qual trabalham não é a de última geração; não terão oportunidades de ascensão profissional porque normalmente essas empresas são de pequeno ou médio porte e nelas não existe quadro de carreira; sentem-se mais inseguros dada a fragilidade econômica e financeira que as caracteriza, dependentes que são das grandes empresas tomadoras de seus serviços; não tinham acesso a alguns importantes benefícios concedidos pelas grandes empresas, tais como restaurante, convênio de saúde, fundo de pensão, etc., além, é claro, de os salários serem inferiores àqueles que executam a mesma função em empresas não terceirizadas.

No Brasil, a terceirização do trabalho era orientada pela súmula 331, editada pelo Tribunal Superior do Trabalho em 1993, mediante a qual se estabelecia a distinção entre terceirização lícita e ilícita e se previa os casos possíveis de terceirização, ou seja: trabalho temporário para atender necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente da empresa tomadora ou necessidade resultante de acréscimo extraordinário de serviços dessa empresa,

portanto, como trabalho temporário; serviços de conservação e limpeza; serviços de vigilância e serviços especializados relacionados a atividades-meios do tomador de serviços. Era terceirização ilícita a referente a atividades-fim da empresa tomadora de serviços, embora não houvesse consenso doutrinário sobre o que seriam tais atividades, o que dificultava sobremaneira a aplicação da regra e a fiscalização.

A instrução normativa nº 3, de agosto de 1997, editada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, assim define empresa prestadora de serviços a terceiros:

A empresa de prestação de serviços a terceiros é pessoa jurídica de direito privado, de natureza comercial, legalmente constituída, que se destina a realizar determinado e específico serviço a outra empresa fora do âmbito das atividades-fim e normais para que se constitui essa última. (BRASIL, 1997)

E empresa tomadora de serviços é conceituada “como a pessoa física ou jurídica de direito público ou privado que celebra contrato com empresas de prestação de serviços a terceiros, com a finalidade de contratar serviços.” (BRASIL, 1997)

Hoje, a terceirização atinge todos os setores da economia e ultrapassa as fronteiras locais e nacionais e fez surgir o que se conhece por ‘cadeia global de valor’ ou por ‘redes empresariais nacionais e internacionais’, pois quase todos os produtos são frutos do trabalho fragmentado, realizado em várias empresas do mesmo país ou de países diferentes. Processo que tende a crescer e a reforçar a interdependência de todos os países do mundo.

É muito vantajosa para as empresas tomadoras de serviços ou empresas contratantes não só pelas razões já apontadas, mas também pelo fato de que no Brasil significa a fragmentação da classe trabalhadora, já fragmentada pela estruturação de seus sindicatos, em várias categorias profissionais trabalhando para uma mesma empresa ou numa mesma empresa, impossibilitando, portanto, a união de todos os trabalhadores em torno das mesmas reivindicações, o que reduz ainda mais o poder de barganha de todos os sindicatos.

A polêmica em torno da terceirização, seja no que dizia respeito à clara definição de atividade-fim e de atividades-meios, seja no que se referia à imposição de igualdade de condições – de salário, de jornada de trabalho, de proteção à saúde - aos empregados de ambas as empresas, da prestadora e da tomadora de serviços, deu origem a vários projetos de lei para a regulamentação da terceirização, todos eles alvo de críticas dos trabalhadores, sindicatos e centrais sindicais e em tramitação há mais de uma década.

Finalmente, um dos projetos de lei, o de número 4330, foi aprovado na Câmara dos Deputados em abril de 2015, devendo ser discutido ainda no Senado. Considerado o marco

regulatório das relações de trabalho entre empresas contratantes e empresas terceirizadas, põe fim às discussões sobre a definição de atividades-fim e atividades-meio ao permitir a terceirização de todas as atividades da empresa contratante, excluindo-se as empresas estatais. O projeto torna as empresas contratantes responsáveis pelo pagamento de parte dos impostos e contribuições federais; obriga-as a estenderem vários dos benefícios sociais que distribuem aos seus próprios trabalhadores aos trabalhadores das empresas terceirizadas – alimentação, ambulatório e transporte – e a zelar pela sua segurança, higiene e saúde; prevê a criação de um fundo-caução para garantir o pagamento de todos os direitos dos trabalhadores previstos na CLT e garante também a validade dos acordos coletivos e convenções de cada categoria profissional.

Apesar de o projeto de lei garantir todos os direitos previstos na CLT aos trabalhadores das empresas terceirizadas, há resistências para sua aprovação no Senado e na segunda votação na Câmara dos Deputados devido às pressões dos trabalhadores para a sua rejeição, com fundamento no fato de que os trabalhadores das empresas terceirizadas ganham menos do que os das empresas contratantes, trabalham mais – em média três horas a mais do que os trabalhadores diretos, são minoria – apenas 12.75 do conjunto dos trabalhadores – segundo os dados da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e de Estudos Socioeconômicos) e na filiação obrigatória aos sindicatos que representam os terceirizados e não ao sindicato da atividade que realizam.

Enfim, a terceirização é uma realidade de fato no Brasil há pelo menos duas décadas e é tendência mundial, com o argumento de que intensifica a especialização das funções e, em decorrência, aumenta a produtividade do trabalho e a competitividade de todos os setores da vida econômica e de todos os países que participam das cadeias globais de valor. No Brasil atinge mais de doze milhões de trabalhadores, razão pela qual ou se proíbe definitivamente esta relação de trabalho ou deve-se regulamentá-la. Sem regulamentação, afeta ainda mais negativamente os trabalhadores que têm trabalhado sem segurança jurídica alguma.

a) Trabalho em Domicílio

Mas, a precarização das relações de trabalho se expressa em outras modalidades de contratação de trabalho, como, por exemplo, o trabalho em domicílio, muito comum nos setores industriais tradicionais, como o calçadista e o de confecções e cujas características são: exploração do trabalho direto, mediante emprego intensivo de mão-de-obra pouco qualificada e de baixo custo; subcontratação do trabalho; mecanização parcial e pontual;

trabalho utilizado de acordo com as flutuações da demanda, portanto, trabalho intermitente, sem qualquer estatuto específico da CLT que o contemple. (Lavinias, L. et al.: 2000) No entanto, para evitar problemas com as eventuais visitas dos fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego, as empresas contratantes exigem desses trabalhadores carteira de autônomos, que transforma a relação em compra e venda de serviços entre produtores independentes, embora seja, de fato, uma relação clara de assalariamento, porém sem qualquer direito trabalhista.

É preciso distinguir entre trabalho em domicílio tal como acima caracterizado e teletrabalho, isto é, trabalho realizado na casa do trabalhador com vínculos empregatícios claramente definidos, isto é, com carteira de trabalho assinada pela empresa que, com isso, também reduz os custos da produção e/ou da prestação de serviços com economia de espaço, luz, água, telefone gastos com o trabalho presencial dos trabalhadores em seu território.

b) Contrato de prestação de serviços

Dentre as novas e precárias relações de trabalho, destaca-se o contrato de prestação de serviços no qual o trabalhador se constitui como pessoa jurídica; segundo essa nova modalidade de relação de trabalho, o trabalhador obriga-se a abrir uma empresa, recolher os impostos devidos, inclusive a totalidade de sua contribuição previdenciária, e, renunciar, como empresa que passa a ser, aos benefícios sociais previstos na CLT, como férias, 13º salário, repouso semanal remunerado, fundo de garantia por tempo de serviço, etc. Esta é, sem dúvida, a mais perversa inovação no mundo do trabalho, pois que, ironicamente, transforma o trabalhador em empresário e dele retira o acesso ao exercício de seus direitos trabalhistas. (Dedecca, C.S.: 2009, p. 138)

Feitas as distinções necessárias entre flexibilização, desregulamentação e precarização das relações de trabalho, lembre-se o fato de que as grandes empresas e corporações sempre acabam por impor as condições que lhes são mais favoráveis para a reprodução ampliada de seus capitais, independentemente da regulamentação do mercado de trabalho onde atuam. E apesar de as empresas serem concessões do Estado e da sociedade, Estado e sociedade a elas se curvam temendo o desemprego que podem provocar e tratam de providenciar a regulamentação das novas relações de trabalho que lhes foram impostas e de atender a todas as suas exigências.

AS NOVAS COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS

Crescimento e desenvolvimento econômicos são conseqüências do aumento da produtividade que permite a competitividade e garante a lucratividade para alimentar o processo de reprodução ampliada do capital e, conseqüentemente, alimentar o mercado de trabalho. Mas, na economia informacional, segundo Castells, “a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes [...] (sejam empresas, regiões ou nações) dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimento.” (CASTELLS, 2011, p. 119)

E como garantir o desenvolvimento da capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimento? A geração de informação com base no conhecimento depende exclusividade do desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica nos centros universitários e nos institutos especializados, que demandam vultosos investimentos e profissionais altamente competentes para se chegar à inovação de produtos e de processos, garantia de conquista de mercados, sobretudo em momentos de crise quando só a inovação de produtos aumenta o consumo e a inovação de processos reduz os preços das mercadorias.

Processar e aplicar de forma eficiente a informação com base em conhecimento são resultados naturais e imediatos do aumento da escolaridade da maior parte da população trabalhadora, desde que a qualidade da educação escolarizada seja pautada pelos padrões internacionais de excelência.

São enormes os desafios a enfrentar no Brasil de hoje, apesar das inúmeras tentativas de dar acesso à maior parte das camadas sociais desprivilegiadas à educação de nível superior e de formação tecnológica e das tentativas, ainda frustradas, de melhorar a qualidade da educação em todos os níveis, a começar pelo ensino fundamental, tal como demonstram os mais recentes números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), publicados pelo IBGE em 2016. (v. 24, 2016)

Segundo o IBGE, a quantidade de pessoas analfabetas em 2014 era de 15.5 milhões para uma população residente de 202.768.562 milhões de habitantes. A média de anos de estudos dos jovens da faixa etária de 25 a 29 anos é de 10.5 anos, mas acima da faixa etária dos 29 anos há uma queda significativa, de maneira tal que o grupo de idade acima dos 60 anos não passa dos 4.8 anos de estudo, o que revela que a população brasileira mais idosa tem um nível de escolaridade, em média, menor que a população mais jovem. Somente 16% dos trabalhadores têm ensino superior completo, e muito embora no que diz respeito a escolaridade da faixa

etária de 06 a 14 anos, o País já tenha alcançado a universalização do ensino fundamental, no que diz respeito a faixa etária dos 15 aos 17 anos a escolaridade cai de forma significativa (84.3%), evidenciando dois problemas crônicos da educação brasileira, o primeiro que um número significativo de jovens termina o ensino fundamental, mas não ingressa no ensino básico (médio) e, também, a evasão considerável daqueles que ingressam, mas que efetivamente não terminam esse nível de ensino, fazendo com que o Brasil tenha o menor percentual de jovens, na faixa etária dos 17 aos 24, no ensino superior da América Latina.. Em 2010, somente 2.362.312 milhões de jovens estavam matriculados em cursos técnicos, quando o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI – prevê que o País terá de formar 7.2 milhões de trabalhadores em nível técnico e em áreas de média qualificação para atuar em 177 ocupações industriais até 2015. Do total de estudantes na faixa etária de 18 a 24 anos, 58.5% estavam cursando um curso do ensino superior em 2014 e apenas 1.951.586 (56.7%) dos jovens haviam concluído o ensino médio. 7.1 milhões não estudam e nem trabalham; 1,8 milhão procurava emprego no momento da pesquisa, mas 5.3 milhões (19.5% do total) estavam fora da escola, longe do trabalho e sem buscar emprego. Segundo a Confederação Nacional da Indústria, há um déficit de 150 mil engenheiros e há somente 1.9 médicos por mil habitantes no Brasil.

Embora muito incompletos, esses números são suficientes para revelar a dificuldade de se obter a expertise necessária exigida pela economia informacional ou pela acumulação flexível do capital no médio prazo, apesar de todas as iniciativas governamentais para reverterem o quadro. As empresas, com urgência para formar trabalhadores com as competências necessárias, têm investido em universidades corporativas voltadas para o público interno e para o público em geral, a fim de garantir a formação e treinamento de força de trabalho, como ilustram os cursos oferecidos pela Petrobrás, Votorantim, Valer, Ambev e muitas outras.

A reestruturação produtiva transformou a natureza do trabalho e definiu o novo perfil do trabalhador do século XXI, em todos os níveis da estrutura hierárquica, especialmente os de “chão de fábrica e/ou de escritório”, cujas características são muito diferentes daquelas dos trabalhadores da organização taylorista e fordista do processo de produção.

Hoje, a grande maioria dos autores qualifica os trabalhadores das empresas modernas de produção de bens e de prestação de serviços de “multifuncionais” por sua capacidade de realização de todas as tarefas de uma mesma etapa do processo de trabalho, ou mesmo de

todas as tarefas do processo, tarefas que apresentam, portanto, diferentes graus de dificuldade, razão pela qual podem ser considerados operários e/ou funcionários intercambiáveis.

Isso significa a implementação do modelo da competência que supõe a reformulação do próprio significado de qualificação para o trabalho, agora compreendida em suas múltiplas dimensões, ou seja, em seus “componentes implícitos e não organizados e em seus componentes explícitos e organizados: educação escolar, formação técnica e educação profissional” (Aoki apud Hirata, 1994, p. 128). De certa maneira, retoma também a noção de qualificações tácitas ou sociais, decompondo-a em “qualificação real” (conjunto de competências e habilidades, técnicas profissionais, escolares e sociais) e em “qualificação operatória” (potencialidades empregadas por um operador para enfrentar uma situação de trabalho).

Em outras palavras: o que se quer é transformar habilidades intelectuais e conhecimentos tácitos, isto é, da experiência e vivência do trabalhador, em habilidades operatórias do trabalhador e conhecimentos explícitos para a empresa, a partir da promoção de uma verdadeira democratização do acesso a todo tipo de informação dentro da empresa e do incentivo às discussões, com base no que Ikujiro Nonaka denomina de interação organizacional entre os “conhecimentos explícitos” e “conhecimentos tácitos”, como fonte de inovação. Os conhecimentos explícitos são os sistematizados e transmitidos pela empresa e os conhecimentos tácitos provêm da experiência vivida dos trabalhadores, com seus valores, idéias, emoções, expectativas e não podem ser difundidos a não ser por comunicação pessoal e interação. Incentivar o compartilhamento das informações, do conhecimento e da experiência para transformar conhecimentos tácitos em explícitos, explícitos em tácitos e assim sucessivamente é criar uma fonte de novos conhecimentos, fundamento das inovações, a mais importante vantagem competitiva das empresas no contexto da economia globalizada.

Como a estrutura industrial e de prestação de serviços é constituída na atualidade sobretudo por informação com base no conhecimento e a correta utilização da informação, há consenso entre os autores em dois aspectos. O primeiro refere-se às exigências impostas pela reestruturação produtiva que podem ser assim sintetizadas nas palavras de Vanilda Paiva:

Capacidade de manipular mentalmente modelos, pensamento conceptual com raciocínio abstrato, compreensão do processo de produção, apreciação de tendências, limites e significado dos dados estatísticos, capacidade (e precisão) de comunicação verbal, oral e virtual, responsabilidade, capacidade de preencher múltiplos papéis na produção e de rápida adaptação a novas gerações de ferramentas e maquinarias. (PAIVA, 1995, p. 137)

Assim, aos trabalhadores das empresas modernas impõem-se capacidade de abstração, raciocínio crítico e presteza de intervenção, isto é, capacidade para ler, interpretar e decidir com base em dados formalizados e fornecidos pelas máquinas, além de qualidades motivacionais, de personalidade e caráter, que garantam o bom relacionamento com os colegas das equipes de trabalho, ou nas palavras de Márcia Leite:

[...] esse novo conceito, para o qual a noção de competência vem sendo considerada mais apropriada do que a de qualificação, se sobrepõe às exigências do posto de trabalho, passando a se referir a comportamentos e atitudes. Na verdade, são novos atributos atitudinais o que passa a ser valorizado, em que o destaque é colocado na responsabilidade e na postura cooperativa, seja em relação aos colegas, seja em relação à empresa; no engajamento ou envolvimento com os objetivos gerenciais; na disposição para continuar aprendendo, se adaptar a novas situações, ter iniciativa e solucionar problemas, o que remete mais aos componentes implícitos e não organizados da qualificação, como o conhecimento tácito, social ou informal. (LEITE, 2003, p. 120)

As tecnologias da informação e as novas técnicas gerenciais estão exigindo, portanto, um trabalhador que seja capaz de efetivar conhecimentos, ou seja, capaz de utilizá-los corretamente na solução de problemas do dia a dia do trabalho e no processo de tomada de decisões que hoje devem ser rápidas devido à compressão espaço-tempo provocada pela informatização.

Sem dúvida alguma, somente um ensino de boa qualidade – sobretudo o ensino fundamental e médio – pode garantir a formação deste novo trabalhador, cuja virtude será a de ter aprendido a aprender, adaptando-se rapidamente às novas situações para, de fato, encontrar-se em condições intelectuais, mentais e sociomotivacionais de trabalhar nas novas condições.

O segundo aspecto da questão da definição do novo perfil exigido do trabalhador refere-se à substituição do conceito de qualificação profissional pelo conceito de competência, acima delineado. Muitos autores têm demonstrado a inadequação do conceito de qualificação profissional para caracterizar o perfil dos trabalhadores da economia informacional. Na medida em que as novas tecnologias e as novas técnicas gerenciais, isto é, a nova lógica organizacional do processo de trabalho tende a fazer desaparecer os postos de trabalho individualmente assumidos, enfatizando a noção de processo e não mais a estrutura e função, perde significado o conceito de qualificação profissional elaborado para indicar as qualificações do emprego, do posto de trabalho, ou seja, as dificuldades para a realização das tarefas a ele inerentes e as qualidades ou qualificações requeridas do trabalhador para realizá-las bem.

O conceito de competência, tal como tem sido desenvolvido e utilizado, ao contrário do conceito de qualificação profissional, concentra-se nas qualidades intelectuais, mentais, culturais, sociomotivacionais da pessoa do trabalhador e que lhe permitem a compreensão da totalidade do processo de trabalho, a versatilidade em várias tarefas, a capacidade de tomar decisões rápidas e corretas e a participação em equipes multifuncionais.

Cumprе ressaltar, no entanto, que para Zarifian “não se deve fazer nenhuma distinção conceitual entre competência e qualificação, a não ser para dizer que o modelo da competência específica, hoje, de maneira nova, a construção da qualificação.” (ZARIFIAN, 2003, p. 37)

A nova construção social da qualificação, que põe fim ao modelo do posto de trabalho e faz emergir o modelo da competência, tem como pilares:

- a iniciativa:

O conceito de iniciativa [...] significa a competência, em si mesma, em ação, o engajamento do sujeito não em relação a regras (sejam elas determinadas ou autônomas), mas em relação a um horizonte de efeitos, aqueles que sua iniciativa singular provoca. [...] a competência é a iniciativa sob a condição de autonomia; é determinar um começo em uma área de indeterminação. (ZARIFIAN, 2003, p. 87)

- a autonomia: “ser autônomo não é apenas definir suas próprias regras de ação; é agir por si mesmo, resolver por si mesmo”. (Zarifian, 2003, p. 87);

- o controle sobre os resultados;

- a responsabilidade:

[...] assumir a responsabilidade de uma ação (de uma sequência de ações) não é uma postura que se manifesta a posteriori (mesmo por antecipação). É uma postura prévia à ação. É a preocupação com os outros que dirige minha ação. E posso ter essa preocupação porque tenho poder sobre os outros. [...] exercer um poder significa agir sobre a ação dos outros. [...]. É porque pratico a preocupação com os outros em minhas tomadas de iniciativa que me responsabilizo por elas. Respondo perante o destinatário (cliente, usuário). Respondo do ponto de vista do meu lugar na organização e do meu campo de responsabilidade. (Zarifian, 2003, p. 140-141);

- a compreensão das situações, “compreensão na qual os conhecimentos (no sentido rigoroso do termo) são mobilizados. Não se aplicam conhecimentos. Eles são mobilizados para a compreensão.” (ZARIFIAN, 2003, p. 155);

- capacidade de invenção permanente frente às incertezas.

Assim, o modelo da competência se fundamenta nos atributos pessoais dos trabalhadores “porque o que significa competência senão que o trabalho torna-se novamente expressão direta da competência possuída e utilizada pelo indivíduo que trabalha?” (Zarifian, 2003,

p.77), isto é, expressão da individualidade, do sujeito que se reapropria do trabalho que realiza e que supõe interdependência, “implicando formas de troca comunicacionais de natureza intersubjetiva”. (Zarifian, 2003, p. 79)

Zarifian apresenta três conceituações de competência que se complementam e que devem se tornar as novas diretrizes para a oferta de uma educação profissional competente, de fato voltada para o desenvolvimento das potencialidades humanas. São elas:

Competência é a tomada de iniciativa e responsabilidade do indivíduo em situações profissionais com as quais ele se defronta.

Competência é uma inteligência prática das situações, que se apóia em conhecimentos adquiridos e os transforma à medida que a diversidade das situações aumenta.

Competência é a faculdade de mobilizar redes de atores em volta das mesmas situações, de compartilhar desafios, de assumir áreas de responsabilidade.” (Zarifian, 2003, p. 137)

As dificuldades para corresponder às novas exigências dos mercados de trabalho impõem um enorme sacrifício e sofrimento para milhões de trabalhadores à procura de um emprego ou mesmo preocupados com a manutenção de seus empregos sem que tenham tido a oportunidade de adquirir os requisitos que hoje definem a competência. Para adquiri-los é preciso voltar aos bancos escolares do ensino fundamental, médio ou superior, em cursos noturnos, freqüentar aulas de informática, tentar aprender inglês, etc. ou conformar-se com a condição de excluído do mercado formal de trabalho. E apesar da manutenção de formas tradicionais de organização do processo de trabalho em alguns ramos da economia, as empresas procedem a um processo seletivo rigoroso dos candidatos a um emprego, impondo-lhes sofisticadas competências mesmo quando os postos de trabalho a ocupar não as requerem.

Convém lembrar, no entanto, que o conceito de competência, ao enfatizar o necessário desenvolvimento das potencialidades de inteligência, criatividade, espírito crítico e iniciativa e a aquisição de conhecimentos como condição para a empregabilidade, ressaltou a importância dos investimentos governamentais na educação escolarizada que, como se sabe, não tem apenas valor econômico.

Investir em educação significa muito mais do que “transformar trabalhadores em capitalistas, não pela difusão da propriedade das ações da empresa [...], mas pela aquisição de conhecimentos e de capacidades que possuem valor econômico” (Schultz, 1973, p. 35), tal como afirmava o autor da teoria do capital humano. Investir em educação e aprender a aprender significam, ao mesmo tempo, adquirir as condições para a formação de um capital

intelectual cuja valorização resulta da compreensão da necessidade de realizar o trabalho de transformação da realidade social, de consolidação e efetivação dos ideais democráticos, abrindo o caminho para a emancipação humana.

Por suas características, a modernização tecnológica e organizacional, tal como acima apresentada, propicia a oportunidade de satisfação das necessidades psicológicas de autoestima e autorealização pelo fato de exigir alto grau de escolaridade, no mínimo, ensino médio completo, fundamental para o desenvolvimento das potencialidades humanas, sobretudo se se puder garantir educação escolarizada de excelência; cursos continuados de formação profissional, comumente oferecidos pelas próprias empresas, e que constituem o instrumento principal para a atualização de conhecimentos e para a manutenção da empregabilidade conforme as exigências de um grande número de empresas dos mais diferentes setores da atividade econômica; por exigir conhecimento da totalidade do processo de trabalho e, portanto, compreensão do significado do próprio trabalho; por reduzir os níveis hierárquicos e devolver ao trabalhador autonomia operacional, fonte de autoestima e autorealização por significar reconhecimento da capacidade para enfrentar desafios; por fazer ressurgir as equipes de trabalho que permitem maior interação com os colegas e, ao mesmo tempo, maior responsabilidade e, portanto, maior envolvimento com o trabalho; pela existência de um quadro de carreira que possibilita promoções e ascensão profissional; por incentivar o compartilhamento da informação e do conhecimento e a participação no processo de tomada de decisões, além, é claro de remunerar muito melhor todos os trabalhadores.

Apesar de os trabalhadores terem consciência de que a modernização tecnológica e organizacional é, em grande parte, responsável pela redução de postos de trabalho e, como consequência, pela redução considerável do poder de barganha de seus sindicatos, a ela reagem favoravelmente porque sabem que a tentativa de preservação de emprego em empresas tecnológica e organizacionalmente atrasadas é uma receita eficaz para o aumento do desemprego, tal como a tentativa de proteger a economia nacional fechando-a para o mercado internacional.

Sabem também que o capital caminha pelo mundo à procura de condições favoráveis, as mais favoráveis, para a obtenção e realização de lucros. Intransigências dos trabalhadores, que impeçam as empresas de obterem lucros dentro dos patamares por elas fixados como satisfatórios, implicam o perigo do desinvestimento que, como já ensinava Buraway na década de 1980, é hoje uma nova forma de controle da força de trabalho, isto é, um novo tipo

de despotismo hegemônico. “O novo despotismo é a tirania racional da mobilidade do capital sobre o trabalhador coletivo.” (BURAWAY, 1985, p. 150)

No interior das empresas, os trabalhadores perceberam que os limites de seu poder foram muito ampliados. Basta atentar para o fato das conseqüências econômicas e financeiras do acirramento da competição para se verificar que as empresas são muito mais dependentes do que nunca foram da estreita colaboração de seus trabalhadores. Com tecnologia sofisticada que representa, na grande maioria dos casos, a imobilização de vultosos capitais; com enormes dificuldades para ganhar e fidelizar mercados; obrigando-se a oferecer produtos de qualidade, a preços baixos e inovadores, as empresas dependem sempre mais de trabalhadores confiáveis por serem muito sensíveis e vulneráveis, em termos econômicos e tecnológicos a greves, paralisações, sabotagens, etc., isto é, aos mecanismos de defesa dos trabalhadores elaborados nas etapas anteriores ao desenvolvimento das tecnologias de informação e ao desenvolvimento da globalização da economia.

A confiabilidade deve ser tratada como um dos pilares de sustentação do funcionamento normal, dentro dos padrões de excelência, das empresas modernizadas. E para manter confiáveis em seu interior, evitando-se o absenteísmo, o turnover, a negligência, a irresponsabilidade consciente ou inconsciente – formas de resistência desorganizada, ou mesmo organizada, dos trabalhadores às condições de trabalho, com enormes prejuízos para a produtividade e qualidade do produto -, as empresas se vêem obrigadas a fazer concessões se quiserem obter a necessária colaboração. E passam a oferecer altos salários, formação profissional, promoções no quadro de carreira, benefícios sociais que correspondem a verdadeiros salários, como bolsa educação, fundo de pensão, clube desportivo, colônia de férias, participação nos lucros efetivos, programas de qualidade de vida no trabalho, maior autonomia operacional, além de se anteciparem às reivindicações de seus trabalhadores.

Dessas considerações, infere-se que o trabalhador das empresas tecnológica e organizacionalmente modernizadas podem encontrar motivação e satisfação nas novas condições humanizadoras de trabalho, embora sofram com seus efeitos perversos, tal como assinala Sennett.

O primeiro deles é o que aquele autor denomina “a reinvenção descontínua de instituições”, ou reengenharia, que resulta do rígido controle dos procedimentos operacionais para a eliminação de unidades produtivas repetitivas ou ineficientes, cuja conseqüência é,

inevitavelmente, a redução dos postos de trabalho que fere o moral e motivação dos trabalhadores remanescentes, sempre ameaçados de desemprego.

O segundo refere-se ao desenvolvimento do sentimento de insegurança dos trabalhadores naqueles países onde inexistente uma verdadeira rede de proteção do Estado que garanta a distribuição de benefícios em pensões, educação e saúde como fruto das obrigações sociais das empresas de pagar encargos para sustentá-los. A modernização tecnológica e organizacional requer mudanças na estrutura interna das empresas para se adequarem às mutantes demandas dos mercados e, senão houver mecanismos institucionais – sindicatos fortes e regulamentação das relações de trabalho – os trabalhadores serão duramente atingidos, seja com o aumento dos índices de desemprego, seja com o rebaixamento dos salários.

O terceiro é o que Sennett denomina concentração do poder sem centralização do poder que se expressa na fragmentação do processo de trabalho com a formação de redes empresariais sob o comando estrito concentrado na grande corporação. A grande corporação decide não só o que, como, quando, quanto e onde produzir, mas também fixa metas de produção de difícil cumprimento, cuja conseqüência é a intensificação do trabalho nas empresas dependentes ou a sua substituição na rede.

Enfim, a modernização das empresas impõe um preço muito alto a pagar pelos trabalhadores: redução dos postos de trabalho; novas e precárias relações de trabalho; aumento do mercado informal de trabalho; exigência de novas competências profissionais adquiridas nos bancos escolares para a garantia da empregabilidade; redução do poder de barganha dos sindicatos, forte sentimento de insegurança e de impotência frente ao processo inexorável de transformações tecnológicas que reduzem as possibilidades no mercado de trabalho.

O MOVIMENTO SINDICAL

No entanto, para os trabalhadores remanescentes das empresas tecnológica e organizacionalmente modernas as novas condições de trabalho e de salário são altamente favoráveis, razão pela qual são muitos os autores que compartilham das análises sobre a queda do número de trabalhadores sindicalizados, sobre o comportamento negocial de seus sindicatos e sobre as dificuldades enfrentadas para a manutenção de seu papel tradicional de representação e de defesa expressa dos interesses desses trabalhadores, dada a tendência à

individualização dos salários, benefícios, promoções, com a adoção de novas formas de contrato de trabalho. Dentre os autores que tratam da questão, citem-se Manuel Castells (2012), Leôncio Martins Rodrigues (2002), Iram Jácome Rodrigues (1999) e muitos outros. Algumas citações, apesar de longas, devem ser aqui apresentadas:

Entre os fatores de debilitamento da solidariedade dos trabalhadores estão a dispersão da produção (às vezes por países diferentes e distantes), a redução da dimensão das unidades de fabricação e o aumento da produção em pequenas empresas; a maior mobilidade do capital internacional; a tendência em direção a acordos por empresas e locais de fabricação; a flexibilização da produção, das normas e regulamentos que regiam tarefas, hierarquias e carreiras dos empregados, a maior heterogeneidade da força de trabalho em virtude do aparecimento de novas profissões, da maior presença da mulher e dos imigrantes no conjunto da mão-de-obra. O resultado desses novos desenvolvimentos não é apenas o fim (ou o começo do fim) do velho modelo taylorista-fordista, mas também, como dificilmente poderia deixar de ser, da velha classe operária sobre a qual se apoiara o sindicalismo como fenômeno de massa. (RODRIGUES, L. Martins, 1999, p. 177)

São afirmações que se repetem em numerosos outros textos, como no volume I do livro de Manuel Castells “ A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura onde se lê: “Os sindicatos de trabalhadores, principal obstáculo à estratégia unilateral de reestruturação, foram enfraquecidos por sua incapacidade de representar os novos tipos de trabalhadores (mulheres, jovens, imigrantes), de atuar em novos locais de trabalho (escritórios do setor privado, indústria de alta tecnologia) e de funcionar nas novas formas de organização (a empresa em rede em escala global). (CASTELLS, p.350)

No artigo de Iram Jácome Rodrigues “Sindicalismo, emprego e relações de trabalho na indústria automobilística”, como também em “Para Além do ‘Novo Sindicalismo’: A Crise do ‘Assalariamento’ e as Experiências com Trabalho ‘Associado’ de autoria de Jacob Carlos Lima e Neyara Araújo encontramos análises semelhantes:

[...] devemos reconhecer que as intensas transformações no mundo do trabalho, inclusive no que concerne aos aspectos da legislação, necessariamente terão que trazer alterações na identidade do movimento sindical. Rodrigues (1997) levanta a suposição de que a atuação dos sindicatos deverá estar mais voltada para a **negociação** e para o fortalecimento da atividade sindical no **interior das empresas**, em face das mudanças na gestão do trabalho que provocam significativas dispersão, e até mesmo fragmentação, entre os trabalhadores, resultando em um dilema crucial para o sindicalismo.” (LIMA; ARAÚJO, 1999, p.234)

O reconhecimento de que os trabalhadores das empresas tecnológica e organizacionalmente modernas tendem a negociar suas condições de trabalho e de salário seja individualmente ou seja empresa por empresa se expressa nas pesquisas que fundamentaram todas as obras citadas na bibliografia deste artigo e que são também o seu fundamento teórico, ou seja, o fundamento das análises dos dados aqui reportados. Artigos ainda mais recentes têm se dedicado a analisar essa nova orientação política dos sindicatos: a negociação direta e

permanente empresa por empresa ou mesmo individualmente. Citem-se os artigos “Para Onde Foram os Sindicatos? Do Sindicalismo de Confronto ao Sindicalismo Negocial, de autoria de Ricardo Antunes e Jair Batista da Silva, e o artigo “Trabalho e Sindicalismo no Brasil. Para Onde Foram os Sindicatos? De Iram Jácome Rodrigues, ambos publicados nos Cadernos CRH, v. 28, n. 75, (2015). Afirmam Ricardo Antunes e Jair Batista da Silva no artigo supra citado:

Para onde foram os sindicatos? Esse é o tema proposto para este dossiê. Nossa resposta à hipótese apresentada no início deste artigo é que as últimas décadas parecem empurrar o novo sindicalismo em direção a uma esdrúxula combinação, síntese de, ao menos, três movimentos: a velha prática peleguista, a forte herança estatista e a forte influência do ideário neoliberal (ou social-liberal), impulsionada, ainda, pelo culto da negociação e defesa do cidadão. Vale dizer que cada um destes elementos pode ter prevalência em diferentes conjunturas. (ANTUNES; 2015)

Evita-se a greve: os prejuízos por ela provocados são quase sempre mais elevados do que o montante a ser desembolsado pelo conjunto das reivindicações apresentadas. Daí a tendência para o desenvolvimento das negociações diretas entre as partes e o esforço para se chegar rapidamente a um acordo, como também a tendência, por parte dos trabalhadores, à aceitação da flexibilização das relações de trabalho, como recentemente a aceitação do *lay off* na indústria automobilística em crise, e a adesão ao Programa de Proteção ao Emprego e a aceitação de revisão de acordos coletivos porque acordos coletivos assinados em conjunturas econômicas favoráveis podem significar a inviabilidade de muitas empresas, de novos investimentos, de novos empregos e milhares de demissões em outras conjunturas. Mas a greve continua a ser o mais poderoso instrumento de pressão dos trabalhadores na defesa de seus interesses, sobretudo sempre que for necessário para evitar demissões.

Aos trabalhadores que permanecem empregados interessam as transformações em curso tanto na estrutura organizacional e estilo gerencial, como também nas formas de remuneração que incluem participação nos lucros, apesar dos enormes sacrifícios a que devem se submeter para a manutenção de sua empregabilidade: atualização permanente de conhecimentos, enorme responsabilidade e dedicação exclusiva aos interesses da empresa.

Mas, em compensação, a reestruturação produtiva tende a revolucionar a estrutura de poder no seio das unidades empresariais:

1º) ao estabelecer uma política de comunicações abertas de compartilhamento de informações e conhecimentos que possibilita ao trabalhador a compreensão da totalidade do processo produtivo e de prestação de serviços;

2º) ao transformar a estrutura de autoridade hierárquica, suprimindo muitos cargos de chefia intermediária, fonte de conflitos internos;

3º) ao devolver ao trabalhador a responsabilidade pelo processo de trabalho, com a formação de equipes multifuncionais com forte consciência profissional e autonomia para tomar decisões em situações não previstas, o que aumenta o seu envolvimento pessoal, psicológico, proporcionando-lhe condições para o desenvolvimento do sentimento de autoestima, quase próximo ao daquele da autorealização. Os efeitos psicológicos destes sentimentos, afirmam os psicólogos das teorias da motivação para o trabalho (Herzberg, Argyris, Vroom), são a satisfação pessoal com repercussões positivas nos níveis de produtividade do trabalho;

4º) ao desenvolver a compreensão da forte dependência mútua entre empresas e trabalhadores, até então forte dependência unilateral, isto é, dos trabalhadores em relação à empresa.

Além disso, como as empresas modernizadas e com administração eficiente tendem a ser muito bem sucedidas, seus lucros tendem também a ser altíssimos, possibilitando não só aumentos salariais frequentes, como sobretudo o pagamento de salários extras, a título de participação nos lucros, dispensando os trabalhadores do desgaste físico e emocional provocado por movimentos grevistas de natureza reivindicatória.

Assim, as transformações do mundo do trabalho não significaram perda de vitalidade ou dinamismo da vida sindical. Significaram apenas e tão somente mudança de estratégia em condições históricas diferentes daquelas que prevaleceram por muitas décadas do século passado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhadores jamais assistem passivamente ao seu próprio massacre. Sempre reagiram, reagem e reagirão inteligentemente às condições de trabalho e de vida que lhes são perversas e elaboram renovadas estratégias de defesa de seus interesses, seja no interior das próprias empresas, seja nos movimentos sindicais, seja nos movimentos sociais que reivindicam a transformação da situação vigente a partir de decisões governamentais de grande alcance. Sempre compreenderam que suas condições de vida e de trabalho são frutos dos condicionantes tecnocientíficos, econômicos, políticos, sociais, culturais - nacionais e internacionais - isto é, frutos do processo histórico nacional e internacional, razão pela qual suas reivindicações devem extrapolar o mundo da fábrica e dos escritórios, dadas as relações

recíprocas que os determinam. Por isso, a nova orientação política do movimento sindical no Brasil, e mesmo no mundo industrializado, não pode ser compreendida apenas como crise da vida sindical, mas como momento de transição para uma nova configuração da luta dos trabalhadores em defesa de seus interesses.

De qualquer maneira, no entanto, enfatize-se aqui o fato iniludível de que as grandes empresas e corporações determinam, em grande parte, não só a configuração dos mercados de trabalho, mas também as condições de vida das populações de todos os países, além de determinarem a configuração das cidades. Tomemos o exemplo da cidade de São Paulo: o processo de terceirização do trabalho dispersou a produção industrial por todo o território nacional para reduzir os custos da produção, dado que o crescimento econômico do município e de seu entorno veio acompanhado da elevação dos salários, da forte consciência sindical, do aumento dos preços dos terrenos e dos impostos territoriais, dos problemas de congestionamento do trânsito, etc. e transformou São Paulo numa cidade de prestação de serviços, onde as chaminés foram substituídas por espigões e os macacões dos operários das fábricas por paletós e gravatas. As indústrias desapareceram de São Paulo que é hoje centro financeiro, universitário, de saúde, cultural, de turismo de negócios, menos cidade industrial como foi por quase sete décadas do século passado.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo e DA SILVA, João Batista. Para Onde Foram os Sindicatos? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. **Caderno CRH**, v. 28, n. 75, p.511/526, set/dez. 2015.

BOYER, R. **La Flexibilité en Europe**. Paris: La Découverte, 1986

BURAWAY, M. **The politics of production: factory regimes under capitalism and socialism**. Verso, Thetford Press, England: 1985

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 201. (A Sociedade em Rede. v. 1)

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Flexibilidade e regulação de um mercado de trabalho precário: a experiência brasileira. In: GUIMARÃES, Nadya Araújo; et al. **Trabalho Flexível, Empregos Precários?**. São Paulo: EdUSP, 2009.

FREYSSINET, Jacques. As trajetórias nacionais rumo à flexibilidade da relação salarial: a experiência europeia. In: GUIMARÃES, Nadya; et al. **Trabalho Flexível, Empregos Precários?**. São Paulo: EdUSP, 2009.



HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992

HIRATA, Helena. Da Polarização das Qualificações ao Modelo da Competência. In: FFERRETTI, Celso et al. (org.) **Novas tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1992. P. 124-138

IBGE. **Brasil em números**. Rio de Janeiro: IBGE, v.24, 2016. ISSN: 1808-1983

LAVINAS, L. et al. Trabalho a domicílio: novas formas de contratualidade. Rio de Janeiro: **IPEA**, n. 717, abr. 2000,

LEITE, Márcia; POSTHUMA, Anne C. **Reestruturação produtiva e qualificação**: reflexões iniciais. Campinas: Papyrus, 1995

Lima, Jacob Carlos e ARAÚJO, Neyara. Para Além do 'Novo Sindicalismo': A crise do 'assalariamento' e as experiências com 'trabalho associado'. In: RODRIGUES, Iram Jácome (org.). **O novo sindicalismo- vinte anos depois**. Petrópolis: Editora Vozes, EDUC; UNITRABALHO, 1999. P. 229-248.

NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka. **The knowledge-creating company**: how japanese companies create the dynamics of innovation. New York: Oxford Univesity Press, 1995

PAIVA, Vanilda. Inovações tecnológicas e qualificação. **Revista Educação e Sociedade**, v. 16, n. 50, p. 70-92, abr. 1995.

RODRIGUES, Iram Jácome. Sindicalismo, emprego e relações de trabalho na indústria automobilística. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999,

_____. Trabalhadores e sindicalismo no Brasil: para onde foram os sindicatos?. **Caderno CRH**, v. 28, n.75, set/dez. 2015, pp.479/490

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Destino do sindicalismo**. São Paulo: EdUSP: FAPESP, 1999

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: consequências do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999

SCHULTZ, Theodore W. **O capital humano**: investimento em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973

ZARIFIAN, Philippe. **O modelo da competência**: trajetória histórica, desafios atuais e propostas. São Paulo: Editora SENAC, 2003

THE NEW CONFIGURATIONS OF THE WORK AND ITS SOCIAL REPERCUSSIONS

Abstract: *This article aims: 1) present the traits defining the new configurations of the work that resulted from the introduction of microelectronics technologies- information technologies – combined the new techniques of production process management and of provision of services - toyotism - that have revolutionized the worlds of work to transform radically the nature of the work; 2) the effects of these transformations on labour markets, labour relations, the professional skills required, trade union movement and, consequently, on the lives of all workers. Beginning in the last decades of the last century, the restructuring of the work process, whose substrate material is information technology, imposed permanently as one of the determining factors of productivity, competitiveness and profitability of enterprises, or is, as a sine qua non of your survival and your success, becoming, as a result, one of the determining factors of the growth rates and economic and social development of all regions and countries of the world, now subject to the dictates of globalization of economy. The considerations developed here result from analysis of a large number of studies of the Social Sciences, especially in the area of Sociology of Work, and the researches conducted and directed by the author over the last twenty years. They are studies and researches whose fundamental characteristic is the consensus among the authors about the specifics and social repercussions of new configurations of the worlds of work, reason enough to assign them scientific expression.*

Keywords: *new configurations of the work; restructuring of the work process; restructuring of labour markets; new labour relations; new professional skills; trade union movement*

INTENSIDADE, FLEXIBILIDADE, RESISTÊNCIA E AS TRANSFORMAÇÕES NOS SENTIDOS DO TRABALHO

Suellen Mara de Lima Couto – suellen.mara@gmail.com

Mestranda em Sociologia pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (UFG)

CEP 74.650-350 – Goiânia – GO – Brasil

Tania Ludmila Dias Tosta – tantosta@hotmail.com

Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) e docente no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás (UFG)

CEP 74.690-265 – Goiânia – GO – Brasil

***Resumo:** Com o intuito de verificar as consequências da intensidade e flexibilização do trabalho nos tempos de trabalho e não trabalho dos trabalhadores/as é que se buscou elaborar uma breve análise dos modos de produção fordista/taylorista e toyotista, até chegar à Reforma Trabalhista, aprovada em julho de 2017. Foi possível inferir que as transformações no mundo do trabalho, ainda que apoiadas nas inovações tecnológicas, utilizam de mecanismos de intensificação da força de trabalho, tornando a jornada mais densa para elevar a produtividade. Nesse sentido, ao reunir os modos de produção arcaicos, tecnológicos e informacionais, consegue se apropriar de todas as capacidades dos trabalhadores/as, trazendo como consequências danos físicos, psicológicos, à sua identidade, entre outros, devido às condições precárias de trabalho.*

***Palavras-chave:** tempos de trabalho; flexibilidade; teleatendimento*

1. INTRODUÇÃO

Com o intuito de verificar as consequências da intensidade e flexibilização do trabalho nos tempos de trabalho e não trabalho dos trabalhadores/as, é que se buscou elaborar uma breve análise dos modos de produção fordista/taylorista e toyotista, até chegar à Reforma Trabalhista, aprovada em julho de 2017. Para melhor construção do campo de análise, utilizou-se o trabalho realizado nas empresas de teleatendimento, que é exemplo de uma

forma híbrida de trabalho, mesclando os modos de produção e dando origem aos novos operários da Era Informacional, denominados infoproletários, por Antunes e Braga (2009).

A estrutura deste trabalho está subdividida em três tópicos, a saber: 1 - Para além do uso do tempo: a intensidade e a flexibilização do trabalho e a apropriação dos sentidos dos trabalhadores/as no qual tenta-se analisar como as transformações do trabalho têm não só borrado as fronteiras dos tempos de trabalho e de não trabalho, como têm conseguido expropriar seu sentido, ao passo em que se apropria das emoções, energias e percepções dos trabalhadores/as; 2 - O trabalho nas empresas de teleatendimento: a transformação do eu em robô; nesse tópico, utiliza-se o trabalho das empresas de teleatendimento como exemplo da utilização dos tempos de trabalho para aumento da produção, através da intensificação e flexibilização do trabalho e, por fim, 3 - As consequências da flexibilização: quando as máquinas enferrujam, no qual tem-se como foco a Reforma Trabalhista no que se refere ao processo de flexibilização do trabalho e procura-se apresentar algumas consequências que a intensificação do trabalho pode trazer aos trabalhadores/as.

2. PARA ALÉM DO USO DO TEMPO: A INTENSIDADE E A FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO E A APROPRIAÇÃO DOS SENTIDOS DOS TRABALHADORES (AS)

*“I get up at seven, yeah
And I go to work at nine
I got no time for livin’
Yes, I’m workin’ all the time”*
(Trecho da música *Working Man*, banda *Rush*)

O mundo do trabalho tem passado por diversas modificações ao longo do tempo, sendo que horários flexíveis foram e são parte integrante dessa história. Com a racionalização do trabalho, na qual o controle passa dos trabalhadores/as para os donos dos meios de produção, sendo instauradas jornadas com horas rigorosas que, devido ao capitalismo, alcançaram seu auge com a Revolução Industrial, a flexibilidade era entendida como qualquer horário de trabalho que não correspondesse ao estabelecido. Nesse sentido, horários flexíveis de trabalho eram tanto aqueles que se estendiam até o período noturno, por exemplo, ou os que eram feitos por trabalhadores/as “rebeldes” (p. 21), que não obedeciam ao padrão (DAL ROSSO, 2017).

Concomitantemente com as transformações do mundo do trabalho tem-se também o aumento da intensidade, entendida nesse texto enquanto consumo não apenas das capacidades das pessoas, como conhecimento, habilidades, energia física, etc., como também da capacidade afetiva, criativa e de suas experiências (DAL ROSSO, 2008). Desta forma, todas as competências que são adquiridas pelas pessoas ao longo de suas vidas e todos os seus conhecimentos obtidos seja na família, na escola ou nas empresas, são apropriados pelo trabalho (NEVES, 2013).

Há, deste modo, uma modificação no sentido de flexibilidade, que além de continuar para alguns casos enquanto a realização do trabalho no horário não convencional, passa a incorporar também a intensidade que, conforme Dal Rosso (2008, p. 21), “constitui uma forma fundamental de crescimento” para a economia, produzindo mais no mesmo tempo de trabalho. A intensidade cria, desta forma, mais trabalho, seja com o incremento de mais máquinas/tecnologias, seja com a atribuição de mais atividades aos trabalhadores/as sendo que, no primeiro caso, há que se considerar que quanto mais tecnologias, maior apropriação do conhecimento das pessoas. Todavia, continuando com o pensamento do autor, ao contrário do horário de trabalho que é estabelecido na compra e venda de força de trabalho, a intensidade não é negociada, cabendo “ao comprador poder sobre como será utilizada essa mercadoria”, (p. 24).

A intensidade vem, portanto, com o intuito de reduzir a “porosidade” do trabalho, dos intervalos, dos momentos de não trabalho. É também uma consequência, conforme Cardoso (2013), da flexibilização, que ao distribuir o tempo de trabalho, também condiciona a intensidade necessária para alcançar a produção desejada. São, nesse sentido, categorias inseparáveis que, devido ao capitalismo, buscam reduzir custos, utilizando menos força de trabalho, porém, mais dispêndio das capacidades das pessoas para a produção da mais-valia.

Para se entender os impactos da flexibilização e intensidade na vida dos trabalhadores/as, será apresentado brevemente como essas dimensões do trabalho se apresentaram nos modos de produção fordista, taylorista e toyotista. Para Dal Rosso (2008, p.57), o modo de administrar o trabalho cientificamente é um modelo de como aumentar a intensidade do trabalho sem incremento de máquinas. O controle da cadência dos movimentos, aumentando a “eficiência” dos trabalhadores/as era realizado com a intensificação, elevando a carga de trabalho sem aumentar a jornada.

O fordismo/taylorismo, que durante aproximadamente cinquenta anos alcançou o mundo todo aumentando a produtividade, transformando a organização do trabalho, alterou “profundamente o saber operário”, diminuindo “o poder de decisão do trabalhador sobre o trabalho” e os tempos de não trabalho (p. 62). Todavia, embora as pessoas fossem vistas apenas como corpos dinâmicos e capazes de executar as funções nas velocidades solicitadas, não utilizando de outras capacidades como as emocionais e de gerenciamento, há que se considerar que, em momento algum, estas ficam do lado de fora dos portões das empresas.

As emoções são socialmente construídas e, mesmo no ambiente de trabalho, são interiorizadas e expressadas através de “palidez, enrubescimento, aceleração de pulso, palpitações, tremores, tiques nervosos, etc.” (SOARES, 2016, p. 43). Assim, as pessoas iam sendo reificadas pelo trabalho, reproduzindo gestos, tentando manter a velocidade, fragmentando seu eu como a produção era também, dividida.

Com o Toyotismo, que foi implantado na década de 1950 devido à crise de produção em massa, tem-se a produção flexível, que de acordo com Holzmann (2006), visava diminuir o desperdício e, uma das características, além da produção atendendo a demanda de mercado, é a redução da quantidade de força de trabalho, haja vista que os próprios trabalhadores/as precisam gerenciar seu trabalho e o da equipe, pois outra particularidade desse modo de produção é justamente o trabalho em células.

O modo de produção mais flexibilizado apropriou-se completamente do corpo, emoção e ideias das pessoas, de modo que era necessário por parte dessas, a expressão de sorrisos e gestos corporais que nem sempre eram sentidos, com o intuito de manter a aparência de gratidão ou motivação no trabalho. Ao contrário de tentar separar corpo e emoções, ou razão e sentimentos, esse modo de produção procurou regulá-los, a ponto de enraizar nas pessoas um sentido para o trabalho, criado pela própria empresa. Impõe-se formas de sentir e de se expressar, que exigem do/a próprio/a trabalhador/a uma gestão emocional, para então, conseguir realizar o trabalho. Essa gestão é denominada de trabalho emocional que, segundo Bonelli (2003), é conceituado por Hochschild como uma capacidade de supressão e expressão de sentimentos, cujo controle é resultado de uma exigência para um determinado tipo de trabalho.

Essa gestão é, conforme Soares (2016, p.42), invisibilizada, pois é necessário manter a “ilusão de uma cientificidade ou de uma objetividade” que, de acordo com Chauí (2014, p. 179 e 180), é parte da “alucinação universal” indispensável para “condição e resultado do

progresso”. As exigências da empresa atuam por meio de pressões subjetivas, intensificando o trabalho e, nesse sentido, verifica-se o crescimento da invasão do tempo de trabalho nos tempos de não trabalho, devido às atividades que são levadas para casa, possibilitado pela tecnologia, como computador e internet, e a utilização das pessoas através de celulares (ligações e mensagens) no momento em que não estão na empresa, (CARDOSO, 2013) – “*I got no time for livin’*”. Esses tempos de trabalho não são, conforme a autora, considerados como tempo de trabalho pela empresa e trabalhadores/as, já que as pessoas não estão “à disposição do empregador” (p. 354), e por isso não são pagos.

O que se verifica, no entanto, é que as pessoas estão, na realidade, cada vez mais controladas pelo trabalho. Com a flexibilização que, para além do aumento de tarefas, torna o tempo de trabalho mais flexível, as pessoas não conseguem mais ter domínio sobre o seu tempo de não trabalho, desorganizando seu tempo fora da empresa, que está sempre condicionado ao trabalho: “*Yes, I'm workin' all the time*”.

3. O TRABALHO NAS EMPRESAS DE TELEATENDIMENTO: A TRANSFORMAÇÃO DO EU EM ROBÔ

*“It seems to me
I could live my life
A lot better than I think I am”*
(Trecho da música *Working Man*, banda *Rush*)

Dentre os tipos de trabalho que surgiram devido ao advento da globalização e das consequentes modificações no mundo do trabalho e das comunicações, têm-se os serviços relacionados à informática que têm como principal produto o conhecimento do/a trabalhador/a: seu capital humano. Nesse sentido, as pessoas são medidas pelo que podem produzir, gerar, incrementar. Ao se tratar de trabalhos ligados à informática e comunicação, o conhecimento é o principal agregador de valor, sendo necessário, inclusive, para admissão no emprego. Nesse cenário de transformações estruturais, Antunes e Braga (2009) chamam a atenção para o surgimento do *infoproletariado*, que vivencia forma híbrida, a saber, o modo fordista/taylorista e o toyotista.

De acordo com Braga (2009), o operador/a de teleatendimento é parte de um processo que objetiva apagar as fronteiras entre trabalho qualificado e não-qualificado e, portanto, da hierarquização. Esse trabalho de teleoperador/a é caracterizado pela repetição da

comunicação, sendo que suas falas são padronizadas pela empresa, há uma meta de tempo a ser cumprida na ligação e são constantemente controlados/as para que sigam as regras corretamente, além de ter intensa interação informacional. Há a prisão da “força espiritual de trabalho” e dos “conhecimentos práticos” (p.72), uma coisificação das/dos trabalhadoras/es, das falas e dos sentidos.

Conforme Dal Rosso (2008), a Revolução Informacional, que intensifica o trabalho imaterial, exige mais das capacidades dos trabalhadores/as que anteriormente. As empresas que possuem atividades que circulam grande capital, como as de telecomunicações, por exemplo, intensificam cada vez mais o trabalho realizado pelos trabalhadores/as para a extração da mais-valia. Nesse sentido, através do discurso corporativo, busca-se um maior envolvimento das pessoas para com as empresas que, segundo Cardoso (2013, p.365), potencializam o estresse e o adoecimento.

A pressão no trabalho é exercida, conforme a pesquisa de Braga (2009), por toda a estrutura empresarial humana que possui cargos acima dos teleoperadores/as, reforçando a ideia de que “eles se encontram envolvidos em uma competição econômica terrível” (p. 79), o que causa insegurança e provoca a necessidade de dedicação intensiva das pessoas. Essa individualização do trabalho, alimentada também pelas bonificações referente à superação de metas, contagem de pontos, etc., interfere diretamente na “identidade coletiva de trabalho” (p.85), no “sentimento de pertencimento a um grupo”.

O toyotismo, na apropriação de todas as capacidades dos trabalhadores/as, tomou para si também o trabalho reprodutivo, naturalizando as competências das mulheres como se estas características fossem próprias ao gênero (delicadeza, paciência, controle emocional, por exemplo), invisibilizando-as e, conseqüentemente, não pagando pelo trabalho a mais exercido, ao mesmo tempo em que exige esses atributos para a realização das tarefas. De acordo com Rich (2010, p. 27), “no capitalismo, as mulheres são segregadas horizontalmente por gênero e ocupam uma posição estrutural inferior no ambiente de trabalho”, sendo educadas a adotar comportamentos e sentimentos supostamente pertencentes ao sexo.

Essa desqualificação do trabalho feminino é resultado, conforme Nogueira (2009), do modo precário de como as mulheres foram inseridas no mundo do trabalho, resultante da hierarquização de gênero, executando serviços como o reprodutivo: repetitivo, intensivo e desgastante, de baixa remuneração. Assim, seja com a flexibilização e/ou intensidade, o tempo de trabalho usurpa e/ou redesenha os tempos de não trabalho, construindo, desta forma,

trabalhadores/as que, assim como no binômio fordismo/taylorismo, precisam acompanhar a velocidade da máquina (computadores), aumentar a cadência da produção (sendo ágeis nas ligações), e aliado ao toyotismo, utilizam também seu conhecimento informacional, habilidades de comunicação, supressão de emoções e controle fisiológico.

Com tantas possibilidades de se melhorar os modos de trabalho, esperava-se que a realidade atual do trabalho fosse outra: *“It seems to me, I could live my life, A lot better than I think I am”*. Porém, o que se observa é o desmonte dos direitos e a apropriação de todas as capacidades dos trabalhadores/as, transformados/as em máquinas com inteligências nada artificiais, que são descartados/substituídos cada vez mais rapidamente. Ao fim e ao cabo, não são eles/as que precisam perdurar, pois embora sejam a própria fonte da riqueza, sendo vistos como fontes inesgotáveis de mais-valia, é o capitalismo que precisa se alimentar para permanecer.

4. AS CONSEQUÊNCIAS DA FLEXIBILIZAÇÃO: QUANDO AS MÁQUINAS ENFERRUJAM

*“Well they call me the working man
I guess that's what I am”*
(Trecho da música *Working Man*, banda *Rush*)

Segundo Dal Rosso (2008), a intensificação do trabalho ocasiona consequências nos corpos dos trabalhadores/as, que precisam lidar com os efeitos físicos e sociais desse processo. Devido à competitividade e o medo de perder o emprego, Cardoso (2013) diz que trabalhadores/as escondem problemas de saúde, além de, devido à intensidade, trabalharem em condições precárias, não somente no que se refere ao ambiente, mas em relação aos modos em que se realiza o trabalho.

No que se refere à apropriação dos sentidos, conforme Soares (2016, p.43) “as emoções são corporalizadas (embodied), implicando assim em uma mudança corporal”, sendo “uma manifestação interna que gera uma manifestação exterior”, gerando violência psicológica, que é resultante da falta de agência do sujeito, exprimindo e reprimindo emoções, ocasionando, de acordo com Nogueira (2009), ansiedade e depressão. Essa violação também se torna física, a partir do momento em que ocasiona problemas como enxaqueca, gastrite, nódulos vocais, lesões por esforço repetitivo, e viola a própria dignidade e identidade social. Além disso, o

controle dos corpos também é realizado nas pausas de descanso, o que precariza ainda mais a forma de trabalho.

Assim como as mercadorias têm seu tempo de vida útil diminuído no capitalismo, para que este se mantenha e alcance sua acumulação através da venda de bens materiais e imateriais, de forma a alavancar a produção e o consumo, o trabalho é também precarizado e utilizado como uma força que desgasta as pessoas, (Mészáros, 2002). Desta forma conseguem com a intensificação, conforme Dal Rosso (2008, p. 49), desgastar “energias vitais” para conseguir maior produtividade.

Apesar das consequências negativas da flexibilidade e intensidade do trabalho, assiste-se atualmente ao desmonte de direitos trabalhistas. A aprovação do Projeto de Lei PLC 38/2017 no dia 11 de julho de 2017, que promove a Reforma Trabalhista como solução para problemas econômicos, nada é mais, conforme CESIT (2017, p. 6), do que “uma forma de desestruturar a vida social e de promover condições que favorecem somente um ator na sociedade: os empregadores”. Nesse sentido, eleva-se a insegurança e a precarização dos trabalhadores/as, afetando não somente as condições de trabalho como também a seguridade, devido aos problemas que surgirão pela dificuldade de comprovação de tempo de trabalho.

O discurso da Reforma Trabalhista que é evidenciado é de que com a flexibilização, as pessoas terão mais tempo disponível do que possuem os que trabalham horas rígidas de 8 horas por dia. Todavia, conforme Dal Rosso (2008, p. 48), para elevar a produtividade, tornam a jornada de trabalho mais densa, produzindo-se a mesma quantidade em menor quantidade de tempo. Não há, portanto, menos trabalho, mas o contrário, mais concentração e mais desgaste, que ocasionam danos que terão que ser enfrentados pelos trabalhadores/as. A dedicação ao trabalho, porém, não ocorre somente na jornada estabelecida, mas transpõe suas fronteiras. Além das atividades que podem ser levadas para casa, do tempo disponibilizado para solução de problemas da empresa, atendimento via telefone, fora do horário, o tempo de deslocamento da casa para o trabalho e, vice-versa, que antes era contabilizado como tempo de trabalho, deixa de ser visto como serviço à disposição do empregador. Logo, assim como as outras tarefas, também não é contabilizado e, portanto, não pago (CESIT, 2017).

Nesse cenário, forma-se nos trabalhadores/as, conforme Rosenfield (2009), uma identidade provisória, resultado do reconhecimento obtido a partir do trabalho realizado, que irá definir um eu, uma imagem. Assim, trabalhar em empresas de teleatendimento e no contexto atual, em que se inicia uma verdadeira reforma nas empresas para adequação ao

projeto de lei aprovado, implica na construção de uma identidade provisória, que acaba por interferir de forma letal na construção e visão de si mesmo: *Well they call me the working man. I guess that's what I am*". São pessoas, vistas como máquinas, com todo o seu tempo, performance e fala programados, na qual o controle, inclusive das necessidades fisiológicas é realizado por alguém de fora e, quando a máquina humana começa demonstrar “falhas técnicas”, como doenças, cansaços e diminuição de ritmo, por exemplo, tem seu prazo de validade expirado.

Há um uso intensivo de capital humano que utiliza de todas as energias corporais para a execução de trabalhos que demandam desgaste intelectual, emocional e corporal, cujos impactos vão se desdobrando para além do ambiente de trabalho, tornando a vida também uma ausência de sentido, já que a falta de reconhecimento de si e a identidade construída acompanham os trabalhadores/as para fora do tempo de serviço. O espaço da empresa se estende para o corpo dos trabalhadores/as, que são a própria voz da organização, os próprios sentimentos da empresa concretizados que, ao tomar o espaço de seus corpos, os/as acompanha, os/as possui e os/as diminui. As “máquinas” em algum momento enferrujam e, como os produtos disponíveis no mercado, tem-se menor custo ao trocá-las do que para consertar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível inferir, portanto, que as transformações no mundo do trabalho, ainda que apoiadas nas inovações tecnológicas, utilizam de mecanismos de intensificação da mão de obra, tornando a jornada mais densa para elevar a produtividade. Nesse sentido, ao reunir os modos de produção arcaicos, tecnológicos e informacionais, consegue se apropriar de todas as capacidades dos trabalhadores/as, trazendo como consequências danos físicos, psicológicos, entre outros, devido às condições precárias de trabalho.

As empresas de teleatendimento constituem modelos práticos da atuação da flexibilidade e aumento intensidade do trabalho e, trabalhos como o de Nogueira (2011), Dal Rosso (2008) e de Cardoso (2013) demonstram os resultados perversos dessas práticas laborais. Com a Reforma Trabalhista, infelizmente, a tendência é que as empresas se adaptem à nova legislação do trabalho. Além disso, acaba por legitimar também as empresas que

trabalhavam de forma irregular com relação às jornadas e contratos de trabalho, reforçando cada vez mais a desigualdade entre empregados e empregadores.

Apesar da atual conjuntura nacional é possível acreditar na resistência dos trabalhadores/as. É certo que os atuais discursos disseminam o empreendedorismo, individualismo, meritocracia e fragmentam os laços entre os trabalhadores/as, mas também é possível que através do reconhecimento das dificuldades enfrentadas por todos/as, forças se erguerão para, mais uma vez, recuperar os direitos que, com tantas lutas, foram conquistados.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Cortez: 1997.

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (orgs). **Infoproletários:** degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

BONELLI, Maria da Gloria. **Arlie Russell Hochschild e a sociologia das emoções.** Cadernos Pagu (21) 2003: pp.357-372. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n22/n22a15.pdf>> Acesso em: 10 jun.2017

BRAGA, Ruy. A vingança de Bravermann: O Infotaylorismo como contratempo. In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (orgs). **Infoproletários:** degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

CARDOSO, Ana Cláudia. Organização e intensificação do tempo de trabalho. **Sociedade e Estado**, v. 28, 2013.

CESIT – Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho/IE/Unicamp. **Dossiê da Reforma Trabalhista:** em construção, 2017. Disponível em: <<http://www.cesit.com.net.br/>>. Acesso em 07 set. 2017.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho!:** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **O ardil da flexibilidade:** os trabalhadores e a teoria do valor. São Paulo: Boitempo, 2017.

HOLZMANN, Lorena. Toyotismo. In: Cattani, Antonio David; Holzmann, Lorena. **Dicionário de trabalho e tecnologia.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital.** São Paulo, SP: Boitempo, 2002.

NEVES, Magda. Anotações sobre trabalho e gênero. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, n.149, 2013.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. As trabalhadoras do Telemarketing: uma nova divisão sexual do trabalho? In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (orgs). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade Compulsória e Existência Lésbica. **Revista Bagoas**, n. 10. Natal: UFRN, 2010.

ROSENFELD, Cinara Lerrer. A identidade no trabalho em call centers: a identidade provisória. In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (orgs). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009.

SOARES, Ângelo. (In) Visíveis: gênero, emoções e violência no trabalho. In: TRÓPIA, Patrícia Vieira... [et al.]. **Mulheres trabalhadoras: (in) visíveis**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2016. p. 39-63.

INTENSITY, FLEXIBILITY, RESISTANCE AND TRANSFORMATIONS OF WORK

Abstract: *In order to verify the consequences of the intensity and flexibility of the work in the times of work and not work of the workers, it was sought to elaborate a brief analysis of the Fordist / Taylorist and Toyotist modes of production until the Labor Reform was approved in July of this year. The main authors are Sadi Dal Rosso (Dal Rosso, 2008/2017), Ana Cláudia Cardoso (Cardoso, 2013) and the Labor Reform Dossier prepared by Cesit / IE / Unicamp (CESIT, 2017) to the theme. With the meeting of the texts presented, it was possible to infer that transformations in the world of work, although supported by technological innovations, use labor intensification mechanisms, making the journey more dense to increase productivity. In this sense, by bringing together the archaic, technological and informational modes of production, it manages to appropriate all the workers' capacities, resulting in physical and psychological damage to their identity, due to precarious working conditions.*

Keywords: *work times; flexibility; telemarketing*

CRÍTICA DO TRABALHO, TRABALHO IMATERIAL E TEMPO LIVRE: CONSIDERAÇÕES SOBRE MARX E O CAPITALISMO ATUAL

VIEIRA, Zaira Rodrigues¹ - zairavieira@uol.com.br

Universidade Estadual de Montes Claros, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social e Departamento de Ciências Sociais
Av. Corinto C. Freire, 600, apt 307 bl. Hibiscos
Cep: 39401-365, Montes Claros – MG, Brasil

***Resumo:** As últimas décadas trouxeram rápidas e bruscas transformações no mundo do trabalho. A caracterização dos Grundrisse segundo a qual a base de apropriação a partir do valor ou da exploração do tempo de trabalho imediato dos indivíduos tornar-se-ia impotente frente à imensa riqueza alcançada pelas forças produtivas, e segundo a qual alcançar-se-ia, com isto, as condições para uma drástica redução do tempo de trabalho dos indivíduos, são traços que se têm visto concretizar, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento, sob a égide da informática, de forças produtivas de uma riqueza e potencialidade incomparáveis, quanto no que concerne ao anacronismo da propriedade privada, simbolizado, entre outras coisas, pelas disputas com vistas à subsistência e renovação da propriedade intelectual. Tais transformações deram lugar a análises de diferentes tipos no interior da sociologia, da filosofia e das ciências humanas de modo geral: seria este o fim do trabalho e o nascedouro de outro tipo de atividade; tratar-se-ia do chamado trabalho imaterial ou da centralidade de atividades de cunho comunicacional e não mais instrumental ou, em outra perspectiva, tratar-se-ia de uma crise do próprio capitalismo em que o trabalho deveria ser encarado como algo a ser superado tanto quanto o capital? Nesta comunicação, apresentaremos alguns aspectos deste debate, em especial no que concerne ao trabalho imaterial e as passagens em que Marx tratou do 'intelecto coletivo', buscando propor uma leitura do mundo do trabalho na contemporaneidade.*

***Palavras-chave:** Crítica do trabalho. Tempo livre. Trabalho imaterial. Marx.*

¹ Possui Pós-doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo; é doutora em Filosofia pela Université Paris Ouest Nanterre La Défense; mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais.

01. *Introdução*

Weber identificou uma relação do protestantismo com o desenvolvimento do 'espírito' do capitalismo, mais precisamente uma relação do ascetismo presente nas diferentes seitas protestantes com o desenvolvimento de uma racionalidade e disciplina voltadas para o trabalho. A crítica à centralidade do trabalho e, em alguns casos, também à ética voltada para o trabalho surge na década de 60, atravessa praticamente toda a segunda metade do século XX e ainda se faz presente em nossos dias. Tratou-se inicialmente do debate em torno do possível fim da sociedade do trabalho e de um questionamento, que em geral acompanhava o primeiro, da atualidade da teoria do valor trabalho de Marx, mas a discussão repercutiu também no interior de uma linhagem marxista que tem em comum precisamente uma crítica do trabalho. O primeiro debate, cujos representantes principais foram Habermas, Offe, Gorz, dentre outros, tinha como base o fim da era fordista de produção e as transformações decorrentes do que alguns autores chamavam de sociedade de serviços. Em outra vertente, a crítica do trabalho teve origem na década de 1980 e seus principais expoentes – Vincent, Kurz e Postone – não pretendiam superar a teoria do valor de Marx, mas alargar sua perspectiva a partir da superação de alguns aspectos da chamada leitura tradicional de Marx, como a luta de classes e a perspectiva do trabalho como determinação ontológica.

A crítica à posição central do trabalho, em suas diferentes abordagens, embora tenha se dirigido especialmente a Marx e secundariamente também a Weber e, por vezes, até a Durkheim (OFFE, 1994, p. 168,169), teve, como é claro, forte influência do pensamento destes mesmos clássicos, sobretudo de Marx e Weber. A perspectiva da Escola de Frankfurt, que constitui o fundo de cultura de vários desses autores, é devedora, como se sabe, de ambos os pensadores alemães. A crítica da sociedade do trabalho é, como buscaremos mostrar, uma crítica claramente presente no pensamento de Marx². Quanto a Weber, se não se pode dizer que ele faça uma crítica, o trabalho e sua disciplina racional e metódica, enquanto traço fundamental na vida dos indivíduos sob o capitalismo moderno, é, como se sabe, um dos temas centrais em sua obra. Mas, «diferentemente da compreensão resignada de Max Weber, o marxismo se constituiu como uma crítica da sociedade do trabalho. Uma comprovação dessa

² É preciso entender e delimitar, porém, a diferença que existe entre a crítica da sociedade do trabalho, tal como esta foi feita por Marx, e uma crítica do trabalho em abstrato ou em geral, tal como feita por Postone, Kurz, etc.

atitude pode ser atestada pela presença, recorrente ao longo da obra de Marx, do tópico “alienação do trabalho”» (MUSSE, 2016, p. 113).

02. *Tempo de trabalho e tempo livre em Marx*

Tanto o reconhecimento do trabalho como labor, como sofrimento e como preenchendo, enquanto tal, toda a vida das pessoas sob o capitalismo, quanto o reconhecimento do capitalismo como modo de produção responsável por desenvolver a capacidade de fruição do ganho pelo ganho, do dinheiro pelo dinheiro – que será depois aprofundado sob a perspectiva weberiana – são aspectos ressaltados em vários momentos da obra de Marx:

Ao fetiche do ouro o entesourador sacrifica, assim, seu prazer carnal. Ele segue à risca o evangelho da renúncia. Por outro lado, ele só pode retirar da circulação na forma de dinheiro aquilo que ele nela colocou na forma de mercadorias. Quanto mais ele produz, tanto mais ele pode vender. Trabalho árduo, parcimônia e avarizia constituem, assim, suas virtudes cardeais, e vender muito e comprar pouco são a suma de sua economia política» (MARX, 2013, 206-207).

No que diz respeito ao primeiro aspecto – a crítica da prevalência da vida enquanto trabalho ou da existência única do homem como trabalhador – é precisamente Marx, com sua descoberta desta categoria, quem aponta que o trabalhador, no capitalismo, é apenas *força de trabalho*. O trabalhador existe apenas enquanto potência, disposição, para o trabalho. Ele não existe como parte da riqueza socialmente produzida, enquanto ser que incorpora objetiva e subjetivamente a riqueza produzida e que seria capaz, portanto, de outras fruições, mas apenas enquanto possibilidade ou potência para o trabalho.

O trabalhador, durante toda a sua existência, nada mais é que força de trabalho e que, por isso, todo o seu tempo disponível é por natureza e por direito tempo de trabalho, portanto, pertencente à autovalorização do capital. Tempo para educação humana, para o desenvolvimento social, para o jogo livre das forças vitais físicas e espirituais, mesmo o tempo livre de domingo [...] pura futilidade! (MARX, 1984, p. 211).

De forma mais direta, «*algumas passagens de O capital prescrevem a ampliação do tempo livre como pré-condição indispensável ao fortalecimento material e intelectual dos trabalhadores*» (MUSSE, 2016, 117-118). Tal problemática está também presente e ficou mais conhecida, inclusive, a partir da publicação dos *Grundrisse*. Nestes manuscritos, Marx entende que o capitalismo, por sua lógica própria de desenvolver as forças produtivas em bases sempre mais potentes, tendo em vista o ganho em produtividade, alcançaria uma

automação quase absoluta do processo de trabalho. Como forma de produção de riqueza baseada na quantidade de tempo de trabalho imediato não pago ao trabalhador, o capital desenvolver-se-ia progressivamente como processo contraditório, que se põe, mas que põe, ao mesmo tempo, também aquilo que o nega. Pois, as forças produtivas desenvolvem-se como forças produtivas cada vez mais sociais ou gerais, frente às quais o tempo de trabalho vivo aparece como algo cada vez mais ínfimo. O desenvolvimento do capital realiza-se, em outros termos, sob condições nas quais sua valorização torna-se crescentemente dificultada:

à medida que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza efetiva passa a depender menos do tempo de trabalho e do *quantum* de trabalho empregado que da potência dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, a qual - sua 'poderosa efetividade' - por sua vez, não tem nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, mas que depende, ao contrário, do nível geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação dessa ciência à produção (MARX, 2011, 587-588).

Com o desenvolvimento das forças produtivas enquanto ciência e tecnologia, o parâmetro da riqueza não seria mais o tempo dispendido em trabalho imediato, mas a própria potência e pujança de toda a força e ciência humanas objetivadas. Dito de outra forma, não é mais o trabalho vivo o que fundamentalmente produz, o sujeito do processo, mas a força produtiva dos indivíduos já objetivada, esta imensa potência concreta tornada, em grande medida – mas não totalmente – autônoma em relação ao trabalho do indivíduo singular. Esta potência social objetiva vem a ser a força produtiva principal do processo de produção. Assim,

na mesma medida em que o tempo de trabalho – o simples *quantum* de trabalho – é posto pelo capital como único elemento determinante de valor, o trabalho imediato e sua quantidade desaparecem como o princípio determinante da produção, da criação de valores de uso, e é reduzido tanto quantitativamente a uma proporção insignificante, quanto qualitativamente a um momento certamente indispensável, mas subalterno frente ao trabalho científico em geral – de aplicação tecnológica das ciências naturais, de um lado, bem como em relação à força produtiva geral resultante da articulação social na produção total (MARX, 2011, 583).

Ao reduzir, por sua lógica própria, a presença e necessidade do trabalho vivo na produção, o processo de valorização vê-se, portanto, crescentemente dificultado – já que, como explica Marx, as máquinas não criam valor novo, apenas o trabalho. Por outro lado, como as forças produtivas não são outra coisa senão as forças produtivas dos indivíduos que as produzem sob forma objetiva, Marx descreve esse processo como sendo, ao mesmo tempo, um processo de desenvolvimento do indivíduo social. Tal processo teria por base o aumento do tempo livre:

A criação de muito tempo disponível, para além do tempo necessário de trabalho, para a sociedade como um todo e para cada membro dela (*i.e.*, de espaço [*Raum*] para o desenvolvimento das forças produtivas plenas dos indivíduos, logo também da sociedade) [...]. Desse modo, e a despeito dele mesmo, ele [o capital] é instrumento na criação dos meios para o tempo social disponível, na redução do tempo de trabalho de toda a sociedade a um mínimo decrescente e, com isso, na transformação do tempo de todos em tempo livre para seu próprio desenvolvimento (MARX, 2011, 590).

03. A contemporaneidade, trabalho imaterial e Marx

A caracterização dos *Grundrisse* segundo a qual a base de apropriação a partir do valor ou da exploração do tempo de trabalho imediato dos indivíduos tornar-se-ia impotente frente à imensa riqueza alcançada pelas forças produtivas, e segundo a qual alcançar-se-ia, com isto, as condições para uma drástica redução do tempo de trabalho dos indivíduos, são traços que se têm visto concretizar nas últimas décadas, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento, sob a égide da informática, de forças produtivas de uma riqueza e potencialidade incomparáveis, quanto no que concerne ao anacronismo da propriedade privada, simbolizado, entre outras coisas, pelas disputas com vistas à subsistência e renovação da propriedade intelectual. De um lado, é notório o avanço da redução dos postos de trabalho. Tal avanço atingira inicialmente os empregos no setor da indústria, mas atinge atualmente também aqueles do setor de serviços chamados de 'colarinho branco':

Um grande avanço tecnológico permite agora que as máquinas envolvam-se em cálculos de imensos volumes de dados, uma função antes exercida, por exemplo, por consultores financeiros de base. As novas máquinas já podem processar dados que um indivíduo levaria várias vidas para calcular. O resultado é que tais máquinas já começaram a eliminar os postos destes trabalhadores de colarinho branco (WALLERSTEIN, 2016).

Já na década de 70, autores como Wallerstein e Mandel indicavam que não era mais necessário que as pessoas trabalhassem tanto; outros, na linha de Gorz, por exemplo, preconizavam a entrada em uma fase onde o tempo de não trabalho prevalecia sobre o tempo de trabalho (GORZ, 1982).

De outro lado, o conhecimento é um recurso que, com o modo de produção capitalista, tornou-se cada vez mais social. Trata-se, hoje – não o foi sempre – de um patrimônio difícil de se manter isolado e afastado do domínio público. A tentativa dos *cercamentos* (BOYLE, 2003) contemporâneos sobre este patrimônio social e o movimento do software livre são exemplos deste processo que a indústria procura a todo modo interromper. «O princípio geral deste movimento é de que os programas informáticos devem ser livremente usados, partilhados,

examinados no seu código originário, modificados e redistribuídos (com ou sem alterações), tudo sem quaisquer restrições decorrentes de “propriedade intelectual”» (NOVO, 2008).

Esta problemática deu origem à discussão sobre o trabalho imaterial. Os autores que se debruçaram sobre o assunto partiram, em geral, dos *Grundrisse*, buscando entender os contornos atuais do chamado ‘capitalismo cognitivo’. Numa de suas formulações aparentemente mais exitosas, como a de Vercellone, trabalha-se com o conceito marxiano de subsunção. O autor busca aplicar o conceito de subsunção formal – que, para Marx, caracterizava a primeira fase da produção capitalista ainda em formação – ao capitalismo cognitivo, isto é, a nova forma de produção que teria substituído a produção de tipo fordista³. Com a noção de *intelecto coletivo* [*general intellect*], Marx teria esboçado um terceiro estágio na divisão do trabalho, diferente daquele marcado pela subsunção real que caracteriza o processo de trabalho na indústria. «Ele comporta uma superação tendencial da lógica da divisão do trabalho smithiana, própria do capital industrial e põe, de forma inédita com relação a outros escritos de Marx, a possibilidade de uma transição direta ao comunismo» (VERCELLONE, 2005, 2). Uma das principais teses de Vercellone é a de que o ensino seria o fator mais importante para se compreender o *general intellect*. Aproximando-se da corrente operaísta italiana, o autor pretende combater a tese dita objetivista. O desenvolvimento do *general intellect* deve-se, assim, não ao desenvolvimento das forças produtivas, mas ao processo das lutas políticas que deram origem à democratização do ensino.

Marx sublinha como a questão em jogo, com a redução legal do tempo de trabalho, esteja indissolúvelmente ligada a uma luta mais geral pela socialização do acesso ao conhecimento: “*essa primeira concessão penosamente arrancada ao capital*” era, segundo Marx, apenas o ponto de partida de uma dinâmica conflitante para a abolição da “*educação e [d]a divisão do trabalho atuais, que produzem a hipertrofia e a atrofia nos dois extremos da sociedade, ainda que em direções opostas*” (MARX, 2013, 558-559). Nesse sentido, é possível afirmar que, para Marx, o desenvolvimento de uma escolarização de massa era uma das condições essenciais que teria permitido aos assalariados acumular um saber “*tecnológico teórico e prático*” adequado ao nível alcançado pelo desenvolvimento capitalista da divisão técnica e social do trabalho e, ao mesmo tempo, capaz de empreender a transição (VERCELLONE, 2005, 11).

³ A subsunção formal é explicada, por Marx, como característica da cooperação simples: primeira forma histórica que assume o capital e na qual o capitalista, o possuidor de dinheiro, submete a si trabalhadores diversos, deixando intacta, contudo, a natureza do processo de trabalho. Os trabalhadores continuam dominando, aí, as habilidades e competências necessárias à produção do objeto. Este tipo de subsunção é, portanto, aquele «em que o capital submete uma divisão técnica e social do trabalho que inicialmente *se distingue apenas de modo formal dos modos de produção anteriores*» (VERCELLONE, 2005). «A contradição entre a relação de dependência monetária dos assalariados no processo de circulação e sua autonomia na regulação do processo de trabalho é uma das características-chave da subsunção formal do trabalho ao capital [...] Na realidade, a fase histórica da subsunção formal apresenta numerosas analogias com a configuração da relação capital/trabalho que surge a partir da crise do fordismo» (id.) Tradução nossa.

Os autores que se debruçaram sobre o *trabalho imaterial*, como Negri, Tronti, Lazzarato, Gorz, Virno, etc., embora tenham partido da problemática dos *Grundrisse*, insistiram numa caracterização do *general intellect* a partir de determinações humanas como as «competências lingüísticas, as propensões éticas, as nuances da subjetividade» (VIRNO, 1992/2, 52), entendidas, em geral, de forma conflitante ou descolada do conceito de trabalho. No mundo contemporâneo, o trabalho seria algo que implica a subjetividade dos agentes de forma quase exclusiva e independente das determinações objetivas que o caracterizam; o que o teria transformado em processo comunicacional ou cultural. «Nos processos de trabalho contemporâneos, há constelações inteiras de conceitos que funcionam por elas mesmas enquanto ‘máquinas’ produtivas, sem que haja necessidade nem de um corpo mecânico nem de uma pequena alma eletrônica» (VIRNO, 1992/2, 51). Segundo Lazzarato, do ponto de vista de seu conteúdo, «o trabalho imaterial é o trabalho que produz o conteúdo informacional e cultural da mercadoria [...] Do ponto de vista da ‘forma’, a atividade imaterial pode ser apreendida apenas pela ‘implicação da subjetividade’ e a cooperação produtiva do trabalhador coletivo» (LAZZARATO, 1992/2: 54-55).

O trabalho imaterial seria aquele que supostamente não produz um bem material. Com a revolução informacional, que teve origem nas últimas décadas do século XX, todo trabalho teria se transformado em serviço:

Os setores de serviço da economia apresentam um modelo mais rico de comunicação produtiva [...] Como a produção de serviços não resulta em bem material e durável, definimos o trabalho envolvido nessa produção como trabalho imaterial – ou seja, o trabalho que produz um bem imaterial, como serviços, produto cultural, conhecimento ou comunicação» (Hardt e Negri apud BRAGA, 2009, 65).

Aspecto relevante nesta discussão foi certamente o fato de que o trabalho imaterial tenha se tornado aquele que fornece valor às mercadorias de forma radicalmente superior aos demais tipos de trabalho. O que distinguiria o trabalho imaterial seria, na verdade, sobretudo o fato de que o valor dos traços imateriais do produto teria superado de longe o valor de seus traços materiais. No que diz respeito à caracterização do trabalho, resta, contudo, que a visão predominante entre esses autores é a de que ele teria se tornado processo comunicacional. Dito de outra forma, o trabalho teria assumido outro caráter: cultural, comunicacional, cooperativo. Esta mudança ampliaria seu foco ontológico. Ela teria conduzido à superação do paradigma da totalidade de Marx/Lukács tendo em vista um paradigma mais amplo, de tipo habermasiano, que abriria caminho a um outro tipo de subjetividade (CAMARGO, 2011).

Segundo esta perspectiva, Marx teria entendido corretamente o que viria a ser o processo cientificizado e comunicacional da produção, mas o teria identificado com as forças produtivas objetivas e não exatamente com as potencialidades dos indivíduos ou com um processo puramente comunicacional. Nesse sentido, vale ressaltar que as forças produtivas jamais foram, em Marx, algo puramente objetivo. A peculiaridade de sua teoria do valor consiste precisamente em ter mostrado o aspecto de reificação que constitui estas forças. Em especial com seu conceito de *trabalhador coletivo*, Marx mostrou que a riqueza social não é outra coisa senão forças pulsionais e tempo de trabalho dos indivíduos sob forma objetiva. «A força produtiva que o trabalhador desenvolve como trabalhador social é, assim, força produtiva do capital [...] Ela aparece como força produtiva que o capital possui por natureza» (MARX, 2013, 408). O *general intellect*, este trabalhador social ou coletivo que se desenvolve cada vez mais sob a forma de conhecimento ou ciência, não pode ser interpretado, portanto, de maneira fetichista. «Ele [Virno] diz que Marx identifica totalmente o general intellect ao capital fixo, o que não é correto, pois, Marx interpreta o capital fixo como expressão do conhecimento social acumulado, do trabalho intelectual social gasto para viabilizá-lo» (ALBUQUERQUE, 1996, 190). As competências múltiplas, linguísticas, científicas, cooperativas, são competências requeridas precisamente dos indivíduos ativos⁴. Elas resultam e dão origem também a forças produtivas socialmente mais ricas.

Esta posição desmistifica o outro aspecto levantado por Gorz, por exemplo, segundo o qual o que caracteriza o trabalho imaterial é o fato de que ele não se encontra submetido a um comando externo. Na medida em que se trata de um saber produzido de forma relativamente livre, o saber produzido na atualidade do trabalho não seria mais um saber objetivado, útil ou “instrumental”. «Diferentemente das concepções correntes, o saber, aqui, não aparece como um saber objetivado, composto de conhecimentos e informações, mas como atividade social que constrói relações comunicativas não submetidas a um comando» (GORZ, 2003, 20). Se este aspecto verifica-se efetivamente ou não no capitalismo pós-fordista, a questão é bastante controvertida. Segundo alguns autores, o que houve foi, ao contrário, uma expansão da exploração de mais-trabalho e das condições de precarização, inclusive no setor do trabalho comunicacional ou informatizado (ANTUNES, 2013; 2006). Pois,

⁴ Referindo-se à contemporaneidade do mundo do trabalho, Antunes esclarece que «é evidente que desse processo que se expande e se complexifica nos setores de ponta do processo produtivo (o que hoje não pode ser em hipótese alguma generalizado) resultam máquinas mais inteligentes, que por sua vez precisam de trabalhadores mais ‘qualificados’, mais aptos para operar com essas máquinas informatizadas» (ANTUNES, 2009, 204).

o aumento da mecanização possui efeitos contraditórios sobre o trabalho. Ele reduz a qualificação, suprime empregos, pesa sobre os salários pelo aumento do exército industrial de reserva [...] e simultaneamente [...] tende a fazer aumentar a intensidade do esforço no trabalho (ao mesmo tempo, físico e nervoso ou, ao menos, um dos dois) (MANDEL, 1986).

Entendendo-se, porém, que não se trata de mera comunicação, mas de trabalho⁵, o aspecto indicado por Gorz não é de forma alguma incoerente com a caracterização do trabalho social ou coletivo de Marx. O desenvolvimento das forças produtivas como *intelecto geral*, que tem como prerrogativa apresentar-se como desenvolvimento em que a submissão a uma força externa põe-se como extemporânea, não apenas não nega, como reafirma o conceito de trabalho de Marx. Na perspectiva esboçada nos *Grundrisse*, o trabalho sob as condições da automação não seria mais expropriação de tempo de trabalho imediato, mas *trabalho científico em geral, aplicação tecnológica das ciências naturais, apropriação de sua força produtiva geral*.

Como entende também Vercellone, Marx trata esta questão como apresentando, ela própria, uma resolução prática da alienação [*Entfremdung*] ou da cisão entre indivíduo e sociedade. No lugar dos indivíduos isolados no processo de produção, os sujeitos tornar-se-iam objetivamente sujeitos sociais. Trata-se de uma superação, ou das condições para uma superação, colocada pelo próprio processo do desenvolvimento da reprodução humana. Mas, tal processo existe também como condições e como existência real de uma nova subjetividade (MARX, 2011, 706).

Nas passagens das *Teorias da mais-valia* dedicadas a Hodgskin, encontramos um primeiro rascunho do general intellect quando Marx escreve: *a acumulação não é outra coisa senão o acúmulo das forças produtivas do trabalho social de modo que a acumulação dos 'savoir-faire' e dos conhecimentos (scientific power) constitui ela própria a acumulação principal e vem a ser incomparavelmente mais importante que as condições objetivas que se fazem evidentes e que caminham juntas com ela e não fazem outra coisa senão representá-la* (p. 312) (VERCELLONE, 2005, 12).

Neste sentido,

a abordagem de Marx [...] constitui, do ponto de vista metodológico, uma das primeiras críticas da visão smithiana da divisão do trabalho. Polarização dos saberes e cisão entre tarefas conceituais e tarefas materiais não são mais considerados como

⁵ «A forma atual de trabalho chamada, de maneira inexata, de 'imaterial' está longe de deixar de corresponder a esta definição [de trabalho]. Mesmo em sua forma mais científicizada ou social, o trabalho continua a ser auto-construção pelo homem de suas condições de vida, ato de dar forma humana aos elementos da materialidade (mesmo em se tratando dos elementos mais ínfimos ou minúsculos, como aqueles das moléculas que compõem o material de trabalho da nova eletrônica (CASTELLS, 2006, 90)) e da imaterialidade do mundo social, isto é, os elementos específicos da sociabilidade histórica (as enormes e rápidas mudanças sociais possibilitadas pelas novas tecnologias que surgiram no mundo do trabalho, como a aparição do telefone portátil a partir das novas conquistas da informática (id., 89) e as consequentes mudanças no mundo da vida dos homens)» (VIEIRA, 2011, 144).

uma modalidade natural e uma consequência necessária do desenvolvimento das forças produtivas (VERCELLONE, 2005, 3).

Segundo Mandel, Marx insistiu, nos anos 60, sobretudo sobre a necessidade de redução da jornada de trabalho, apontando-a como condição *sine qua non* de todo e qualquer esforço no sentido da emancipação – algo que, por sinal, surge já nos *Grundrisse*: o tempo livre como condição de uma emancipação humana. Nos *Manuscritos de 1861-1863*, ele indica que:

assim, tempo livre é criado igualmente para os trabalhadores, e a intensidade de um trabalho determinado não suprime, por isso, a possibilidade de uma atividade em uma outra direção [de um outro conteúdo], que pode, ao contrário, aparecer como repouso [recuperação das forças] e ter este efeito. Daí as consequências excepcionalmente vantajosas que esse processo [a redução da jornada normal de trabalho] exerce [...] sobre a melhora física, moral e intelectual da classe operária (Marx apud MANDEL, 1986).

O capital não concederá, porém, de bom grado essa redução. Ele a acordará apenas como resultado de uma luta encarniçada entre ele e o trabalho, após uma melhora de condições de emprego na fase que precede a depressão longa. Em Marx, não há, portanto, apenas uma concepção sobre a produtividade ou eficácia do trabalho,

mas, [ele] explica também as resistências que este tipo de desenvolvimento do progresso técnico encontra no salariado e, portanto, as contra-tendências suscetíveis de desembocarem em uma recomposição do saber e do trabalhador coletivo [...] É de tal maneira que um novo tipo de saber tende incessantemente a reconstituir-se a nível do desenvolvimento capitalista da divisão técnica e social do trabalho. Assim, a análise do progresso técnico como expressão de uma relação de forças concernente ao saber é onipresente na obra de Marx e permite uma leitura alternativa de alguns aspectos cruciais de seu pensamento (VERCELLONE, 2005, 4).

04. Considerações Finais

Marx aponta, pois, para a possibilidade de uma superação do tipo de trabalho que se conhece, para um tipo de atividade que teria por base não mais o domínio dos homens pelas coisas ou por uma autoridade externa, mas o auto-controle dos indivíduos ativos. Não se pode dizer, contudo, que esta atividade de tipo novo não seja trabalho. A crítica do trabalho, nas suas mais diferentes vertentes – Postone, Kurz e outros autores acima mencionados –, entende o trabalho como sendo necessariamente trabalho heterônomo. Por esta razão, tais autores propõem, cada um a sua maneira, uma superação parcial ou total dos pressupostos marxianos fundados sobre o trabalho. Como criticara Marx a respeito de Smith, entende-se, aí, o trabalho apenas como fardo ou açoite (MARX, 2011). O trabalho estaria necessariamente vinculado a

estruturas disciplinares (SAFATLE, 2016, 228-229) de natureza instrumental ou utilitária, próprias do capitalismo. Esta posição distancia-se diametralmente daquela de Marx, mesmo em sua versão madura, já que, para ele, submeter a vontade a certos limites reais e superar obstáculos reais na realização de finalidades estabelecidas pelo indivíduo constitui precisamente o caminho da liberdade.

Percebe-se também uma diferença essencial entre a necessidade de se superar o modo de organização da vida sob o capitalismo e a necessidade de se superar o trabalho enquanto tal. Há, em Marx, evidentemente uma crítica do trabalho sob o capitalismo, bem como da redução da vida ao trabalho. O autor aponta, em diversos momentos, a necessidade de se reduzir o tempo de trabalho e de se aumentar o tempo livre dos indivíduos para outras realizações. Fica claro, contudo, que, numa sociedade que regulasse coletivamente sua produção, os indivíduos continuariam produzindo, tanto para a resolução de necessidades mais básicas, quanto para satisfazer necessidades mais elevadas do ponto de vista humano:

Uma vez dada a produção coletiva, a determinação do tempo permanece evidentemente essencial. Quanto menos a sociedade tem necessidade de tempo para produzir trigo, gado, etc.[...] A sociedade deve dividir de maneira eficaz seu tempo a fim de obter uma produção adequada as suas necessidades de conjunto (MARX, 2011, 119).

Mandel foi quem atentou para o que ele chama da dialética «'tempo de trabalho necessário /tempo de trabalho excedente /tempo livre'» presente nos *Grundrisse*. Ele ressalta, entre outras coisas, o processo civilizador do capital segundo o qual o desenvolvimento do trabalho excedente implica um enorme desenvolvimento das forças produtivas. «É somente nessa base que uma sociedade coletiva poderá reduzir ao mínimo a jornada de trabalho simplesmente, sem dever ao mesmo tempo recalcar ou mutilar o desenvolvimento universal das possibilidades de cada indivíduo» (MANDEL, 1968, p. 110). E diz ainda o economista belga:

Contrariamente a muitos daqueles que se chamam seus discípulos, para Marx não há nenhuma contradição entre o fato de reconhecer e de assinalar essa 'missão historicamente necessária' do capitalismo e o fato de colocar constantemente no pelourinho tudo o que é explorador, desumano, opressor nesse modo de produção. Marx tem constantemente em vista os dois aspectos contraditórios da realidade histórica que ele viveu, e ele se defende constantemente do duplo escolho do subjetivismo e do objetivismo (MANDEL, 1968, p. 114).

Mandel refere, como exemplo destes chamados *discípulos*, Kostas Axelos, para quem seria irreconciliável os aspectos contraditórios da indústria em Marx. Mas, podemos referir

também à posição tanto de Postone, quanto de Kurz. Para este último autor – posição que se assemelha à de Postone –, haveria, inclusive, um ‘duplo Marx’, o esotérico e o exotérico.

Marx certamente mostra o aspecto contraditório do modo de produção capitalista. O fato de que seja necessário um desenvolvimento das forças produtivas que coloque ao alcance de todos a redução do tempo de trabalho, sem que se regrida a fases pré-capitalistas de necessidades e potencialidades humanas, não nega sua recusa do trabalho alienado e do trabalho como único modo de expressão da vida. Como explica Prado, se não se pode dizer, a partir do filósofo alemão, que as lógicas sistêmicas (mundo do trabalho, Estado, etc.) serão necessariamente superadas, certo é que, para ele, o trabalho teria que ser «um processo cujos rumos (a lógica de desenvolvimento e as grandes metas) estivessem sob seu controle consciente e planejado» (PRADO, 2005, p. 47).

05. Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Eduardo M., **invenções, mutações**: o progresso científico-tecnológico em Habermas, Offe e Arrow. Belo Horizonte: UNA, 1996.

ANTUNES, Ricardo (org.), **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**, São Paulo, Boitempo, 2006.

_____. (org.), **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo, Boitempo, 2013.

_____. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo, Boitempo, 2009.

BOYLE, James, “The second enclosure movement and the construction of the public domain”, **Law and contemporary problems**, v. 66, n. 33, 2003, Disponível em <www.law.duke.edu/pd/papers/boyle.pdf>.

BRAGA, Ruy. A vingança de Braverman: o infotaylorismo como contratempo. In: ANTUNES, R; BRAGA, R. (Orgs). **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo, Boitempo, 2009.

CAMARGO, Silvio, Considerações sobre o conceito de trabalho imaterial. **Pensamento Plural**, v. 09, p. 37 – 56, jul./dez. 2011.

CASTELLS, M. **A Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e terra, 2006.

GORZ, André. **L’immatériale**: conoscenza, valore e capitale. Torino: Boringhieri, 2003.

_____. **Adeus ao proletariado**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

HABERMAS, Jurgen, **La technique et la science comme idéologie**, Paris, Gallimard, 1973.



_____. **Connaissance et Intérêt**, Paris: Gallimard, 1976.

LAZZARATO, Maurizio. Le concept de travail immatériel: la grande entreprise. **Futur Antérieur**, Paris, n.10, Paris, p. 54-61, 1992/2.

MANDEL, Ernest. Marx, la crise actuelle et l'avenir du travail humain. **Revue Quatrième Internationale**, n. 20, mai.1986. Disponível em: <
<http://www.ernestmandel.org/new/ecrits/article/marx-la-crise-actuelle-et-l-avenir>>.

_____. **A Formação do pensamento econômico de Karl Marx**, Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MARX, Karl. **Grundrisse**, São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013. livro I,

_____. **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

_____. **Manuscrits de 1861-1863**. Paris, Editions Sociales, 1979.

MUSSE, Ricardo. **Dialética e teoria crítica**: ensaios sobre Lukács, Korsch, Adorno e a historiografia do marxismo. Tese. (livre-docência), São Paulo, USP, 2011.

_____. A administração do tempo livre. **Lua Nova**, São Paulo, v. 99, p. 107-134, 2016.

NOVO, Angelo. Os segredos da 'sociedade da informação'. **AlfaRevista**, 2008. Disponível em <http://alfarevista.blogspot.com.br/2008/04/os-segredos-da-sociedade-da-informao.html>

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social**. São Paulo : Boitempo, 2014.

PRADO, Eleutério. **Desmedida do valor**. São Paulo: Xamã, 2005.

SAFATLE, Vladimir. **Circuito de afetos**. São Paulo: Cosacnaif, 2016.

VERCELLONE, Carlo. **Dalla sussunzione formale al general intellect**: elementi per una lettura marxiana dell'ipotesi del capitalismo cognitivo. Workshop 'Lavoro cognitivo e produzione immateriale. Quali prospettive per la teoria del valore?', Pavia, Edizioni Università di Pavia, 2005.

VIEIRA, Zaira R. Lavoro immateriale o lavoro sociale?. In: Mario Cingoli; Vittorio Morfino. (Org.). **Aspetti del Pensiero di Marx e delle Interpretazioni Successive**. 1a.ed.Milano: Unicopli, 2011, v. 1, p. 1-534.

VIRNO, Paolo. Quelques notes à propos du 'général intellect'. **Futur Antérieur**, Paris, n. 10, 1992/2.

WALLERSTEIN, Immanuel. Capitalismo em crise e o declínio do trabalho. Outras Palavras: Comunicação compartilhada e pós-capitalismo. 09 mar. 2016. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/posts/capitalismo-em-crise-o-declinio-do-trabalho/>>.

VINCENT, Jean-Marie. **Critique du travail**. Paris: PUF, 1987.

CRITIQUE OF LABOR, IMMATERIAL LABOR AND FREE TIME: CONSIDERATIONS ON MARX AND CONTEMPORARY CAPITALISM

***Abstract:** The past decades have transformed the world labour in a rapid and abrupt manner. The characterization of the Grundrisse according to which the basis of appropriation from the value or exploitation of the immediate working time of individuals would become impotent against the immense wealth attained by the productive forces, and according to which it would be attained, with this, the conditions for a drastic reduction of the working time of the individuals, are traces that have been realized, both in regard of the development, under the auspices of computer science, of productive forces of an incomparable wealth and potentiality, as well as concerning the anachronism of private property, symbolized, among other things, by disputes over subsistence and renewal of intellectual property. These transformations gave rise to analysis of different types within the field of sociology, philosophy and the human sciences in general: Would this be the end of work and the birth of another type of activity; would it be called the so-called immaterial labor or the concentration on communicational and no more instrumental activities or, in another perspective, would it be a crisis of capitalism itself in which work should be regarded as something to be overcome such as capital? This article presents some aspects of this debate, especially with regard to immaterial labor and the passages in which Marx speak on the 'general intellect', seeking to propose a contemporary interpretation of the world of labour.*

***Keywords:** Critic of labor. Free time. Immaterial labor. Marx*

O TRABALHO IMATERIAL E A RACIONALIZAÇÃO APLICADA À CAPTURA DA SUBJETIVIDADE E À TRANSFERÊNCIA DE EXPERTISES

CROCCO, Fábio Luiz Tezini – crocco@ita.br

Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), Departamento de Humanidades (IEFH)

Praça Marechal Eduardo Gomes, n° 50

12228-900 – São José dos Campos – São Paulo – Brasil

***Resumo:** Discutir a reestruturação produtiva da forma de acumulação flexível é fundamental para esclarecer as novas formas de envolvimento, da “captura” da subjetividade e da transferência de expertises dos trabalhadores para o capital. Assim, essa investigação objetiva examinar criticamente estes processos e desmistificar a aparente aura sublime do trabalho cognitivo e intelectual, principalmente aquele empregado nos setores de tecnologia avançada e, contrariamente, percebê-lo como um conjunto de conhecimentos e atividades humanas submetidas à lógica do valor e, portanto, refém do processo de exploração.*

***Palavras chave:** Trabalho. Imaterialidade. Exploração. Envolvimento. Tecnologia.*

1. INTRODUÇÃO

Analisaremos nesse trabalho elementos da transição do padrão de acumulação taylorista-fordista para o toyotista, que colocou em prática a *acumulação flexível*, com a finalidade de refletir sobre a racionalização do trabalho aplicada ao envolvimento do trabalhador, à “captura” da subjetividade e à transferência de *expertises*. Diferentemente do trabalho físico e repetitivo do fordismo-taylorismo, o trabalho no novo padrão de acumulação também deve ser flexível, por isso, a necessidade de um novo perfil de trabalhador e de novas formas de envolvê-lo na produção capitalista.

Assim, discutiremos questões relacionadas ao modelo produtivo flexível, que nos setores tecnologicamente mais desenvolvidos, possui base técnica de matriz informacional, fundamentada nas redes informáticas e telemáticas de comunicação. Os processos produtivos

mais avançados apropriam-se crescentemente da dimensão *intelectual* e das capacidades cognitivas dos trabalhadores e procuram envolver mais forte e ideologicamente a subjetividade existente no mundo do trabalho. Relacionado a esse fenômeno, percebemos que o processo de apropriação da dimensão cognitiva do trabalho, efetivado pela transferência da dimensão intelectual para a maquinaria, tornou-se o traço fundamental do sistema produtivo atual, que expressa, nos setores tecnologicamente mais avançados, um afrouxamento estratégico da linha que separa o trabalho manual e intelectual.

Ao analisarmos os elementos técnicos, ideológicos e socioafetivos, sintetizados no processo atual da racionalização do trabalho aplicada à “captura” da subjetividade e à transferência de *expertises*, notamos o poder e as estratégias utilizadas no capitalismo avançado para transformar trabalho vivo em trabalho morto, ou ainda, trabalho humano em capital. Esse processo não ocorre sem a subsunção do trabalho, e mesmo os setores tecnológicos mais avançados e as atividades mais cognitivas e intelectuais não escapam do processo de exploração.

2. RACIONALIZAÇÃO DO TRABALHO APLICADA À CAPTURA DA SUBJETIVIDADE E À TRANSFERÊNCIA DE *EXPERTISES*

De forma metafórica e sintética, o século XX pode ser denominado de o *século do automóvel*, pois figurou um momento de profundas inovações científicas e tecnológicas, principalmente marcadas pela facilitação nos processos de fabricação, deslocamento e comunicação. O século XX foi marcado inicialmente pelo binômio taylorismo-fordismo, no qual a gerência científica e a produção em massa intensificaram a produtividade e remodelaram todas as relações laborais e sociais, ou seja, a produção racionalizada, mecanizada, parcelada e em larga escala proclamaram a guerra, a arte, a comunicação, o consumo e a sociedade de massas.

A organização gerencial taylorista revolucionou a administração, que, denominada de “científica”, controlou, calculou e reprogramou os tempos e movimentos do trabalhador tornando os processos produtivos e laborais mais eficientes e lucrativos. A divisão hierárquica entre capital, administração e trabalho condicionou a separação entre o pensar e o agir/fazer no processo produtivo e tornou o operário apêndice maquinal destituído de poder decisório significativo e de relevância intelectual ou cognitiva para o aprimoramento da produção. Portanto, o envolvimento do trabalhador no modelo taylorista-fordista é mais físico do que

mental, mais especializado do que generalizado e restrito às ordens hierárquicas e coerções da administração.

Ao longo do século, esse modelo pautado na rigidez, hierarquia e homogeneidade predominou, mas de forma lenta, desigual e combinada (ALVES, 2011, p.34) sofreu alterações devido à necessidade da produção capitalista adaptar-se às novas dinâmicas socioeconômicas e laborais. De acordo com Antunes (2008), tais reestruturações ocorreram em diversas localidades, como na Suécia (em Kalmar), na Itália (chamada “Terceira Itália”), na Califórnia (EUA), no Reino Unido, na Alemanha e em outros países e regiões, porém a experiência do Japão foi a mais significativa. Conhecido no ocidente como *modelo japonês* ou *toyotismo*, essa experiência desenvolvida a partir dos anos de 1950 ganha visibilidade e reconhecimento mundial a partir da crise de 1973, pois “tratava-se, para os capitais, de garantir a *acumulação*, porém de modo cada vez mais *flexível* e compatível com a nova fase do capital. Nascia, então, a chamada empresa flexível” (ANTUNES, 2008, p.20).

A reestruturação produtiva toyotista colocou em prática a *acumulação flexível*, que pautou-se na empresa enxuta, denominada *lean production*. Taiichi Ohno, seu principal mentor, apontou que os principais pilares dessa nova filosofia sustentavam-se na eliminação do desperdício e no denominado *just in time*, em analogia aos esportes para tratar do “trabalho em equipe” (OHNO, 1997). Esse novo ideário aprofundou a racionalização organizacional da produção capitalista e promoveu a diminuição do trabalho vivo e o aumento do trabalho morto corporificado no desenvolvimento e na utilização do maquinário tecno-científico-informacional. A reorganização do trabalho e das cadeias produtivas a partir de empresas parceiras e codependentes promoveram processos de transnacionalização, desterritorialização e reterritorialização que, conseqüentemente, redefiniram as noções de tempos e espaços produtivos e sociais.

A nova forma de acumulação promoveu a organização do trabalho nos moldes flexíveis e implementou novas técnicas de administração e novas formas de envolvimento do trabalhador. Diferentemente do trabalho físico e repetitivo do fordismo-taylorismo, o trabalho nesse padrão de acumulação também deve ser flexível, por isso, o novo perfil do trabalhador, deve ser multifuncional, polivalente e desespecializado, ou melhor, capaz de redefinir-se em múltiplas especializações e, ainda, ser capaz de compreender a totalidade produtiva. O envolvimento do trabalhador não é mais somente físico, mas também mental e subjetivo. Do

trabalhador é esperado agir, pensar e agir num processo de melhoramento contínuo para a solução de problemas e aumento da eficiência e produtividade¹.

De acordo com Alves (2011), o modelo produtivo flexível em sua etapa mais desenvolvida possui uma base técnica de matriz informacional, fundamentada nas redes informáticas e telemáticas de comunicação. A partir da *revolução informática* ou da *revolução das redes informacionais*, o desenvolvimento tecnológico incorpora o paradigma microeletrônico e informacional das redes telemáticas de comunicação e possibilita um salto qualitativo no desenvolvimento de máquinas e na articulação sistêmica de máquinas produtivas combinadas. Além disso, Monteiro afirma que “o desenvolvimento da informática e da telemática contribuiu para uma significativa expansão de um trabalho dotado de maior dimensão intelectual, quer nas atividades industriais mais informatizadas, quer nas esferas compreendidas pelo setor de serviços ou comunicações” (2008, p.4).

Um elemento é central para pensarmos na produção e no mundo do trabalho atual: a crescente importância do trabalho cognitivo e intelectualizado, isto é, do trabalho imaterial. Antunes (1995 e 2013) aponta que o desenvolvimento do trabalho imaterial em sua articulação com o trabalho material expressam as formas contemporâneas do valor. Além disso, o desenvolvimento capitalista atual é dependente de inovações pautadas na ciência e na tecnologia, na informação e no conhecimento que são produzidos pelo empreendimento cognitivo. Nesse sentido, Antunes (2008, p.27) destaca que “a nova fase do capital, sob a era da ‘empresa enxuta’, retransfere o *savoir faire* para o trabalho, mas o faz apropriando-se crescentemente da sua dimensão *intelectual*, das suas capacidades cognitivas, *procurando* envolver mais forte e intensamente a subjetividade existente no mundo do trabalho”.

A crescente importância do trabalho imaterial está relacionada a alguns fatores, dentre eles: (1) a potencialidade de o trabalho intelectual inventar e melhorar processos e produtos, (2) a crescente informatização das organizações e a dependência, cada vez mais constante, da máquina informatizada para a realização do trabalho e da produção, (3) o processo de conversão do trabalho vivo em trabalho morto, ou seja, da transferência do saber intelectual e cognitivo da classe trabalhadora para a maquinaria informatizada (LOJKINE, 1995) e (4) o aumento da eficiência e da produtividade resultante do trabalho intelectual e da aplicação das tecnologias informacionais nos setores produtivos e de serviços.

¹ Segundo a filosofia japonesa denominada de *Kaizen*, os processos produtivos, organizacionais e de negócios devem ser condicionados à melhoria contínua.

Assim, diante das atividades produtivas cada vez mais informatizadas, a apropriação da dimensão cognitiva do trabalho, representada pela transferência da dimensão intelectual para a maquinaria, tornou-se o traço fundamental do sistema produtivo atual, que expressa nos setores tecnologicamente mais avançados um apagamento das fronteiras entre o trabalho manual e intelectual. Essa transferência ocorre pelo envolvimento subjetivo e pela conversão das habilidades, (*expertise, savoir faire, know-how*) do trabalhador em linguagem computacional. Assim, nota-se a nova face da relação homem-máquina pela objetivação das atividades cerebrais junto à maquinaria (LOJKINE, 1995). Portanto, a partir da tomada de decisões, da programação, do desenvolvimento de *softwares* e de tecnologias de inteligência artificial, “a máquina informacional passa a desempenhar atividades próprias da inteligência humana” (ANTUNES, 2008, p.26).

Aqui, adentramos em discussões fundamentais para pensarmos nas atividades produtivas do presente e do futuro, que cada vez mais estarão mediadas às tecnologias informacionais e de inteligência artificial. Por isso, é crucial analisar a importância dos fatores técnicos e organizacionais que melhor possibilitam o envolvimento intelectual-afetivo do trabalhador e a transferência de *expertises* humanas para a maquinaria informatizada.

O que denominamos aqui de envolvimento do trabalhador e transferência de *expertise* são processos complexos denominados por Alves (2011) de “‘captura’ da subjetividade” e por Ruy Fausto (1989) de “subordinação formal-intelectual (ou espiritual) do trabalho ao capital”. Esses processos são pautados num nexos psicofísico com a intenção de direcionar o pensamento e a ação dos trabalhadores segundo a lógica da racionalidade produtiva. A realização desse nexos, e de seus resultados positivos para a produtividade do trabalho, depende da articulação bem sucedida de conhecimentos técnicos, mecanismos organizacionais e consentimento ideológico-afetivo. Sobre esse processo, Alves destaca:

O eixo central dos dispositivos organizacionais (e institucionais) das inovações organizacionais do novo complexo de reestruturação produtiva é a ‘captura da subjetividade’ do trabalho pela lógica do capital. É a constituição de um novo nexos psicofísico capaz de moldar e direcionar ação e pensamento de operários empregados em conformidade com a racionalidade da produção. Os dispositivos organizacionais do novo modelo de gestão (*just-in-time/kanban, kaisen, CCQ* etc.), mais do que as exigências da organização industrial do fordismo-taylorismo, sustentam-se no “envolvimento” do trabalhador com tarefas da produção em equipe ou jogos de palpites para aprimorar os procedimentos de produção (ALVES, 2011, p. 111).

A vulgarização do termo “vestir a camisa”, tão comum atualmente, para denotar o comprometimento integral do trabalhador com os processos laborais e produtivos, dissimula a complexidade ideológica e as técnicas gerenciais dessas formas de envolvimento do

trabalhador, ainda mais aprimoradas no padrão de acumulação flexível. Sobre isso, Antunes relata que a forma de produção toyotista é “mais consensual, mais envolvente, mais participativa, em verdade mais manipulatória” (1995, p.118). Nesse sentido, Alves complementa:

A organização toyotista do trabalho capitalista possui uma densidade manipulatória de maior envergadura. Na nova produção do capital, o que se busca ‘capturar’ não é apenas o ‘fazer’ e o ‘saber’ dos trabalhadores, mas a sua disposição intelectual afetiva, constituída para cooperar com a lógica da valorização. O trabalhador é encorajado a pensar ‘pró-ativamente’ e a encontrar soluções antes que os problemas aconteçam (ALVES, 2011, p. 111).

Dentre as técnicas ideológico-gerenciais que promovem o envolvimento dos trabalhadores podemos citar: (1) as novas formas de pagamento, com destaque para o salário comissionado, a participação nos lucros e o pagamento por produtividade ou por resultados – como essencialmente destacado por Marx (1996) na discussão do *salário por peça*; (2) a organização do trabalho em equipe (equipes autônomas ou semiautônomas) na qual o trabalhador sente-se, falsamente, com maior liberdade para realizar seu trabalho, mas a cobrança por resultados torna-se ainda mais intensa. Outra característica dos grupos ou equipes de trabalho é a delegação do controle do trabalho alheio para o próprio trabalhador, ou seja, o controle patronal é transferido para o coletivo de trabalhadores (*team*) formado pelo capital. (3) Os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs) e (4) a filosofia *Kaizen* são também formas de envolver os trabalhadores na tomada de decisões e na solução de problemas, porém com a finalidade de captura do conhecimento e de envolvimento ideológico-afetivo, pois o trabalhador transfere seu *savoir faire* ao patronato e sente-se, ilusoriamente, com maior liberdade e poder de participação. Entretanto as opiniões e soluções praticadas são, somente, aquelas que passam pela aprovação do patronato. Portanto, uma falsa ideia de participação e democracia. Nesse sentido, Katz, ao discutir o *consentimento* entre os operários, afirma que “em qualquer dessas situações, o poder de decisão – investimentos, demissões, transferências, inovações técnicas – permanece nas mãos dos capitalistas, que contam com o direito de propriedade para fixar o que se pode ‘tornar consenso’ e o que se deve ‘consentir’” (KATZ; BRAGA, 1995, p.26).

Outro elemento fundamental para envolver e capturar a subjetividade do trabalhador na sociedade atual é a situação socio-histórica e política do mundo do trabalho diante das crises e contradições do capitalismo. Alves intitula esse fenômeno de “sociometabolismo da barbárie”, que representa a ““dissociação” por meio do desemprego em massa e exclusão social, processo de precarização e institucionalização de uma nova precariedade do trabalho que

sedimenta a cultura do medo” (2011, p.22). Esse fenômeno se acirra com o desenvolvimento do neoliberalismo do final do século, pois é gerada uma sociabilidade individualista e concorrencial, como um “salve-se quem puder”, que força o consentimento e o engajamento. “Por ‘medo do desemprego’ o trabalhador assalariado ‘consente’ maior nível de exploração da sua força de trabalho e renuncia a direitos a direitos sociais e trabalhistas, por exemplo” (ALVES, 2011, p.125). Isto gera uma postura ideologicamente extrema de que questionar e criticar o trabalho numa sociedade em que o trabalho está em crise é um ato absurdo, insano. Portanto, o “sociometabolismo da barbárie” além de envolver e forçar o consentimento dos trabalhadores intensifica o poder político do capital e, assim, a ideologia neoliberal. Sobre essa questão, Alves conclui:

Deste modo, a elevação dos índices de desemprego aberto no decorrer da década neoliberal contribuiu não apenas para fragilizar o poder de barganha dos trabalhadores assalariados e aumentar as taxas de exploração, intimidando o sindicalismo combativo de luta de classes; mas possui uma função socio-reprodutiva, ou seja, criou a sociabilidade adequada aos consentimentos espúrios, às renúncias de direitos sociais e de conquistas trabalhistas históricas e aos envolvimento estimulado pelo medo do desemprego. No novo ambiente social da década neoliberal proliferaram valores, expectativas e utopias de mercado, impregnados de individualismo liberal que aparece como novo pragmatismo (ALVES, 2011, p.125).

Essas técnicas organizacionais e esses processos ideológico-afetivos de envolvimento, quando empregados em setores de atividades mais cognitivas, criativas e dependentes de alto nível de intelectualização, aparentemente não deveriam surtir tanto efeito, ou, pelo menos, sofrer mais resistência por parte desses trabalhadores (ditos imateriais), mas não é necessariamente isso que acontece. São eles que agora sintetizam o perfil do trabalhador do futuro, como foi profetizado criticamente por Menger ao discutir o artista enquanto trabalhador. Conforme o autor, as atividades artísticas dotadas intrinsecamente de elementos imateriais tornaram-se

a expressão mais avançada dos novos modos de produção e das novas relações de emprego engendradas pelas mutações recentes do capitalismo. Longe das representações românticas [...] seria agora necessário olhar para o criador como uma figura exemplar do novo trabalhador [...]. Nas representações atuais, o artista é quase como uma encarnação possível do trabalhador do futuro, é quase como a figura do profissional inventivo, móvel, rebelde perante as hierarquias, intrinsecamente motivado, que vive numa economia da incerteza, e mais exposto aos riscos de concorrência inter-individual e às novas inseguranças das trajetórias profissionais (MENGER, 2005, pp. 8-9).

Embora saibamos que existem muitas e diferentes atividades inseridas no domínio imaterial, cabe destacar que esse perfil, descrito por Menger, abarca não apenas os artistas e as

novas atividades criadas no setor de serviços², mas também o trabalhador produtivo que permanece no setor industrial, mesmo depois do enxugamento da força de trabalho promovido pela última grande reestruturação produtiva. Faz ainda mais sentido pensar nesse perfil de trabalhador em setores produtivos de alta tecnologia ou produtores criativos de mercadorias tecnológicas. Tais trabalhadores, dotados de grande capacidade intelectual e de formação técnica e tecnológica de ponta, são os assalariados produtivos ocupantes de cargos importantes e bem pagos pelas grandes corporações do capitalismo contemporâneo³.

Nesses casos, a renda salarial é invejável em comparação à média paga ao conjunto dos assalariados. Somado aos bons salários, esses cargos e empregos, principalmente nas grandes empresas, são os concorrencialmente mais disputados pela classe trabalhadora ideologicamente envolvida pelo capital, e são, também, aparentemente, dotados de maior liberdade, garantias e regalias. Além disso, a utopia de mercado se realiza de maneira concorrencial e individualista quando o trabalhador ocupa um desses cargos e passa a sentir-se distinto e superior aos demais trabalhadores. Entretanto, esse *fetichismo do melhor emprego* oculta o fato de que sobre esses trabalhadores recaem os mais altos índices de exploração, caracterizadas pelo incremento da mais valia relativa e absoluta. Nesse sentido, associado à eliminação do trabalho improdutivo nos setores produtivos e à diminuição da massa do trabalhador fabril, está o processo de soma e concentração de atividades e serviços em um número menor de trabalhadores. Assim, o processo administrativo, ideologicamente denominado de *downsizing*, que prega termos da moda, como reestruturar, reduzir e otimizar, significa na prática mais atividades para cada trabalhador e, conseqüentemente, maior exploração.

Esses processos ocorrem de forma intensificada nos casos específicos dos trabalhadores mais dotados de capacidades cognitivas e intelectuais dos setores produtivos de tecnologia. Esses são os trabalhadores que permanecem e ocupam os cargos mais desejados na produção e que são fundamentais para o desenvolvimento e funcionamento da maquinaria tecnologicamente mais desenvolvida. São eles os programadores, os produtores dos softwares e das tecnologias mais avançadas presentes no processo produtivo e nas mercadorias. Uma coisa é operar a máquina, outra é produzi-la e programá-la. As tecnologias embarcadas de ponta com seus sistemas informatizados, a manipulação dos algoritmos computacionais avançados, as técnicas produtivas e organizacionais informatizadas, dentre outras, sintetizam

² Como apontou Antunes para tratar da ampliação do trabalho na esfera imaterial (2013, p.127).

³ Dentre eles podemos citar engenheiros, programadores e designers em indústria de bens duráveis e de consumo.

conhecimentos técnicos diversos e de áreas distintas, mas que estão concentradas de forma predominante nas áreas das engenharias. Apesar da multiplicidade de conhecimentos e técnicas, a essência da maquinaria tecnológica do presente e do futuro é a mesma, a linguagem computacional.

Traduzir as habilidades laborais e os conhecimentos técnicos e científicos diversos para a linguagem computacional da máquina informatizada representa hoje um elemento fundamental da imbricação do trabalho material e imaterial. Portanto, como discutimos nesse breve trabalho, o avanço desse processo depende de elementos técnicos, ideológicos e socioafetivos sintetizados no processo atual da racionalização do trabalho aplicada à “captura” da subjetividade e à transferência de *expertises*.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido à crescente substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, à intensificação qualitativa e quantitativa do incremento técnico-científico aplicado à produção capitalista, à importância das tecnologias informacionais e comunicacionais e à importância do trabalho imaterial imbricado com o trabalho material, adentramos num processo crescente de exploração do trabalho cognitivo e intelectual. Diferente da perspectiva que apresenta esse trabalho como algo mais leve, suave e dotado de superioridade, há, nos dias atuais, a intensificação da exploração dessa *mão de obra*, que não escapa de ser transformado em *trabalho abstrato* no capitalismo. Portanto, o trabalho na esfera imaterial não está isento dos processos exploratórios atuais marcados pela intensificação, expansão da jornada e precarização do trabalho. Por isso, a partir da crítica à racionalização do trabalho aplicada à “captura” da subjetividade e à transferência de *expertises*, defendemos a importância atual de promover investigações profundas e detalhadas sobre as particularidades da exploração do trabalho imaterial e, conseqüentemente, desmistificá-lo de sua aura, falsamente, sublime.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Ed. Boitempo, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Coimbra: Edições Almedina, 2013.

_____. Desenhando a nova morfologia do trabalho: As múltiplas formas de degradação do trabalho. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. 83, 2008, 19-34. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142014000200004&script=sci_arttext> Acesso em: 30 dez. 2017.

_____. **Adeus ao trabalho?**. São Paulo: Cortez, 1995.

FAUSTO, Ruy. A “Pós-Grande Indústria” nos Grundrisse (e para além deles). **Lua Nova**. São Paulo: CEDEC, n.19, nov. 1989.

KATZ, Claudio; BRAGA Ruy; CAGGIOLA, Osvaldo. **Novas tecnologias: crítica da atual reestruturação capitalista**. São Paulo: Xamã, 1995.

LOJKINE, Jean. **A Revolução Informacional**. São Paulo: Cortez, 1995.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1996.

MENGER, Pierre-Michel. **Retrato do artista enquanto trabalhador: metamorfoses do capitalismo**. Tradução de BORGES, Vera; PLACE, Danielle e GOMES, Isabel. Lisboa: Editora Roma, 2005.

MONTEIRO, Arakin Q.. Orkut, Subjetividade Coletiva e Valor: considerações preliminares à luz da economia política da comunicação. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**. Vol. X, n. 2, May. – Ago. / 2008. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/viewFile/181/160>> Acesso em: 30 dez. 2017.

OHNO, Taiichi. **O Sistema Toyota de Produção: além da produção em larga escala**. São Paulo: Bookman, 1997.

IMMATERIAL LABOR AND RATIONALIZATION APPLIED TO CAPTURE OF SUBJECTIVITY AND TRANSFER OF EXPERTISES

***Abstract:** The discussion of the productive restructuring of the form of flexible accumulation is crucial to clarify the new forms of engagement, the "capture" of subjectivity and the transfer of workers expertise to capital. Therefore, this research aims to critically examine these processes and demystify the superior and sublime aura of cognitive and intellectual work, especially that employed in the advanced technology sectors and, conversely, perceive it as a set of human knowledge and activities submitted to the logic of value and therefore hostage to the exploitation process.*

***Keywords:** Work. Immateriality. Exploitation. Involvement. Technology.*

TRABALHO E EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E SURGIMENTO DOS INSTITUTOS FEDERAIS

Oengredi Mendes Maia dos Santos¹ – oengredi@yahoo.com.br
Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR/PPGTE
Av. Sete de Setembro, 3165 - Rebouças
CEP: 80230-901 – Curitiba – Paraná – Brasil

Mário Lopes Amorim² – marioamorim@utfpr.edu.br
Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR/PPGTE
Av. Sete de Setembro, 3165 - Rebouças
CEP: 80230-901 – Curitiba – Paraná – Brasil

***Resumo:** O artigo aqui apresentado é resultado da pesquisa de dissertação de mestrado, em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Tem como temática a relação entre educação e trabalho no contexto da reestruturação produtiva e o surgimento dos institutos federais. A análise proposta objetiva evidenciar, ainda que sumariamente, contradições previamente identificadas entre a concepção de educação dos Institutos Federais expressa em seus documentos oficiais e as determinações dos processos de reestruturação produtiva. Este artigo se organiza em três seções: a) Trabalho e Educação: concepções e sentidos históricos; b) Trabalho e Educação no contexto da Reestruturação Produtiva e, c) Institutos Federais: o anúncio de uma revolução na política de Educação Profissional e Tecnológica.*

***Palavras-chave:** Trabalho e Educação. Reestruturação Produtiva. Institutos Federais.*

1 INTRODUÇÃO

Decorrente de pesquisa de dissertação de mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná,

1 Graduada em Serviço Social, especialista em Gestão Social e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

2 Doutor em Educação, professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

o presente artigo tem como temática a relação entre educação e trabalho no contexto da reestruturação produtiva do capital e o surgimento dos Institutos Federais. As categorias educação e trabalho são analisadas de uma perspectiva que desvela sua historicidade, ou seja, compreende-as como expressões concretas de uma dada formação histórica. Um marco que evidencia em termos radicais a dissociação da unidade trabalho-educação foi a ascensão da burguesia como classe dominante, que revolucionando os meios de produção, passa a ressignificá-los apenas a fins mercantis, expropriando sua dimensão ontológica. Portanto, aqui se afastam a possibilidade e também a facilidade de entender tais categorias como neutras, naturais, a-históricas e consensuais.

Mesmo que sumariamente, a análise tem como principal objetivo identificar contradições entre a concepção de educação dos Institutos Federais expressa em seus documentos oficiais e as determinações dos processos de reestruturação produtiva. Como se verá, as novas formas de produção capitalistas exigem um trabalhador que em muito se afasta daquele preconizado pelos princípios defendidos teoricamente pelos Institutos Federais.

A fim de alcançar o que se propõe, este artigo se organiza em três seções: a) Trabalho e Educação: concepções e sentidos históricos; b) Trabalho e Educação no contexto da Reestruturação Produtiva e, c) Institutos Federais: o anúncio de uma revolução na política de Educação Profissional e Tecnológica.

2 TRABALHO E EDUCAÇÃO: CONCEPÇÕES E SENTIDOS HISTÓRICOS

Toma-se como premissa para o estudo proposto não tratar Educação e Trabalho como objetos de definição unânime ou meramente explicados pela etimologia ou semântica. Ambas as categorias se constituem como expressões concretas de cada formação histórica; cabe, assim, identificá-las.

A primeira concepção a ser apresentada entende Trabalho e Educação como a unidade que produz a humanidade e ancora-se nos pressupostos de construção histórica e da realidade concreta. Isso significa dizer que o gênero humano não é prévio, não é divino, tampouco natural.

Corroborando com tal concepção, Saviani afirma que “o que o homem é, é-o pelo

trabalho”. (SAVIANI, 2007, p. 154). Em outros termos, “trabalho é a categoria 'ontocriativa' da vida humana, e o conhecimento, a ciência, a técnica e a tecnologia e a própria cultura são mediações produzidas pelo trabalho na relação entre os seres humanos e os meios de vida”. (FRIGOTTO, 2006, p. 242)

É nessa perspectiva ontológica do trabalho que é possível reconhecer o princípio educativo a ele intrínseco. Pela unidade trabalho-educação, se tem o processo de desenvolvimento dos meios de vida que faz aprender e educar. O que significa dizer então que

o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir a sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. (SAVIANI, 2007, p. 154)

Contudo, ao longo da história da humanidade, assim como o trabalho assumiu formas sociais determinadas, a educação teve diferentes princípios educativos de acordo com as determinações históricas de cada tempo, por isso, é necessário compreender a sociedade em que se está ou de que está se falando, pois “a cada estágio de desenvolvimento da sociedade corresponde um determinado princípio educativo, a partir do qual a sociedade formará seus intelectuais, segundo suas necessidades (...)”. (KUENZER, 1989, p. 23)

Cabe destacar que, com a consolidação do sistema capitalista, se inauguram novas formas de organização social do trabalho, e por conseguinte revolucionam-se os meios de produção, o que se dá em proporções inimagináveis até meados do século XVIII, quando se desenvolve a Revolução Industrial, na qual, com “a subjugação das forças da natureza, as máquinas, a aplicação da química na indústria e na agricultura, a navegação a vapor, as estradas de ferro, o telégrafo elétrico, a exploração de continentes inteiros, a canalização dos rios (...)”. (MARX; ENGELS, 2002, p. 44)

Assim, o trabalho deixa de ser considerado atividade substancial dos seres humanos e passa a ser estreitado a uma determinada forma de compra e venda da força de trabalho, ou seja,

com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, o trabalho, na sua dimensão ontológica, forma específica da criação do ser social, é reduzida a emprego – uma quantidade de tempo vendida ou trocada por alguma forma de pagamento. Dessa redução ideológica resulta que, no senso comum, a grande maioria das pessoas entenda como *não trabalho* o cuidar de casa, cuidar dos filhos, etc. (FRIGOTTO, 2009, p. 176 – grifo do autor)

Por conseguinte, a educação passa a ocupar um sentido teórico-prático mais acentuado

para as esferas política, social, cultural e sobretudo econômica, inserindo a necessidade de modificações nos processos educativos.

A ruptura da unidade trabalho-educação se inscreve de forma mais brutal e alienante no momento histórico em que a classe burguesa, revolucionando todas as relações sociais, constituiu-se como a classe dominante, inaugurando uma nova sociabilidade. As relações sociais e de produção no capitalismo se complexificam, e passam a converter as sociabilidades existentes em mais do que sistema produtivo, um modo de ser da humanidade.

3 TRABALHO E EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Para não sucumbir, o sistema capitalista precisa constantemente inovar suas formas de ser e produzir. Os anos de 1960 e 1970 foram marcados pela incapacidade de o modelo fordista/taylorista enfrentar a forte crise estrutural que assolava os países capitalistas, o que levou à busca de outra forma para se redesenhar o sistema produtivo e conseqüentemente o mundo do trabalho e a educação dos trabalhadores.

Isso desencadeou novos desafios ao capital, que precisou reorganizar sua forma e métodos. Assim, “a indústria redirecionou suas estratégias de padronização em longa escala para crescente agregação tecnológica, maior qualidade e personalização de seus produtos”. (PINTO, 2010, p.44)

Esse processo, convencionado como reestruturação produtiva, possui diversas nuances, mas uma definição que é consenso é “a de que a reestruturação produtiva se expressa pela adoção das novas tecnologias, que se articulam com as novas formas de organização e de gestão da produção, e se baseia fundamentalmente no modelo japonês – o toyotismo”. (SANTOS, 2006, p. 189)

A ascensão desse novo modelo de reestruturação do capital, associado à implantação de políticas neoliberais, acarreta profundos impactos no mundo do trabalho, que passará por uma radical recomposição, configurando novas relações de trabalho e conseqüentemente exigindo uma política de educação para os trabalhadores, condizente a esse cenário.

Nesse novo quadro, uma enorme quantidade de trabalhadores torna-se descartável, nada mais que mera mercadoria que serve apenas para atender o “circuito reprodutivo do capital”. (ANTUNES, 1999, p.92)

Ao provocar a precariedade do trabalho e deixar os trabalhadores em situação de vulnerabilidade, a reestruturação produtiva propicia elementos suficientes para o império da superexploração, pois como diz Pinto (2010):

nas condições dadas pela rápida transformação tecnológica e pela alta concorrência capitalista em níveis globais, nenhuma esfera do trabalho social (das artes mais intelectualizadas às mais manuais) está privada da intensa e degradante exploração das capacidades humanas, em prol de uma acumulação de riquezas despótica e cada vez mais desterritorizada, sem finalidades ou mesmo padrões de uso coletivos, o que atesta a extrema desigualdade entre setores econômicos, regiões e países, paralelamente ao incrível número de doenças do trabalho. (PINTO, 2010, p. 11)

Diferentemente do modelo fordista/taylorista, que se baseava na produção em massa, fragmentada, com distinção bastante marcada entre as esferas de execução e gerência, e com ênfase na hierarquia, com a reestruturação produtiva as empresas, com o objetivo de alargarem sua competitividade, passam a exigir trabalhadores mais qualificados, por conseguinte com maior nível de escolaridade. Essas exigências edificam-se no tripé qualidade, eficiência e produtividade e estabelecem um tipo de trabalhador ideal,

do qual se exige iniciativa, equilíbrio, acessibilidade e facilidade no trabalho em equipe, raciocínio ágil, e sobretudo, responsabilidade para com os compromissos da empresa, dentre outros aspectos que vêm se conformando dentro do ambiente do trabalho. (PINTO, 2010, p. 80)

Isso significa dizer que o atributo diferencial dos trabalhadores que o capital busca é a polivalência, isto é, que estes devem dominar e desempenhar atividades de “execução, controle de qualidade, manutenção, limpeza, operação de vários equipamentos simultaneamente, dentre outras responsabilidades” (PINTO, 2010, p. 46)

Em tempos de capital flexível e desregulamentação do trabalho, o que se anuncia para os trabalhadores é a positivação do trabalho de *home-office*, *freelancers*, empreendedorismo, prestação de serviços, ou, ainda, *slogans* como: ‘você pode ser seu próprio chefe e administrar sua rotina, sem mínimo de horas ou dias para trabalhar’.

As empresas investem em políticas de ‘valorização’ de capital humano, buscando ressignificar as reais relações de classes. Isso significa que os trabalhadores, “na produção

flexível, são estimulados a socializar seu saber sob a ideologia de terem patrões e empregados (chamados de 'colaboradores') os mesmos interesses na produtividade e na competitividade da empresa”. (CIAVATTA, 2005, p. 3)

No que tange à educação dos trabalhadores – tida aqui como aquela ofertada pela escola –, esta é realçada como estratégia para formar a classe trabalhadora a partir dos novos requisitos que o capital coloca, e o Estado é chamado a cumprir seu papel nesse processo. No Brasil, há vários grupos que apontam a necessidade de reformular a política educacional, pois alegam que “um dos entraves para a qualificação, nos moldes do processo de reestruturação produtiva, estava nos baixos níveis de escolaridade do trabalhador e que essa deficiência relacionava-se diretamente ao sistema educacional brasileiro”. (SANTOS, 2006, p. 197)

Assim, a partir da década de 1990 é demarcada uma concepção de educação em que seu vínculo com o trabalho é degradado pela ânsia de produtividade, questão bem equacionada por Frigotto e Ciavatta (2006) na passagem abaixo:

Percebemos que, no Brasil, nos anos 90, praticamente desapareceram, nas reformas educativas efetivadas pelo atual governo, as expressões educação integral, omnilateral, laica, unitária, politécnica ou tecnológica e emancipadora, realçando-se o ideário da polivalência, da qualidade total, das competências, do cidadão produtivo e da empregabilidade. (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2006, p. 56)

Entretanto, a partir do primeiro mandato de Lula (2003-2006), a educação voltada aos trabalhadores através da política de Educação Profissional e Tecnológica passa a ser anunciada em direção distinta da então existente. Nesse sentido, a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) constitui-se o ápice de um processo formativo para a classe trabalhadora, uma vez que, em direção oposta às determinações do capital, pretende formar sujeitos críticos e, portanto, capazes de protagonizar a construção de uma outra sociabilidade – questão que será vista na seção seguinte.

4 INSTITUTOS FEDERAIS: O ANÚNCIO DE UMA REVOLUÇÃO NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Se a educação profissional no Brasil assumiu, em dados momentos, contornos de controle social, meio de ascensão social, descompressor de baixo custo para conter as pressões

populares por acesso à educação superior, bem como nicho promissor para a iniciativa privada, os Institutos Federais surgem como a anunciação de novos tempos.

O marco inicial desse processo, foi o Seminário Nacional de Educação Profissional: Concepções, Experiências, Problemas e Propostas, promovido em 2003 pelo Ministério da Educação (MEC), que teve como resultado a publicação, em 2004, do documento intitulado, Proposta em discussão: Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica.

Com base nisso, iniciam-se as reorientações das políticas federais para a Educação Profissional e Tecnológica, tendo duas mudanças importantes para esse processo: a) a retomada da possibilidade de oferta de cursos técnicos integrados com o Ensino Médio, regulamentada pelo Decreto nº 5154/2004; b) no ano de 2005, a alteração na lei que vedava a expansão da rede federal, uma vez que desde 1998 o governo federal havia proibido a construção de novas escolas federais, direcionando essas instituições - Escolas Agrícolas e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) - para a oferta predominante de cursos superiores, remetendo a oferta de cursos técnicos à responsabilidade dos estados e da iniciativa privada.

Esse percurso culminou, em 2008, na publicação da Lei nº 11.892, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, inaugurando uma nova estrutura, caracterizada como inovadora, ousada, comprometida com a formação de sujeitos que protagonizaram as transformações necessárias para a construção de outra sociabilidade, e tendo como um dos seus objetivos “estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional”. (BRASIL, 2008)

É notável a relevância embutida na educação profissional e tecnológica para o desenvolvimento econômico do país – vale lembrar que é um campo de disputas e correlações de forças. Tanto no governo Lula quanto no governo Dilma, a política de Educação Profissional, na estrutura dos IFs, é defendida e organizada como política pública, e ideologicamente se propaga nos documentos normativos que “o fator econômico até então era o espectro primordial que movia seu fazer pedagógico, o foco a partir de agora desloca-se para a qualidade social”. (BRASIL, 2010).

Por outro lado, autores como Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) apontam que esse percurso da política de Educação Profissional e Tecnológica é tensionado pela disputa entre os

setores progressistas e conservadores da sociedade brasileira, e que as expectativas de mudanças foram frustradas; em outros termos, “o que se revelou foi um percurso controvertido entre as lutas da sociedade, as propostas de governo e as ações e omissões no exercício do poder”. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p.1088).

Vale destacar que o Governo Federal difunde um posicionamento teórico e ideológico em que afirma se recusar “a formar consumidores no lugar de cidadãos, a submeter a educação à lógica do capital, colocando o currículo como instrumento do simples treinamento de habilidades e técnicas a serviço da reprodução capitalista”. (PACHECO, 2010, p. 8)

Nessa passagem, sobressai o conceito de formação humana integral como objetivo central da formação para a Educação Profissional, e conseqüentemente do ensino técnico ofertado pelos IFs. Tem-se, pois, uma concepção político-pedagógica que se fundamenta nos preceitos de inclusão, emancipação e radicalização da democracia.

Por outro lado, os processos de reestruturação produtiva ampliam os desafios de se oferecer um processo formativo emancipatório, uma vez que, além de os trabalhadores terem de possuir os conhecimentos específicos de sua profissão, o capital requer “maior qualificação e escolarização [...], além de exigir que ele seja participativo, colaborador, versátil e apto para a rotação de tarefas”. (BATISTA, 2015, p. 213)

Evidencia-se assim que a concepção dos Institutos Federais se contrapõe teoricamente às determinações do capital, a forma atual de superexploração do trabalho nos moldes da reestruturação produtiva, mas requer maior aprofundamento sobre as bases materiais de consolidação do projeto de educação que expressa, sua relação com a macroestrutura, e as possibilidade e limites de interseção entre trabalho e educação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O deslinde da contradição entre as determinações do capital e a concepção de formação dos Institutos Federais aponta a necessidade e relevância da continuidade da pesquisa, a fim de trazer para a discussão outros elementos que incidem sobre o objeto desse trabalho, como: a formação dos trabalhadores, sobretudo dos docentes; políticas de acesso e permanência de estudantes; dados de evasão/abandono escolar; condições socioeconômicas dos estudantes;

plano de formação continuada dos trabalhadores; projeto político-pedagógico e de desenvolvimento institucional.

Por fim, entende-se que urge a problematização desse tema, para desvelar os limites e possibilidade de um processo formativo baseado no pressuposto de outra sociabilidade, sob o risco de desperdiçar o potencial teórico-prático contido nos Institutos Federais.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 5. ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

BATISTA, Eraldo Leme. Trabalho e educação: um debate necessário e urgente diante das Mudanças no mundo do trabalho. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 7, n. 2, p. 209-218, dez. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Concepção e Diretrizes**: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília: MEC/SETEC, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica. concepção e diretrizes**. Brasília, DF: MEC, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 24 de set. 2015.

CIAVATTA, Maria. Trabalho como princípio educativo. **Dicionário da educação profissional em Saúde**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. **Revista Brasileira de Educação**. v. 14, n.40, p.168-194, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. RAMOS, Marise. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, Especial. 2005. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br/revista/rev/rev92.htm>>. Acesso em: 07 set. 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Fundamentos Científicos e Técnicos da Relação Trabalho e Educação no Brasil de Hoje. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (orgs.). **Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/EPSJV, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado? In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **A formação do cidadão produtivo**: a cultura de mercado no ensino médio técnico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

KUENZER, Acacia. O trabalho como princípio educativo. **Cad. Pesq. Fundação Carlos Chaga**, São Paulo, v. 68, p. 21-28, fev. 1989. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1118/1123>>. Acesso em: 16 out. 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

PACHECO, Eliezer (Org.) **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2010.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo**. 2ª ed – São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SANTOS, Jailson. Início dos anos 1990: reestruturação produtiva, reforma do estado e do sistema educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (orgs). **A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12 n. 34 jan/abr. 2007.

WORK AND EDUCATION IN THE CONTEXT OF PRODUCTIVE RESTRUCTURING AND DEVELOPMENT OF FEDERAL INSTITUTES

***Abstract:** The article presented here is the result of a master's thesis research, under development in the Post-Graduate Program in Technology and Society of the Federal Technological University of Paraná. Its theme is the relationship between education and work in the context of productive restructuring and the emergence of federal institutes. The proposed analysis aims to highlight, albeit summarily, previously identified contradictions between the conception of education of the Federal Institutes expressed in its official documents and the determinations of the processes of productive restructuring. This article is organized in three sections: a) Work and Education: conceptions and historical meanings; b) Work and Education in the context of Productive Restructuring and, c) Federal Institutes: the announcement of a revolution in the politics of Professional and Technological Education.*

Keywords: Work. Education. Productive Restructuring. Federal Institutes.
